

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Queli Rejane da Silva Konzgen

**AS ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR:
PERSPECTIVAS DE PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE DO GRUPO
AGROECOLÓGICO DO REMANSO - CANGUÇU/RS**

Rio Grande, 2019.

Queli Rejane da Silva Konzgen

**AS ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR:
PERSPECTIVAS DE PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE DO GRUPO
AGROECOLÓGICO DO REMANSO - CANGUÇU/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli

Rio Grande, 2019.

Queli Rejane da Silva Konzgen

**As estratégias socioeconômicas da agricultura familiar: perspectivas de
permanência e continuidade do Grupo Agroecológico do Remanso -
Canguçu/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Data da Defesa: 08/03/2019

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande - Instituto de Ciências Humanas e da
Informação

Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni
Universidade Federal de Pelotas - Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Geociências

Dr. Éder Jardel da Silva Dutra (suplente)
Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), na Universidade Federal
do Rio Grande - Instituto de Ciências Humanas e da Informação

*Dedico esse trabalho a todos os agricultores do
Grupo Agroecológico do Remanso.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me abençoado e dado forças durante todo o mestrado.

Agradeço imensamente aos meus pais, que estão sempre me apoiando e auxiliando na minha caminhada acadêmica. E agradeço em especial, minha mãe por ter me acompanhado durante o trabalho de campo junto aos agricultores.

Agradeço a minha irmã, pelo apoio e auxílio durante esse período.

Agradeço a todos os agricultores do Grupo Agroecológico do Remanso, que contribuíram para que esse trabalho fosse desenvolvido e por todo o aprendizado que me proporcionaram durante a pesquisa de campo.

Agradeço aos mediadores entrevistados pela atenção e disponibilidade.

Agradeço a minha orientadora Jussara, pela paciência e por estar sempre presente e me orientando durante toda a elaboração desse trabalho.

Agradeço a professora Giancarla, pelas contribuições dadas a pesquisa e por estar presente e disposta a me auxiliar em tudo o que preciso.

Agradeço os professores Luiz Fernando e Eder Dutra pelas sugestões dadas a essa dissertação.

Agradeço a Camila, pela amizade, carinho, atenção, por ter tornado meus dias na FURG mais leve e por ter compartilhado comigo inúmeros momentos durante esse período. Amizade esta, proporcionada pelo mestrado e que vai muito além do meio acadêmico.

Agradeço a Caroline, que é minha colega e amiga desde a graduação, pela amizade e parceria durante o mestrado.

Agradeço o Mateus, pelas inúmeras conversas que tivemos sobre o tema da agroecologia.

Agradeço os meus tios Ivo e Vera pela acolhida em sua casa durante a pesquisa empírica.

Agradeço minha amiga de infância Leticia, pela descontração em nossas saídas, que proporcionou o meu fortalecimento para seguir em frente.

Agradeço a Maiara, por estar sempre pronta para esclarecer minhas dúvidas quanto ao uso da técnica de análise de conteúdo.

Agradeço a Ândrea, pela confecção do mapa.

Agradeço a Gabriela, pela tradução do abstract.

Agradeço os docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FURG, que contribuíram na minha formação acadêmica.

Agradeço os colegas do programa, pelas trocas de experiências e angústias compartilhadas.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa, visto que, esse recurso proporcionou que cursasse o mestrado.

Gratidão!

RESUMO

A presente pesquisa objetiva caracterizar a organização espacial, social e econômica da agricultura familiar, com ênfase nas estratégias de reprodução socioeconômicas desenvolvidas pelo Grupo Agroecológico do Remanso, no Município de Canguçu/RS. As estratégias identificadas na revisão teórica (Autoconsumo; Agroecologia; Integração ao Complexo Agroindustrial; Pluriatividade; Migração; Acesso às Políticas Públicas; Previdência Social Rural; Associativismo e Cooperativismo Rural) foram consideradas no estudo empírico. Assim, a pesquisa se constituiu em revisão bibliográfica sobre a temática proposta e em uma caracterização do município de Canguçu, principalmente através da sistematização de dados primários e secundários. Para complementar as análises, foram elaborados e aplicados roteiros de entrevistas, com a representante do grupo do Remanso, com os chamados “mediadores” do grupo, representados pelo presidente da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) e o técnico agrícola do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e com as famílias pertencentes ao Grupo Agroecológico do Remanso. Durante o período da pesquisa, o grupo era constituído por 10 famílias, sendo que todas foram entrevistadas. Constatou-se que a agroecologia é a principal estratégia de reprodução social e econômica do grupo analisado e através desta importante estratégia, acontece a produção para o consumo das famílias e promove-se a organização em associação. Dentro das estratégias detectadas no grupo do Remanso, a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural estão inter-relacionados, ou seja, um depende do outro. As perspectivas de continuidade das famílias no espaço rural são positivas, na medida em que todas as famílias entrevistadas pretendem manter e ampliar a produção agroecológica como forma de organização produtiva. Pode-se afirmar que o Grupo Agroecológico do Remanso encontra-se organizado e estruturado, mas com problema e desafios a serem enfrentados. Um deles, abordado pelo grupo, refere-se à falta de mão de obra nas unidades familiares, o que dificulta a expansão da produção agroecológica e a própria reprodução da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Agroecologia. Estratégias. Grupo Agroecológico do Remanso.

ABSTRACT

The following research aims to characterize the spatial, social and economic organization of family farming, with emphasis on socioeconomic reproduction strategies developed by the Remanso Agroecological Group, in the municipality of Canguçu/RS. The strategies identified in the theoretical review (Self-consumption; Agroecology; Integration to the Agroindustrial Complex; Pluriactivity; Migration; Access to Public Policies; Rural Social Security; Associativism and Rural Cooperativism) were considered in the empirical study. The research consisted of a bibliographical review about the proposal theme and a characterization of the municipality of Canguçu, mainly through sistematization of primary and secondary data. To complement the analyzes, were elaborated and applied interview scripts with the representative of the Remanso Group, with the called “mediators” of the group, represented by the president of Regional Association of Agroecological Producers of the South Region (ARPASUL) and the agricultural technician of the Support Center and promotion of Agroecology (CAPA) and with families belonging to the Remanso Agroecological Group. During the research period, constituted the group by 10 families, all of whom were interviewed. It was verified that agroecology is the main strategy of social and economic reproduction of the analyzed group and through this importante strategy the production for consume of the families happens and the organization in association is promoted. Within the detected strategies in Remanso Group, agroecology, self-consumption and rural associativism are interrelated, that is, one depends on the other. The perspectives for continuity of families in rural space are positives, since all the interviewed families intend to maintain and expand agroecological production as a form of productive organization. It can be affirmed that Remanso Agroecological Group is organized and structured, but with problems and challenges to be faced. One of them, addressed by the group, refers to the lack of labor in family units, which makes it difficult to expand of agroecological production and the own reproduction of family farming.

Keywords: Family Farming. Agroecology. Strategies. Remanso Agroecological Group.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Canguçu/RS	23
Figura 2 - Mapa da divisão distrital do município de Canguçu	24
Figura 3 - Compartimentos geomorfológicos do tipo cristas e colinas presentes na ..	26
Figura 4 - Mapa de localização das famílias entrevistadas	66
Figura 5 - Relação entre faixa etária e sexo dos membros das famílias que residem na propriedade dos entrevistados	67
Figura 6 - Relação entre escolaridade e sexo dos membros das famílias que residem na propriedade dos entrevistados	68
Figura 7 - Condição do agricultor	72
Figura 8 - Forma de aquisição da propriedade da terra	73
Figura 9 - Quem administra a propriedade?.....	74
Figura 10 - Formação da renda nas propriedades	75
Figura 11 - Mosaico do cultivo de produtos agrícolas	77
Figura 12 - Mosaico da criação de animais	81
Figura 13 - Atividades com maior importância econômica para as famílias pesquisadas	83
Figura 14 - Importância da produção para o autoconsumo para as famílias estudadas.....	87
Figura 15 - Ano que os agricultores começaram a trabalhar de forma agroecológica	90
Figura 16 - Causas que levaram os agricultores a produzirem de forma agroecológica	91
Figura 17 - Importância da agroecologia para os agricultores e mediadores	93
Figura 18 - Perspectivas da produção agroecológica na visão dos agricultores e mediadores.....	94
Figura 19 - Limites da produção agroecológica na visão dos agricultores	95
Figura 20 - A agroecologia é viável economicamente na visão dos agricultores e mediadores.....	98
Figura 21 - Algumas das práticas de conservação de solo usadas pelos agricultores estudados.....	102
Figura 22 - Tipo de crédito acessado pelos agricultores do grupo do Remanso.....	104

Figura 23 - Ano da associação das famílias no Grupo Agroecológico do Remanso	106
Figura 24 - Importância do associativismo e cooperativismo para as famílias pesquisadas	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre os filhos dos entrevistados que migraram para a cidade e os filhos que permanecem no meio rural	69
Quadro 2 - Informações sobre as feiras que os agricultores do grupo pesquisado comercializam sua produção.....	79
Quadro 3 - O que é a agroecologia para os agricultores e mediadores entrevistados	92
Quadro 4 - Insumos internos e externos.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do município de Canguçu no período de 1920 - 2010.....	31
Tabela 2 - População por faixa etária, sexo e domicílio do município de Canguçu (2010).....	32
Tabela 3 - Expectativa de vida, mortalidade infantil e taxa de fecundidade do município de Canguçu no período de 1991 - 2010.....	33
Tabela 4 - Estrutura etária da população do município de Canguçu no período de 1991 - 2010	33
Tabela 5 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais do município de Canguçu (2010).....	34
Tabela 6 - Escolaridade da população do município de Canguçu no período de 1991 - 2010	35
Tabela 7 - Principais produtos agrícolas cultivados do município de Canguçu no período de	36
Tabela 8 - Principais criações de animais do município de Canguçu no período de 1995 - 2017	37
Tabela 9 - Produção de leite do município de Canguçu no período de 1995 - 2017.	37
Tabela 10 - Estrutura Fundiária do município de Canguçu (2012).....	38
Tabela 11 - Número de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social do município de Canguçu no período de 2010 - 2017.....	40
Tabela 12 - Relação entre faixa etária e escolaridade dos membros das famílias que residem na propriedade dos entrevistados	69
Tabela 13 - Municípios, grupos e número de famílias associadas na ARPASUL	84
Tabela 14 - Participação dos agricultores em instituições.....	108
Tabela 15 - Participação dos agricultores em instituições religiosas, clube de futebol e representante de escola	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ARCA - Núcleo de Estudos Agrários e Culturais
ARPASUL - Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul
CAE - Centro de Agricultura Ecológica
CAI - Complexo Agroindustrial
CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CNM - Confederação Nacional dos Municípios
COOESC - Cooperativa dos Estudantes de Canguçu
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
EFASUL - Escola Família Agrícola da Região Sul
EJA - Ensino para Jovens e Adultos
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
ETEC - Escola Técnica Estadual Canguçu
FEE - Fundação de Economia e Estatística
FETAG-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FETRAF-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFSUL - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SIPT - Sistema Integrado de Produção de Tabaco

STRC - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CONHECENDO O MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	23
1.1 Localização, geomorfologia e paisagem rural	23
1.2 Histórico sobre a formação espacial da área de estudo e sua relação com a produção agropecuária	27
1.3 Caracterizando a população	30
1.4 Produção agrícola e estrutura fundiária	36
1.5 Estratégias predominantes na agricultura familiar	38
2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA: uma abordagem teórica	41
2.1 A reconstituição histórica da agricultura familiar no Brasil	41
2.2 As principais estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar	55
3 GRUPO AGROECOLÓGICO DO REMANSO E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA: UM ESTUDO EMPÍRICO	66
3.1 Caracterização geral dos agricultores pertencentes ao Grupo Agroecológico do Remanso	67
3.2 Conhecendo os principais parceiros do Grupo Agroecológico do Remanso ...	83
3.3 Estratégias predominantes desenvolvidas pelo Grupo Agroecológico do Remanso	86
Considerações finais	111
REFERÊNCIAS:	113
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista aplicado com a representante do	124
Grupo Agroecológico do Remanso - Canguçu/RS	124
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aplicado junto aos agricultores do Grupo Agroecológico do Remanso - Canguçu/RS	125
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista aplicado junto aos mediadores do Grupo Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS	129
ANEXO 1 - Mapa dos compartimentos geomorfológicos do município de Canguçu e suas respectivas paisagens	131

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma importante categoria para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, sendo responsável pela grande parte da produção de alimentos consumidos no país, gerando renda e emprego no campo, influenciando assim, diretamente na diminuição do êxodo rural. O campo, para esse segmento da população, não é apenas um espaço de produção, mas de vida. Mesmo adaptada ao sistema capitalista e passando por mudança na forma de produção e vida social, a agricultura desenvolvida pelas famílias segundo Wanderley (1996), possui raízes no campesinato.

Para garantir a sua sobrevivência e reprodução social no meio rural, a agricultura familiar adota algumas estratégias, direcionadas às unidades familiares ou às unidades de produção (PLEIN; SCHNEIDER, 2004). Para Carmo (2008):

[...] um sistema de exploração familiar é tanto uma unidade de produção quanto uma unidade social. As decisões familiares vão além do econômico, em que trabalho e parentesco estão juntos nas estratégias reprodutivas. Há uma rede complexa de relações sociais e valores coletivos que mantém o grupo familiar unido, e que define e redefine a unidade de exploração (CARMO, 2008, p. 32).

O objeto de estudo dessa pesquisa compreende o Grupo Agroecológico do Remanso, que está localizado na localidade do Remanso – 1º distrito do município de Canguçu/RS. Conforme a entrevista realizada com a representante do Grupo Agroecológico do Remanso, o mesmo foi criado em 1995, por meio de um trabalho desenvolvido, principalmente, pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA).

No ano de 1995, com incentivo da equipe técnica do CAPA, os agricultores visitaram o Centro Ecológico Ipê¹, onde conheceram a produção, comercialização e experiências agroecológicas praticadas na região. Os agricultores do Remanso ao retornarem para as suas propriedades estavam convencidos da viabilidade de implementar a produção agroecológica na localidade. Com isso, houve um grande

¹ O Centro Ecológico Ipê está localizado no município de Ipê/RS e desde 1985 trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, com o uso de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social. Através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, esse centro assessora organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos (Fonte: www.centroecologico.org.br).

processo de discussão e de capacitação que acabou resultando na criação do Grupo Agroecológico do Remanso (PETER, 2011).

Plein e Schneider (2004) declaram que a agroecologia é uma das estratégias de reprodução da agricultura familiar e compreende uma alternativa para os agricultores, já que existe a procura por produtos diferenciados, sem o uso de agrotóxicos e não transgênicos. “A agricultura familiar tornou-se o principal *locus* para o desenvolvimento deste sistema de produção, visto que, as características particulares da organização familiar melhor comportam os princípios e práticas agroecológicas” (FINATTO; CÔRREA, 2011, p. 280).

Os agricultores familiares do município de Canguçu estão adotando a agroecologia como uma das estratégias de reprodução socioeconômica para a permanência no meio rural, ocorrendo assim, novas dinâmicas, principalmente na produção agrícola local.

A escolha do município de Canguçu como área de estudo justifica-se pelo fato de eu ser filha de agricultores familiares deste município e por conhecer e ter afinidade com a realidade do meio rural, onde é perceptível **a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local**². Observa-se também **a grande diversidade de estratégias desenvolvidas pela agricultura familiar para sua permanência e continuidade e um aumento considerável da produção, comercialização e consumo de produtos agroecológicos**. Para esclarecer essas afirmações, elaborou-se a problematização dessa pesquisa que consiste no seguinte questionamento: Quais as estratégias socioeconômicas desenvolvidas pelo grupo de agricultores familiares agroecológicos do Remanso-Canguçu/RS para a sua permanência (presente) e continuidade (futuro) no meio rural?

A localidade do Remanso é o recorte espacial da pesquisa e de acordo com Peter (2011), a localidade está distante 30 km da sede urbana e é constituída por aproximadamente 80 famílias, principalmente descendentes de pomeranos e italianos.

A escolha do recorte espacial justifica-se pela importante presença da agricultura familiar na localidade e especialmente pela existência do Grupo de

² Segundo Martins (2002), no desenvolvimento local a população participa ativamente e não é apenas beneficiária. É muito mais que um conceito, “o desenvolvimento local é, na verdade, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade” (MARTINS, 2002, p. 51).

Agricultores Agroecológicos do Remanso, sendo este, o grupo agroecológico mais antigo do município.

De acordo com a entrevista aplicada com a representante do grupo de agricultores do Remanso (Apêndice A), o mesmo é uma associação local, que por sua vez está ligada a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL).

O objetivo geral da pesquisa é caracterizar a organização espacial, social e econômica da agricultura familiar, com ênfase nas estratégias de reprodução socioeconômicas desenvolvidas pelo Grupo Agroecológico do Remanso - Canguçu/RS.

Para que o objetivo descrito seja alcançado, o estudo apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as principais estratégias de reprodução socioeconômicas adotadas pela agricultura familiar;
- Compreender a agroecologia como princípio norteador na organização do grupo pesquisado e nas práticas socioprodutivas;
- Caracterizar a organização espacial da agricultura familiar na localidade do Remanso, enfatizando as principais estratégias sociais e econômicas do grupo;
- Identificar as perspectivas para permanência e continuidade do grupo estudado.

Através da revisão teórica feita no decorrer da pesquisa determinou-se como principais estratégias sociais e econômicas da agricultura familiar: Autoconsumo; Agroecologia; Integração ao Complexo Agroindustrial; Pluriatividade; Migração; Acesso às Políticas Públicas; Previdência Social Rural; Associativismo e Cooperativismo Rural. Cabe ressaltar, que essas estratégias identificadas durante a revisão teórica foram consideradas no estudo empírico.

A pesquisa consiste em um estudo de caso do Grupo Agroecológico do Remanso, no município de Canguçu. O estudo de caso é considerado um dos principais métodos de pesquisa qualitativa no campo das ciências humanas. Segundo Yin (2010, p. 39), o mesmo “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real”.

Esse método “começa com uma revisão minuciosa da literatura e com a proposição cuidadosa e atenta das questões ou objetivos da pesquisa” (Yin, 2010, p. 23). Com isso, na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a reconstituição da agricultura familiar do Brasil, com base essencialmente na Coletânea do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), órgão este, ligado a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Essa coletânea trata sobre o tema do campesinato no Brasil. Na segunda parte foi realizada uma revisão teórica referente às principais estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar, por intermédio de livros e artigos científicos.

Na pesquisa qualitativa, a revisão bibliográfica não é feita apenas na etapa inicial, mas ao longo de todo o processo, sendo que o pesquisador qualitativo recorre a ela desde a elaboração do objeto até a análise dos dados e mantém um equilíbrio entre o trabalho teórico e empírico (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012).

A segunda etapa compreendeu a caracterização do município de Canguçu, principalmente através da sistematização de dados secundários, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e de dados primários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Agência Canguçu e da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Foi feita uma revisão teórica de estudos anteriores, apresentados na forma de monografias, dissertações, teses e artigos científicos que tratam sobre o tema da agricultura familiar do município. E também foi realizada a análise da paisagem do município de Canguçu³ e da localidade do Remanso através de fotografias representativas de cada compartimento geomorfológico do município.

A terceira etapa compreendeu a elaboração e aplicação de um roteiro com perguntas abertas (Apêndice A), com a representante do grupo do Remanso. A entrevista aconteceu na segunda quinzena do mês de outubro de 2017, na Feira

³ Essa análise da paisagem do município de Canguçu considerando os compartimentos geomorfológicos consta em: KONZGEN, Queli Rejane da Silva. **A multifuncionalidade nos espaços da agricultura familiar: um estudo de caso na localidade da Glória – 1º distrito do município de Canguçu/RS.** 2017. 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Agroecológica da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) - Canguçu. Concomitantemente com a revisão teórica e a caracterização geral do município de Canguçu, considerou-se necessário uma pesquisa exploratória para obter informações gerais e ver a possibilidade da realização do estudo no referido grupo.

A quarta etapa abarcou o levantamento de dados primários junto às famílias pertencentes ao Grupo agroecológico do Remanso. O grupo durante o período da pesquisa era constituído por 10 famílias, sendo que foram entrevistadas as 10 famílias durante a segunda quinzena do mês de julho de 2018 e na primeira quinzena do mês de agosto do mesmo ano.

O trabalho de campo para Chiapetti (2010, p. 145), com base em Suertegaray (2002) “é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e, que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo”.

A entrevista semiestruturada (Apêndice B) foi a principal técnica de coleta de informações no campo da pesquisa. Esse tipo de entrevista se caracteriza pela organização de “um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 72). E a entrevista de acordo com Neto (1994):

[...] é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (NETO, 1994, p. 57).

Ainda com relação às técnicas de coleta de dados no contexto empírico, foi usado a observação, diário de campo, levantamento fotográfico e a verificação das coordenadas geográficas e georreferenciamento das sedes das propriedades, para a elaboração do mapa de localização. Com a observação direta, o pesquisador tem um maior contato com a realidade e a obtenção de informações do grupo estudado. O diário de campo para Neto (1994, p. 63-64):

Demanda um uso sistemático que se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação. Quanto mais rico for as anotações desse diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado.

O registro fotográfico para o mesmo autor, “amplia o conhecimento do estudo porque nos proporciona documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado” (NETO, 1994, p. 63).

A quinta etapa englobou a aplicação de entrevista (Apêndice C) com o presidente da ARPASUL, isso no mês de agosto de 2018 e com o técnico agrícola do CAPA, no mês de dezembro de 2018. Esses são os principais parceiros do grupo e são os chamados mediadores do grupo em estudo e que proporcionam a assistência técnica e desenvolvem um importante papel na organização produtiva e comercial. Vale ressaltar que as entrevistas realizadas tanto com os mediadores quanto com os agricultores foram gravadas.

Na sexta etapa foi feita a transcrição das entrevistas realizadas junto com os agricultores e mediadores. Durante a transcrição realizou-se pequenos ajustes ortográfico e no transcorrer do trabalho o uso do itálico compreende a fala dos entrevistados.

Como técnica de análise e tratamento dos dados foi adotada a aproximação da análise de conteúdo, do tipo análise categorial⁴, que é o tipo mais usado na análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 24): “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Segundo Godoy (1995), a aplicação da análise de conteúdo ocorre em três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A pré-análise compreende a organização do material e a chamada leitura “flutuante”, ou seja, o primeiro contato com o documento (GODOY, 1995). O contato inicial com o material:

[...] permitirá definir, com mais acuidade, quais documentos são mais promissores para se analisar esse problema, quais os objetivos da pesquisa, algumas hipóteses provisórias, assim como especificação do campo no qual deveremos fixar nossa atenção (GODOY, 1995, p. 24).

Nessa fase, como a análise de conteúdo necessita de um material textual para a aplicação dos procedimentos e como o roteiro usado na pesquisa caracteriza-

⁴ “Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples” (BARDIN, 2011, p. 201).

se por questões fechadas, se separou estas as questões fechadas e as que não apresentavam texto suficiente para a aplicação da análise de conteúdo, resultando em uma tabulação simples, onde as informações foram organizadas em texto, quadros, tabelas, gráficos, entre outros e feita a análise e interpretação. Para as demais questões aplicou-se a análise de conteúdo, complementada por uma análise mais quantitativa e objetiva.

A exploração do material compreende segundo Sodré (2016, p. 45): “o momento onde se finaliza o processo de categorização⁵ – já iniciado a partir do estabelecimento dos indicadores na pré-análise – e também onde se realizam as operações de codificação⁶”.

Nessa fase definiram-se para os agricultores as seguintes categorias: autoconsumo, agroecologia e associativismo rural e para os mediadores: agroecologia e associativismo rural.

E o tratamento dos resultados engloba a análise dos dados e a interpretação do material. Nessa fase se alcança o objetivo da análise de conteúdo, ou seja, a chamada inferência (explicação do material e extração da compreensão do material).

Vale ressaltar que na análise de conteúdo não existe uma receita pronta, apenas algumas regras de base (BARDIN, 2011). Sodré (2016, p. 45) complementa:

A análise de conteúdo abrange três etapas: pré-análise, exploração do material e análise dos resultados. Apesar de constituírem-se em etapas sucessivas, marcadas por procedimentos particulares, é necessário lembrar, como indica Godoy (1995), que não existe uma receita invariável a ser seguida quando se opta pelo emprego da análise de conteúdo. Cada uma dessas etapas apresenta grande flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes objetos de estudo. O que significa dizer que, ainda que apresente um conjunto de orientações e procedimentos de base, a análise de conteúdo não impõe um receituário padrão generalizável, tampouco promove o engessamento das pesquisas que dela se utilizam.

⁵ “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 2011, p. 147).

⁶ “A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (BARDIN, 2011, p. 133).

A presente dissertação encontra-se estruturada além dessa seção introdutória, em três capítulos e as considerações finais. A seguir apresenta-se uma visão geral do que foi tratado em cada capítulo:

Capítulo 1: Engloba a caracterização dos aspectos geográficos, históricos, sociais, econômicos, análise da paisagem do município de Canguçu e da localidade do Remanso, levando em conta os compartimentos geomorfológicos. Nesse capítulo ainda é apresentado as principais estratégias desenvolvidas pela agricultura familiar na área de estudo. Ressalta-se que essa caracterização teve como unidade de análise o município de Canguçu.

Capítulo 2: Expõe a fundamentação teórica referente reconstituição da agricultura familiar e suas principais estratégias de reprodução social e econômica.

Capítulo 3: Apresenta os resultados da pesquisa empírica desenvolvida junto com os agricultores pertencentes ao Grupo Agroecológico do Remanso e com os chamados “mediadores”.

Por fim, a pesquisa poderá contribuir no âmbito da geografia, ampliando a análise do tema, sobretudo na área da geografia agrária, uma vez que a maior parte das pesquisas relacionadas a esta temática, é desenvolvida em outras áreas do conhecimento, como sociologia rural, agronomia, biologia, ecologia e economia rural.

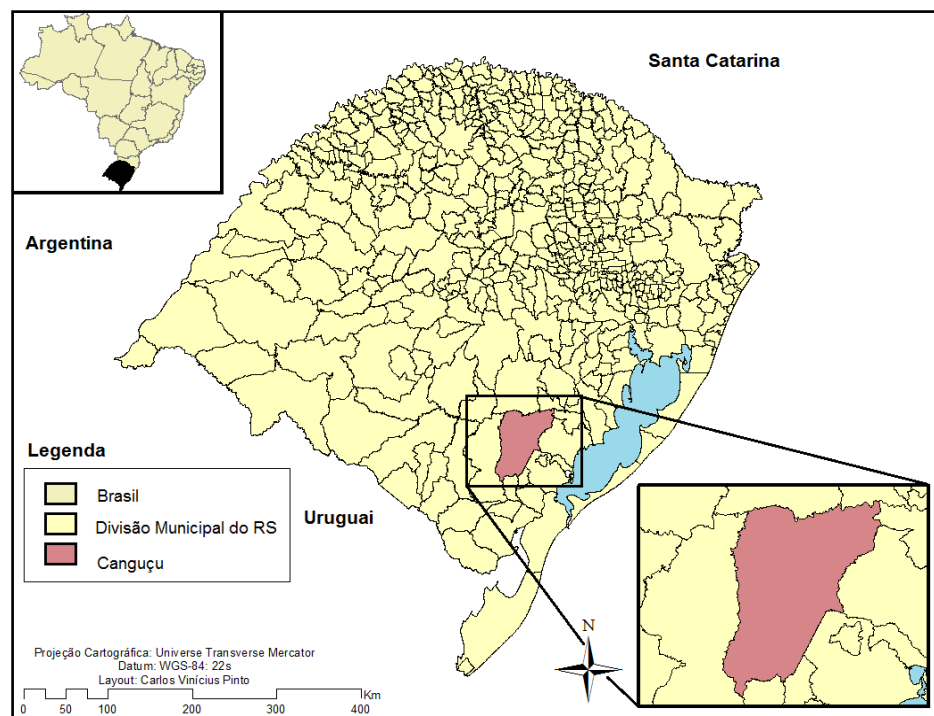
1 CONHECENDO O MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS

Apresenta-se nesse capítulo uma caracterização de Canguçu referente aos aspectos geográficos, históricos, sociais e econômicos, bem como, as estratégias predominantes da agricultura familiar do município.

1.1 Localização, geomorfologia e paisagem rural

O município de Canguçu está localizado na região fisiográfica da Serra do Sudeste, no Escudo Cristalino sul-riograndense (Figura 1), fica a aproximadamente 52 Km do município de Pelotas e 274 km de distância de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Emancipou-se do município de Piratini no ano de 1857, com uma área de 3.252 km² e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) apresenta uma densidade demográfica de 15,1 habitantes por Km².

Figura 1 - Mapa de localização do município de Canguçu/RS

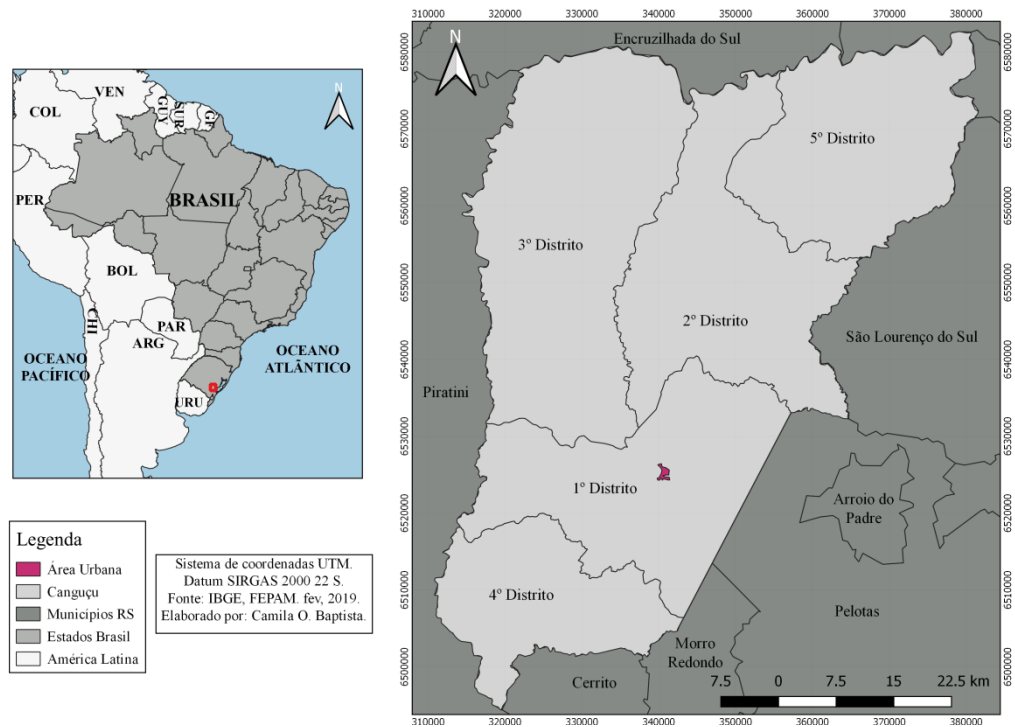


Fonte: Elaborado por Carlos Vinícius Pinto, 2015.

A área de estudo conforme Figura 2 é dividida em cinco distritos e no primeiro está localizada a sede municipal e as localidades mais próximas da sede e os outros

quatro distritos localizam-se mais distante da parte urbanizada. Canguçu apresenta os seguintes limites político-administrativos: ao norte com os municípios de Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal, ao sul com o município de Cerrito, a leste com os municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Morro Redondo e a oeste com o município de Piratini.

Figura 2 - Mapa da divisão distrital do município de Canguçu



Fonte: Elaborado por Camila O. Baptista.

Sobre a geomorfologia do município de Canguçu, Viera (2012), identificou apenas um compartimento geomorfológico, o planalto, com a divisão em três subcompartimentos geomorfológicos, a saber:

[...] a) as **Cristas** - áreas mais acidentadas, associadas ao Escudo Cristalino; b) as **Colinas** - áreas com relevo mediana ou levemente ondulado, igualmente associadas ao Escudo Cristalino; e c) a **Planície Aluvial do Rio Camaquã** - áreas que acompanham a margem direita do Rio Camaquã (VIERA, 2012, p. 58).

O compartimento geomorfológico de cristas ocupa 48% da área e está localizado no centro do município, englobando inclusive a área urbana. Apresenta vertente fortemente a moderadamente inclinadas e possui vegetação nativa em alguns locais. Predomina o cultivo do milho, feijão, pêssego, fumo e a criação da pecuária bovina de leite e corte, dentro dessa unidade foi identificada outro sub-

compartimento representado por afloramentos rochosos. O compartimento geomorfológico de colinas é o mais representativo, ocupando 51% da área do município. Localiza-se ao Sul e ao Norte da sede urbana, contornando o compartimento de cristas. É caracterizada por vertentes moderadamente a levemente inclinadas e pela presença de vegetação nativa somente na forma de mata ciliar. O fumo, feijão, milho, soja, árvores frutíferas são os principais produtos agrícolas cultivados e ainda estão presentes florestas exóticas, como por exemplo, o eucalipto e a acácia, e também a criação bovina de corte e leite se faz presente. A planície aluvial do Rio Camaquã é a unidade geomorfológica menos representativa, ocupando apenas 1% da área, possui vertentes planas e alongadas, onde predomina a produção de arroz irrigado e a criação de gado bovino de corte (VIERA, 2012).

Observa-se no Anexo 1, que as paisagens referentes ao compartimento geomorfológico de cristas expressa áreas muito acidentadas associadas ao escudo cristalino. Compreende um espaço de moradia e de produção ocupado pela agricultura familiar, como o cultivo do tabaco identificado através da lavoura de nabo forrageiro, muito utilizado como prática de conservação do solo desse tipo de cultivo. Quanto às paisagens do tipo colinas, observa-se um relevo levemente ondulado associado ao escudo cristalino, com a presença não apenas da vegetação nativa, mas da exótica (eucalipto) e a lavoura de resteva da soja. O cultivo da soja está se expandido para essas áreas que antes eram usadas para o cultivo principalmente do milho, pêssego, fumo e criação da pecuária bovina de corte e leite. As áreas de colinas são ocupadas principalmente pela agricultura familiar.

Viera (2012) identificou os afloramentos rochosos como uma unidade particular dentro do compartimento geomorfológico de cristas. A paisagem referente aos afloramentos rochosos com base ainda no Anexo 1 revela áreas restritas ao uso agrícola devido a presença dos afloramentos rochosos, áreas estas ocupadas pela agricultura familiar. E as paisagens pertencentes à Planície Aluvial do Rio Camaquã demonstra áreas planas, com o predomínio da vegetação de pequeno e médio porte, onde é cultivado essencialmente o arroz irrigado e a soja e a criação da pecuária bovina de corte, áreas estas, ocupadas pela agricultura patronal.

Cabe ressaltar, que na última década ocorreu um aumento considerável da produção de soja no município, sendo a mesma produzida principalmente na planície aluvial do Rio Camaquã, mas também vem sendo cultivada nas áreas mais

planas das outras duas unidades geomorfológicas. Como consequência da expansão deste produto, vem ocorrendo uma diminuição na área de pastagens e, em consequência, na criação de bovinos no município. Além de ser produzida pela agricultura patronal, alguns agricultores familiares estão introduzindo a soja como um produto secundário, em pequena escala, em combinação geralmente com a produção do tabaco.

Quanto à localidade do Remanso (recorte espacial da pesquisa) observou-se durante a pesquisa empírica, na paisagem, a existência de compartimentos geomorfológicos de cristas e colinas (Figura 3). Nas áreas de cristas predomina o cultivo do tabaco e a produção agroecológica é desenvolvida essencialmente nesse tipo de relevo. Já nas colinas prevalece a produção de soja e a criação da pecuária de corte, mas em pequena quantidade.

Figura 3 - Compartimentos geomorfológicos do tipo cristas e colinas presentes na localidade do Remanso



A) Cristas; B) Colinas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A formação histórica do município de Canguçu teve seu desenvolvimento de forma desigual em termos econômicos, temporais e espaciais. As áreas mais férteis e planas foram destinadas para a agricultura patronal para desenvolver a pecuária extensiva e as áreas com maior declividade foram designadas para a agricultura familiar, com uma produção destinada principalmente para o abastecimento do grupo familiar (VIERA, 2012).

1.2 Histórico sobre a formação espacial da área de estudo e sua relação com a produção agropecuária

De acordo com Bento (2007), os primeiros habitantes do município de Canguçu foram os índios Tapes⁷, que emprestaram o nome a serra onde está localizado o município.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios – CNM (2014), a sede de Canguçu iniciou seu povoamento em 1739. Conforme Bento (2007), a palavra Canguçu surgiu oficialmente em 1783, no nome da Real Feitoria localizada na atual localidade de Canguçu Velho. Para o autor, a palavra se origina a partir de três teorias: A primeira teoria é que pode ter sido dada pelos índios Tapes que habitavam o cerro⁸ de Canguçu, que compreende o cume da Serra dos Tapes e chamado de Cerro Grande. A segunda teoria se origina da palavra guarani Caaguassu com sentido de mato grande referindo-se a mata densa que recobria a vertente da lagoa dos Patos e que era avistada a grande distância das planícies a sua frente. A terceira teoria deriva do termo Cang-Assu, que significa “Cabeça Grande”, devido a existência de uma onça na região e que possuía a cabeça muito grande.

A terceira teoria é a mais aceita pelos historiadores locais e é predominantemente utilizada para referenciar a história do município nos anos iniciais do ensino fundamental.

Segundo Bento (2007), durante a disputa pelo atual Estado do Rio Grande do Sul entre espanhóis e portugueses, o município recebeu no ano de 1763, núcleos de migração de origem açoriana, que migraram em busca de proteção. Um importante

⁷ Também conhecidos como índios guaranis, sendo o grupo indígena mais numeroso do Rio Grande do Sul, porém com a chegada dos europeus ao Brasil, os índios ao longo dos séculos se tornaram poucos.

⁸ Cerro é sinônimo de morro e trata-se de elevações isoladas de terra e sua altura é menor do que uma montanha.

marco do desenvolvimento da agricultura foi a Real Feitoria do Linho cânhamo do Rincão de Canguçu que estava localizada na atual localidade do Canguçu Velho e que funcionou de 1783-1788. Na Real Feitoria, além do linho, era produzido milho, feijão, abóbora e mandioca. Desde o ano de 1800 a pecuária bovina passou a ser a atividade predominante, devido à proximidade com as charqueadas existentes no município de Pelotas (BENTO, 2007).

Ainda de acordo com o autor, após a Guerra da Restauração (1763-1777), concederam-se sesmarias para o atual município. Por volta de 1793 surgiu uma questão de terras em torno da posse da sede municipal. Esta disputa ocorreu entre os sesmeiros Paulo Rodrigues Xavier Prates e João Francisco Teixeira de Oliveira, o primeiro alegando posse e domínio e o segundo requerendo a devolução da área. Para solucionar o litígio doaram a área para a construção de uma capela e fundação de um povoado.

Bento (2007) elenca que em 1º de janeiro de 1800, é fundada a Capela Curada Nossa Senhora da Conceição em Canguçu, considerada um marco inicial da área urbana. A capela foi atraindo a população ao seu redor e em 27 de Junho de 1857, ocorreu à emancipação do município de Canguçu.

Já no século XX, nas duas primeiras décadas, o município começou a receber contingentes de colonos alemães, pomeranos e italianos vindos das colônias de Pelotas e São Lourenço do Sul. De acordo com Dutra (2010, p. 19), “desde o início, estes colonos dedicaram-se à policultura (feijão, milho, trigo, abóbora, batata doce, batata inglesa, entre outros) e a criação de animais, favorecendo o surgimento da agricultura familiar, inicialmente com características de subsistência”. Com isso, a agricultura passou a ser a atividade predominante no município.

Até a segunda metade do século XX, a produção era basicamente para suprir as necessidades de autoconsumo familiar e já entre 1970-1980, segundo Bandeira (2012), o pêssego passou a ser cultivado de forma intensiva pela agricultura familiar, visando atender à demanda das indústrias conserveiras do município de Pelotas. Ainda de acordo com a mesma autora:

Além de adquirir o pêssego produzido em Canguçu, as indústrias de conserva de Pelotas empregavam muita mão-de-obra. Com a decadência dessas indústrias, o preço do pêssego baixou e, por vezes, não se encontrava comprador para a produção. Desiludidos com o meio rural, um grande número de agricultores vendeu sua propriedade e migrou para as cidades, todavia outros viram no cultivo mais intenso do fumo uma alternativa para permanecer no campo (BANDEIRA, 2012, p. 92).

A produção do tabaco está presente no município desde 1960, mas com o declínio da cadeia conserveira no final dos anos de 1980 e início de 1990, as empresas fumageiras constataram que o município apresentava condições positivas para o aumento da produção de tabaco, como por exemplo, propriedades pequenas com grande quantidade de mão de obra, passando a ser o cultivo que predomina na agricultura familiar do município.

Além disso, nessa mesma época é retomada a produção de alimentos em bases agroecológicas. Denis Monteiro, secretário-executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), aborda na reportagem publicada na Revista Poli - Saúde, Educação e Trabalho em janeiro de 2011, que o termo agroecologia passou a ser mais utilizado na década de 1970 e 1980, mas apenas a palavra é nova, sendo as práticas e conhecimentos que acabam resultando no emprego da agroecologia são muito antigas e durante a maior parte da história da agricultura, por milhares de anos, a produção era feita sem o uso de insumos sintéticos e respeitando o ciclo da natureza.

Peter (2011) aborda que a agroecologia foi inserida no município de Canguçu no final da década de 1980, apoiada por três organizações não governamentais ligadas a igreja. A Pastoral do Agricultor, ligada a Igreja Anglicana, a Pastoral Rural, ligada a Igreja Católica e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), ligado a Igreja de Confissão Luterana no Brasil. Essas instituições começaram a apoiar as famílias de agricultores para se reunirem coletivamente em grupos e associações com o objetivo de buscar “no trabalho coletivo a transformação da realidade social na qual estavam inseridos” (PETER, 2011, p. 19). Segundo o mesmo autor, essas instituições tinham como objetivo comum:

O fortalecimento da agricultura familiar que vinha sofrendo entre as décadas de 1970 e 1980, uma forte redução no número de famílias que residiam no campo, forçados pelo avanço da revolução verde essas famílias se viam obrigadas a migrarem para a cidade em busca de novas condições de trabalho e renda (PETER, 2011, p. 18).

Baseado na pesquisa de Cicconeto e Verdum (2012) a agricultura agroecológica no município de Canguçu apresenta os seguintes momentos:

Primeiro momento: Compreende a gênese da agricultura ecológica no município, carregada de dimensões imateriais ou de religiosidade, como por exemplo, a contribuição das instituições religiosas que influenciaram na inserção da agroecologia.

Segundo momento: Corresponde à ampliação da produção, com a organização de novos grupos de associações e cooperativas de agricultores com o objetivo de se constituírem comercialmente, tendo uma ligação direta com o consumidor, de forma a abolir a figura do atravessador. Momento este de transição, com a busca da autonomia na produção agrícola, conservação ambiental e comercialização dos produtos.

Terceiro momento: Vai além da expansão, considerada uma forma de sustento para os produtores e passando pelo reconhecimento de grupos de consumidores, preocupados com as questões de saúde, em busca de alimentos mais limpos-saudáveis, sem uso de agrotóxicos e também com as questões ambientais.

A produção agroecológica é uma atividade importante para a permanência de muitas famílias do meio rural, indo além da geração de renda, incluindo a conservação/preservação do meio ambiente e a valorização social do agricultor. Com isso, notou-se uma maior demanda e conseqüentemente um aumento da produção.

1.3 Caracterizando a população

Conforme a Tabela 1 observa-se um aumento considerável da população do município entre 1920 a 1940, devido à migração de famílias de colonos alemães, pomeranos e italianos vindos das colônias de Pelotas e São Lourenço do Sul, como abordado anteriormente. Outro dado que chama a atenção é a diminuição no número da população rural e aumento da população urbana no período de 1970 - 1990. Isso, devido ao processo de modernização da agricultura que gerou um intenso êxodo rural, pois muitos agricultores não encontrando alternativas de sobrevivência, acabaram deixando o campo e migrando para outras áreas do Estado e para outras regiões do país. Diferentemente da realidade de muitos municípios brasileiros, atualmente, ainda predomina a população rural, ou seja, 63,02% da população do município de Canguçu reside na área rural e sobrevive das atividades relacionadas à agricultura.

Tabela 1 - População do município de Canguçu no período de 1920 - 2010

Ano	População Rural	População Urbana	(%) População Rural sobre a População Urbana	População Total
1920	25.900	1.100	95,92	27.000
1940	47.177	2.895	93,21	50.612
1950	55.769	2.438	95,81	58.207
1960	54.281	3.257	94,33	57.538
1970	57.256	5.195	91,68	62.451
1980	46.947	8.878	84,09	55.825
1991	36.556	13.811	72,57	50.367
2000	33.742	17.685	65,58	51.447
2010	33.565	19.694	63,02	53.259
2018 ⁹				55.871

Fonte: IBGE, 2010.

Como pode ser verificado na Tabela 2, há um predomínio de homens no meio rural na faixa etária de 0 a 69 anos, ou seja, percebe-se a masculinização no campo e segundo Deere e Leon (2002), uma das causas deste processo ocorre devido à saída das jovens em busca de mercado de trabalho e estudo no meio urbano, sobretudo devido ao processo sucessório que, tradicionalmente, concede o acesso a terra aos herdeiros do sexo masculino. Além disso, percebe-se que a expectativa de vida¹⁰ das mulheres no município é maior, perceptível na faixa etária de 70 a 100 anos ou mais, prevalecendo o maior número de mulheres tanto no meio urbano, quanto no rural.

⁹ População Total estimada para 2018.

¹⁰ Expectativa de Vida: Também chamada de esperança de vida ao nascer, consiste na estimativa do número de anos que se espera que um indivíduo possa viver.

Tabela 2 - População por faixa etária, sexo e domicílio do município de Canguçu (2010)

Faixa Etária	Homens		Mulheres	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
0 – 9 anos	1.220	2.169	1.223	2.143
10 – 19 anos	1.494	2.748	1.591	2.534
20 – 29 anos	1.507	2.489	1.606	2.090
30 – 39 anos	1.348	2.469	1.534	2.104
40 – 49 anos	1.329	2.638	1.434	2.291
50 – 59 anos	1.016	2.375	1.191	1.937
60 – 69 anos	712	1.636	934	1.458
70 – 79 anos	415	845	635	936
80 – 89 anos	152	248	285	371
90 – 99 anos	15	29	50	50
100 anos ou +	1	1	2	4
Total	9.209	17.647	10.485	15.918

Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Canguçu no ano de 2010 era de 0,650, sendo que a dimensão que mais contribuía para o IDHM era a longevidade, com índice de 0,819, seguida da renda, com índice de 0,683 e de educação, com índice de 0,491 e ocupando a 3115^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros.

Com o avanço da medicina, maior acesso aos serviços de saúde e cuidados com a alimentação, percebe-se na Tabela 3 que a expectativa de vida no município de Canguçu cresceu 7,6 anos no período de 1991 a 2010, passando de 66,6 anos em 1991, para 74,2 anos em 2010. A mortalidade infantil teve uma queda considerável, devido ao maior acesso da população a políticas de saúde, como por exemplo, aumento de campanhas de vacinação, programa de pré-natal e aleitamento materno. A diminuição da taxa de fecundidade está associada ao aumento de investimento do governo na área da saúde, dando mais atenção a saúde da mulher, atuando no planejamento familiar e desenvolvendo projetos de educação sexual, assim como o incentivo ao uso de métodos contraceptivos. Ainda pode ser salientada a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o maior nível de escolaridade, entre outros fatores.

Tabela 3 - Expectativa de vida, mortalidade infantil e taxa de fecundidade do município de Canguçu no período de 1991 - 2010

	1991	2000	2010
Expectativa de Vida (anos)	66,6	71,3	74,2
Mortalidade Infantil até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	27,3	20,2	13,9
Mortalidade Infantil até 5 ano de idade (por mil nascidos vivos)	32,0	23,4	16,3
Taxa de Fecundidade (%)	2,6	2,5	1,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Quanto à estrutura etária (Tabela 4), constata-se no período de 1991 - 2010, uma diminuição da população com menos de 15 anos, que está relacionado à queda da taxa de fecundidade. Ocorreu o aumento da população da faixa etária de 15 a 64 anos, ou seja, predominando no município a população economicamente ativa. A população com 65 anos ou mais teve um acréscimo que está relacionado ao aumento da expectativa de vida.

Tabela 4 - Estrutura etária da população do município de Canguçu no período de 1991 - 2010

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	13.701	27,20	12.287	23,88	11.023	20,70
15 a 64 anos	32.866	65,25	34.359	66,79	36.115	67,81
População de 65 anos ou mais	3.800	7,54	4.801	9,33	6.121	11,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Com relação à escolaridade da população de 25 anos ou mais (Tabela 5), percebe-se que esse indicador carrega uma grande inércia devido ao peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Isso se dá principalmente porque no século XX existia uma grande dificuldade de acesso à educação da população do meio rural, uma vez que, as escolas do interior do município não possuíam o ensino fundamental completo. Com isso, a população de baixa renda não tinha condições financeiras para mandar seus filhos estudar na cidade, onde se localizavam as escolas de ensino fundamental completo e de ensino médio. Outro fator relevante é que os jovens tinham que ajudar nas tarefas da propriedade para subsistência familiar. A partir dos anos 2000, notou-se um aumento considerável da população do

município, com 25 anos ou mais, com ensino superior completo, devido à instalação de instituições privadas de ensino superior e o fácil deslocamento até a cidade de Pelotas. Esse, se dá pelo papel desempenhado pela Cooperativa dos Estudantes de Canguçu (COOESC), possibilitando aos cooperados, transportes diários e com preço da passagem reduzida se comparado ao transporte convencional. Vale ressaltar que a cidade de Pelotas, por ser um polo da região sul, possui um grande número de instituições públicas e privadas com o ensino superior, o que atrai a população dos municípios vizinhos.

Tabela 5 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais do município de Canguçu (2010)

IDHM Educação	2010 (%)
Analfabetos	10,96
Ensino Fundamental Completo	24,22
Ensino Médio Completo	13,92
Ensino Superior Completo	4,18

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

A partir do século XXI, nota-se uma melhora nos índices de escolaridade dos jovens no município (Tabela 6). Através da implantação de políticas de acesso à educação, com maior transferência de recurso do Governo Federal, foram feitos investimentos principalmente na ampliação das escolas no meio rural, com a implantação do ensino fundamental completo.

Segundo Silva (2015) a estrutura educacional do município de Canguçu é composta por trinta e sete escolas municipais, dezoito escolas estaduais e três escolas particulares. Desse total, no meio rural estão localizadas trinta e uma escolas municipais que possuem desde o ensino infantil até o ensino fundamental completo e o Ensino para Jovens e Adultos (EJA). E na área urbana estão localizadas o restante das escolas de ensino fundamental de nível municipal, ou seja, seis. Das dezoito escolas estaduais de nível fundamental e médio, catorze escolas estão no meio rural, das quais cinco possuem o ensino médio. As outras quatro escolas estão localizadas na cidade, sendo duas do ensino fundamental, uma com ensino fundamental e médio (Escola Estadual de Ensino Médio João de Deus Nunes), e a Escola Técnica Estadual Canguçu (ETEC) com ensino médio e curso técnico em agricultura e contabilidade.

Cabe ressaltar, a existência no município da Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL), que iniciou suas atividades no ano de 2016 e oferece de forma gratuita o Curso Técnico de Nível Médio Integrado e Subsequente em Agroecologia, com duração de três anos e meio e de um ano e meio, respectivamente, em parceria com o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL). A instituição é baseada nos princípios da Educação do Campo, Agroecologia e Pedagogia da Alternância¹¹ e voltada à formação de filhos (as) de agricultores familiares, dentre eles assentados de reforma agrária e quilombolas.

A operacionalização da EFASUL se dá por meio de parceiros que acreditam na agricultura familiar, na juventude rural e nesta proposta educativa diferenciada. A Escola não conta com recursos públicos ou privados regulares, o que faz com que suas atividades só se mantenham a partir do empenho coletivo dos envolvidos.

Tabela 6 - Escolaridade da população do município de Canguçu no período de 1991 - 2010

IDHM Educação	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Crianças de 5 a 6 anos na escola	22,62	37,39	67,00
Crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	29,53	70,00	90,15
Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	10,66	35,19	60,83
População de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	10,75	16,64	31,03
Jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo	3,68	13,97	28,73

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Ainda na Tabela 6, observa-se uma diferença entre os que possuem o ensino fundamental completo e o ensino médio completo. Isso é reflexo do número expressivo da população que não tem acesso à escola de ensino médio no meio rural e por mais que as condições financeiras das famílias rurais tenham melhorado nos últimos anos, muitas ainda não tem condições de proporcionar o estudo dos filhos na cidade e pelo fato de algumas localidades estarem distantes mais de 70 km da sede do município, o que acaba dificultando o acesso à escolaridade. Em muitos casos, os jovens saem da propriedade em busca de emprego no meio urbano para seguirem estudando. Outra possibilidade presente e que merece destaque é o caso

¹¹ Esse tipo de pedagogia intercala uma semana na escola e uma semana na propriedade da família e na comunidade com orientação dos professores. Uma educação contextualizada com a realidade dos estudantes e suas famílias.

da ETEC que conta com um alojamento, dando preferência para os que residem longe da sede, mas o número de vagas é pequeno, se comparado à demanda existente.

1.4 Produção agrícola e estrutura fundiária

Com referência aos principais produtos agrícolas cultivados na área de estudo (Tabela 7), um dado que chama atenção é a diminuição na produção do tabaco no ano de 2010, seguido do aumento expressivo no ano de 2015, devido a adequação à modernização da cadeia produtiva. Um exemplo é a aquisição de estufas elétricas de secagem de folhas de fumo, proporcionando uma diminuição do tempo de trabalho necessário para a secagem das mesmas, com isso, acarretando também um menor consumo de combustível (lenha), da mão de obra e de tempo, pela maior praticidade na organização das folhas dentro da estufa. Esta técnica permite também um aumento da qualidade do produto, devido a constância funcional da mesma. Porém, essa modernização só foi possível devido aos financiamentos bancários vinculados as empresas fumageiras com taxas de juros baixos, por serem avalizados pelas mesmas. Também pode ser observado além do tabaco, uma tarefa a mais que a agricultura familiar cultiva principalmente produtos como milho, feijão, pêssego, soja (com um aumento considerável, como já foi abordado), entre outros produtos.

Tabela 7 - Principais produtos agrícolas cultivados do município de Canguçu no período de 1995 - 2017

Produto	1995 (toneladas)	2000 (toneladas)	2005 (toneladas)	2010 (toneladas)	2015 (toneladas)	2017* (toneladas)
Fumo	2.520	6.840	21.542	13.362	24.200	26.600
Feijão	5.280	3.060	2.160	4.275	2.000	1.740
Milho	90.000	56.400	12.000	67.200	75.600	76.800
Pêssego	16.071	15.000	12.600	18.900	16.800	18.900
Soja	27.000	10.800	7.088	31.500	79.560	99.317

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2015.

* Estimativa do Censo Agropecuário de 2017 (Fonte: www.sidra.ibge.gov.br).

Além da produção agrícola mencionada, está presente no município a criação de animais. Na Tabela 8 estão representadas as principais criações (bovinos, ovinos e suínos), adotadas pela agricultura familiar principalmente para o autoconsumo, onde apenas o excedente da criação é comercializado, ampliando assim, a renda da família. Neste contexto salienta-se que a criação de bovinos de corte é desenvolvida

em sua maior parte pela agricultura patronal, ou seja, nas propriedades de maiores dimensões.

Tabela 8 - Principais criações de animais do município de Canguçu no período de 1995 - 2017

Criação	1995 (cabeças)	2000 (cabeças)	2005 (cabeças)	2010 (cabeças)	2015 (cabeças)	2017* (cabeças)
Bovinos	128.657	154.202	172.570	158.545	135.164	136.816
Ovinos	50.210	53.220	27.165	40.882	39.932	33.700
Suínos	53.000	40.255	24.467	29.889	23.342	20.102

Fonte: FEE, 2015.

* Estimativa do Censo Agropecuário de 2017 (Fonte: www.sidra.ibge.gov.br).

A produção leiteira (Tabela 9) além de ser importante para o autoconsumo (leite e seus derivados) é uma atividade integrada à indústria e a venda do produto gera renda mensal para muitos agricultores familiares. A produção de leite aumentou seguindo a tendência de integração e produtividade na região.

Tabela 9 - Produção de leite do município de Canguçu no período de 1995 - 2017

Produto	1995 (mil litros)	2000 (mil litros)	2005 (mil litros)	2010 (mil litros)	2015 (mil litros)	2017** (mil litros)
Leite	16.713	21.639	24.218	23.363	17.195	25.874

Fonte: FEE, 2015.

* Estimativa do Censo Agropecuário de 2017 (Fonte: www.sidra.ibge.gov.br).

O município de Canguçu é conhecido como a “Capital Nacional da Agricultura Familiar” por possuir o maior número de propriedades familiares do país. Analisando a estrutura fundiária apresentada na Tabela 10, nota-se que o município possui um total de 13.211 imóveis rurais, dos quais, 12.213 imóveis, ou seja, 92,43% tem área de até 50 hectares, ocupando mais da metade da área total dos imóveis, ou seja, 51,24% e os outros 998 imóveis possuem área que varia de 50,1 a 2.500 hectares, ocupando menos da metade da área total dos imóveis, ou seja, 48,76%. É notório que no município existe uma grande desigualdade na distribuição de terras, onde 7,57% dos imóveis detém praticamente a metade da área agricultável do município.

Tabela 10 - Estrutura Fundiária do município de Canguçu (2012)

Grupos de Área (ha)	Nº de Imóveis	% do Nº de Imóveis	Área total dos imóveis	% total dos imóveis
0 a 10	6.103	46,19	29.776,3	9,41
10,1 a 20	3.418	25,87	50.483,5	15,95
20,1 a 50	2.692	20,37	81.901,8	25,88
50,1 a 100	557	4,22	38.008,2	12,00
100,1 a 200	261	1,97	36.080,8	11,40
200,1 a 500	133	1,01	38.745,5	12,24
500,1 a 1.000	37	0,29	25.922,2	8,19
1.000,1 a 1.500	6	0,04	7.543,5	2,38
1.500,1 a 2.000	2	0,02	3.378,4	1,07
2.000,1 a 2.5000	2	0,02	4.674,6	1,48
Total	13.211	100	316.514,8	100

Fonte: INCRA, 2012.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), o Índice de Gini¹² passou de 0,60 em 1991, para 0,50 em 2000 e para 0,49 em 2010. Essa diminuição na desigualdade da distribuição da terra ocorre pelo fato da instalação de assentamentos rurais, resultantes do processo de reforma agrária. Conforme Finokiet *et al.* (2015, p. 243), os assentamentos de reforma agrária se constituíram no município de Canguçu “a partir da década de 1990, por pessoas originárias de diversas regiões do Rio Grande do Sul, sobretudo do norte do estado e do estado de Santa Catarina”. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2015), Canguçu possuía 394 famílias assentadas, distribuídas entre os 16 assentamentos de reforma agrária existentes.

1.5 Estratégias predominantes na agricultura familiar

A integração agroindustrial especialmente no que se refere à produção de aves, suínos, leite e fumo representa uma estratégia importante para a agricultura familiar (PLEIN; SCHNEIDER, 2004). Na realidade pesquisada o Sistema Integrado

¹² Índice de Gini: Compreende um importante índice de medição das desigualdades sociais e do nível de concentração de riqueza. É mensurado em um número que vai de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos tem a mesma concentração de riquezas e o valor 1 significa completa desigualdade de concentração de riqueza, ou seja, só uma pessoa detém toda a riqueza de um lugar.

de Produção de Tabaco (SIPT)¹³ representa a estratégia socioeconômica mais adotada pela agricultura familiar. De acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA (2018), Canguçu é o maior produtor de tabaco do Brasil desde 2016, sendo que no ano de 2018, 5.432 agricultores familiares estão envolvidos na produção do mesmo.

Com relação à integração produtor/indústria, Dutra (2015) aborda que:

[...] ao contrário do que se possa vislumbrar, não é pacífica. São usuais processos de integração em que o produtor é submisso aos interesses da empresa, tendo que cumprir as regras estabelecidas. Acentua-se a relação de dependência e conflitos surgem a todo o momento, no caso do fumo especialmente com os preços praticados pela indústria (DUTRA, 2015, p. 103).

Devido à intensa força de trabalho que o cultivo do tabaco exige e por ser uma cultura que propicia uma renda monetária considerável, ocorreu uma diminuição na produção de outros produtos agrícolas, tendo a sobrevivência familiar atrelada apenas a uma única cultura e com um quadro de difícil solução. Através do avanço e consolidação do sistema integrado, a fumicultura tornou-se a principal cultura agrícola do município de Canguçu, responsável pela mais importante fonte de renda para um grande número de famílias. O sistema integrado entre agricultura e indústria fumageira no município, cumpre um importante papel no incentivo da produção, principalmente no que se refere a garantia de compra e a valorização monetária do produto. E embora ocorra a subordinação e seletividade das indústrias fumageiras, essa integração é indispensável ao proporcionar renda aos produtores e uma produção de qualidade (DUTRA, 2015).

Outra estratégia de reprodução predominante da agricultura familiar do município de Canguçu é a previdência social rural, onde é perceptível na Tabela 11, que a grande parte da população beneficiada pela previdência social do município é constituída por benefícios rurais. Observa-se que no ano de 2017, o município apresentava 19.776 beneficiários¹⁴ e desse total, 14.205 eram rurais e o restante urbano. Considerando o número de beneficiários rurais no ano de 2017, e levando

¹³ Segundo Riquinho e Hennington (2016), em 1918, a empresa Souza Cruz implantou o SIPT, o mesmo “estabelece um contrato entre produtor rural e a indústria do tabaco, com garantia de compra e assistência técnica correspondendo a um controle que se inicia no plantio e se estende até a entrega do produto, tendo o técnico agrícola como mediador da relação entre a empresa e o produtor de fumo, orientando as diversas etapas do cultivo” (RIQUINHO; HENNINGTON, 2016, p. 2).

¹⁴ Inclui aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e salário maternidade.

em conta que cada um recebe um salário mínimo (na época o salário mínimo era de R\$ 937,00), constata-se que apenas no referido ano girou no município mais de 170 milhões de reais. Segundo Maciel *et al.* (2014), a previdência social rural promove o desenvolvimento social e econômico não somente do campo, mas da economia dos pequenos municípios rurais do país.

Tabela 11 - Número de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social do município de Canguçu no período de 2010 - 2017

Ano	Urbano	Rural	Total
2010	4.173	12.672	16.845
2011	4.462	13.056	17.518
2012	4.723	13.329	18.052
2013	4.992	13.576	18.568
2014	5.241	13.834	19.075
2015	5.319	13.941	19.260
2016	5.371	13.969	19.340
2017	5.571	14.205	19.776

Fonte: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Agência Canguçu, 2018.

Para Plein e Schneider (2004), a previdência social rural é uma importante estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar e não é possível atualmente compreender essa categoria exclusivamente do ponto de vista da produção agropecuária, porque é imprescindível entender a relação entre a previdência rural e agricultura familiar.

Segundo Maciel *et al.* (2014) a previdência social rural, compreende a política pública mais importante para o idoso, possibilitando fonte de renda para a sua sobrevivência, promovendo a autonomia e contribuindo na melhoria do padrão de vida do beneficiário e de sua família.

Finalmente, a produção do tabaco em Canguçu compreende uma atividade agrícola que gera renda e emprego, visto que, grande parte da população principalmente do meio rural está ocupada com o cultivo do mesmo. A atividade relacionada ao tabaco e a aposentadoria rural são as estratégias de reprodução que predominam na agricultura familiar da área de estudo e se apresentam como indispensáveis para a permanência da população no meio rural e permite o aumento de consumo de produtos urbanos, alterando assim, o modo de vida. Também é uma importante estratégia na promoção do desenvolvimento tanto rural quanto urbano, visto que, especialmente através do consumo intenso no comércio local, por parte dos fumicultores e aposentados rurais, ocorre o desenvolvimento e fortalecimento do comércio da área urbana do município.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA: uma abordagem teórica

Este capítulo apresenta uma discussão teórica sobre o conceito de agricultura familiar, apresentando uma reconstituição histórica da agricultura familiar no Brasil, bem como, as principais estratégias de reprodução social e econômica desenvolvida por esse grupo social para sua sobrevivência. Contudo, considera-se que essa categoria possui raízes históricas do campesinato como apontado por Wanderley (1996) e não compreende apenas um ator social recentemente criado pelo Estado brasileiro.

2.1 A reconstituição histórica da agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar se constitui como um grupo social da história do Brasil, sendo que esta se faz presente desde antes da chegada do colonizador português. A mesma nesse período já era desenvolvida pelos povos indígenas, pois apresentavam características da agricultura familiar e segundo Maestri e Fiabani (2008), supõe-se que viviam nas terras férteis do litoral brasileiro uns 600 mil nativos de língua tupi-guarani. Viviam da caça, pesca, coleta e horticultura praticada pelo gênero feminino em hortas familiares, com o uso de ferramentas de trabalho simples, energia humana e fogo.

No início do período colonial os povos indígenas passaram a fornecer alimentos para os colonizadores portugueses e logo passaram a ser escravizados. De acordo com Benatti (2009), a coroa portuguesa desde o princípio favoreceu a formação da grande propriedade fundiária, com a produção agrícola do tipo monocultora voltada para o mercado externo e como exploração de mão-de-obra escrava. O Brasil possuía na época uma grande quantidade de terra, mas esta não estava disponível para os primeiros ocupantes do território brasileiro e sim para poucos, ou seja, para os “privilegiados” de origem portuguesa, principalmente para o desenvolvimento da atividade açucareira.

A partir de 1750, as autoridades reais estimularam a cultura açucareira com a implantação do sistema plantation e a mão-de-obra usada nesse sistema era escrava, composta quase unicamente por escravos africanos. Além do trabalho árduo no cultivo da cana-de-açúcar, os escravos produziam na terra concedida pelos

senhores de engenho uma diversidade de alimentos e criavam animais tanto para o autoconsumo, quanto para o abastecimento interno dos engenhos (BENATTI, 2009).

No período colonial (1500-1822), os trabalhadores escravos apresentavam diversas formas de resistência, entre elas a fuga, principalmente para locais de difícil acesso, onde o fugitivo vivia sozinho ou em comunidade de agricultores livres (nativos, libertos, homens livres pobres etc), denominada como quilombo ou mocambo. Essencialmente, com uma produção horticultora como base principal, associada à caça, coleta, pesca, entre outros. Os produtos mais cultivados nos quilombos eram a mandioca e o milho. Além disso, geralmente era cultivado abóbora, algodão, amendoim, arroz, feijão, fumo, melancia, batata-doce, cana-de-açúcar, etc. Existiam inúmeras comunidades quilombolas em praticamente todas as regiões do Brasil, porém em geral foram destruídas, desorganizadas e impregnadas pela contenção e expansão da fronteira agrícola mercantil (MAESTRI; FIABANI, 2008). Mas esse tipo de produção:

[...] sustentou grande parte dos cativos fugidos que permaneceram nas fronteiras do Brasil. Ela apoiou o processo de colonização de regiões agrestes e afastadas, interveio nas trocas mercantis com a sociedade escravista, contribuiu para a formação das comunidades caboclas, antes e após a abolição etc. Entretanto, na história da agricultura brasileira, pouca importância tem sido dada às comunidades quilombolas (MAESTRI; FIABANI, 2008, p. 65).

Segundo Osório (2008, p. 45), no início do século XVIII, o vigente estado do Rio Grande do Sul era ocupado:

[...] por índios nômades (charruas, minuanos e tapes) e sedentarizados (guaranis), reunidos em missões pela Companhia de Jesus, constituindo os chamados “Sete Povos das Missões”, na banda oriental do rio Uruguai. Lentamente, portugueses e homens nascidos em várias partes de seu império na América – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Laguna – foram, a partir da década de 1720, entrando nessas terras e ocupando-as. Os rebanhos selvagens de gado, do qual se podia extrair o couro, e a fundação da Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires, no rio da Prata, eram atrativos para a ocupação desse território.

Conforme Osório (2008), com relação ao campesinato existente no Rio Grande do Sul no período colonial, identificou-se apenas os açorianos que migraram na década de 1750 para o referido estado. Mas a contribuição dessa etnia é recordada apenas na formação da população do estado e não é considerado um grupo social, camponês, produtor de alimentos e criador de animais em propriedades pequenas com o uso da força de trabalho familiar. Nesse período

histórico, o senso comum considerava como sociedade sulista, “por um lado, por proprietários de estâncias e seus trabalhadores livres, os peões (os “gaúchos”), dedicados exclusivamente à pecuária, e, por outro, pelos proprietários de charqueadas e seus escravos” (OSÓRIO, 2008, p. 43).

A política de colonização oficial brasileira que tinha como intuito equilibrar a mão de obra escrava negra com trabalhadores livres e brancos teve início no ano de 1819, com a chegada das primeiras famílias de migrantes suíços que foram encaminhados ao atual município Nova Friburgo/RJ. Estes receberam lotes de terra para desenvolver a agricultura. Este foi o único fluxo de imigrantes suíços vindos para o Brasil, pois houve repercussões negativas na Suíça referente às más condições de instalação dessas famílias (CARNEIRO, 2009).

Durante o período colonial a importância e o reconhecimento do campesinato (povos indígenas, escravos, escravos fugidos, açorianos, entre outros) para o desenvolvimento do Brasil é desconsiderado. Já no período imperial como será percebido ao longo do texto, ocorre um reconhecimento histórico da produção familiar produzida pelos colonizadores imigrantes oriundos da Europa.

Já no período imperial (1822-1889), com a abolição da escravatura, segundo Garcia Jr. e Heredia (2009, p. 214):

[...] a apreensão dos modos de sociabilidade do mundo rural persistiu voltado para o grande domínio agroindustrial, para o universo das casas-grandes e das senzalas, e só gradualmente surgiram descrições e análises do campesinato marginal às áreas de grande plantação, como nas regiões onde a cafeicultura entrou em decadência (Cândido, 1964), ou na periferia das regiões canavieiras (Andrade, 1957 e 1964) do Nordeste, ou ainda em faixas do território destinada exclusivamente a famílias de imigrantes europeus, como o Vale de Itajaí (Seyferth, 1974), a serra gaúcha (Santos, 1978) ou partes do Paraná.

De acordo com Seyferth (2009), em 1824, o Brasil começa a receber imigrantes alemães, que ocuparam a Região Sul do país. Essa colonização foi planejada pelo Estado, com o objetivo da habitação em terras públicas, na forma de pequena propriedade familiar. Posteriormente, além de colonos alemães, passa a receber sucessivamente colonos italianos e pomeranos, em sua maioria de origem da classe subordinada (camponeses e operários). Esses colonos cultivavam na roça, especialmente de milho, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, etc. Parte dessa produção era para o próprio consumo, e principalmente, ao comércio. Também havia a existência de hortas próximo à residência, onde eram plantados legumes e verduras. Também eram presentes no lote, árvores frutíferas e criação de algum

gado (principalmente gado leiteiro), criação de porcos e galinhas. Com isso, dando origem a um sistema agrícola familiar apoiado na propriedade da terra, com uma produção policultora e conseqüentemente, transformando a paisagem pecuarista do sul.

A colonização de imigrantes europeus apresentava uma produção diversificada, sendo esta não apenas para o próprio consumo das famílias, mas essencialmente para o mercado local e regional, já que os lotes de terras eram pagos em moeda (ZANINI, 2009). E na realidade esses colonos:

[...] enfrentaram dificuldades para obter os títulos definitivos de propriedade, para o cultivo em área de floresta e para a comercialização dos produtos diante da precariedade das vias de comunicação, fatores nunca oficialmente reclamados para explicar os desdobramentos negativos do processo de colonização (NEVES, 2009, p. 318).

Para a continuidade no espaço rural, os colonos desenvolveram algumas estratégias de reprodução familiar, como por exemplo, a policultura, produção para o autoconsumo e mercado e ainda a migração para outras regiões em busca do acesso a terra, sobretudo para assentar seus filhos (NEVES, 2009). Para Seyferth (2009, p. 47):

As designações “colônia alemã” ou “italiana”, enfim, as adjetivações étnicas, corriqueiras ontem e hoje, têm forte apelo identitário e, de fato, expressam diferenças culturais. Mas, todas surgiram do interesse político voltado para um tipo de exploração agrícola que, mais recentemente, é chamado de “agricultura familiar”.

Conforme critério étnico-cultural foram identificados dois tipos de pequenos agricultores camponeses na história do Rio Grande do Sul, ou seja, os colonos imigrantes da Europa e o lavrador nacional¹⁵. Porém, a história desconsidera a importância da produção agrícola dos lavradores nacionais e considera apenas a dos colonos europeus, principalmente alemães e italianos. O que difere esses dois grupos é o modo de vida, de produção e a inserção no mercado capitalista (ZARTH, 2009). A política de imigração europeia:

[...] nos séculos XVIII e XIX estava relacionada à necessidade de adensamento demográfico da tumultuada fronteira com o rio da prata e com a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Alguns autores mencionam ainda a tese de branqueamento da população diante da expressiva presença de indígenas e negros (ZARTH, 2009, p. 225).

¹⁵ “Também conhecido como caboclo, mestiço que descende de portugueses, povos indígenas e/ou africanos” (ZARTH, 2009, p. 223). E segundo Osório (2008), os lavradores eram de origem variada (açorianos, mestiços e brancos de diversas partes do Brasil).

A concepção de colono era de um camponês relativo à ideia de progresso do capitalismo, plenamente integrado ao mercado e o lavrador-nacional representava o tradicionalismo, o atraso. Um dos motivos de tanto notoriedade do colono europeu é sua condição de comprador de terra, produtor de alimentos para o mercado e produtor de renda para o Estado (ZARTH, 2009).

Conforme o mesmo autor, a vinda dos colonos imigrantes europeus teve como consequência a diminuição do espaço dos camponeses nacionais, tirando do domínio público as terras ocupadas por esses camponeses, o caso mais visível foi o dos ervais públicos do Norte do Rio Grande do Sul, que passou a ser privado:

O extrativismo de erva-mate foi, durante muito tempo, uma forma de sobrevivência para milhares de homens livres pobres. Encurralados pelos latifundiários pastores, esses homens se embrenhavam nas florestas em busca do mate e, ao mesmo tempo, se dedicavam à agricultura de subsistência, como típicos camponeses. Os ervais, em grande parte, localizavam-se em terras públicas, devolutas, sobre as quais os lavradores nacionais pobres avançavam lentamente, disputando-as com os indígenas, as principais vítimas do processo de expropriação (ZARTH, 2009, p. 233).

Ainda Zarth (2009), expõe que esses lavradores possuíam uma relação com o mercado através da venda de erva-mate e outros produtos da agricultura e do extrativismo. Com a política de colonização com imigrantes europeus pretendeu-se eliminar o camponês caboclo, submetendo-o ao mercado de trabalho assalariado ou a antigas relações de trabalho (agregados, meeiros, peões sem registro, entre outros), de transformar esse camponês, num camponês colono, firmando-a a na terra e dificultando a tradicional migração para terras livres, mas os caboclos resistiram e essas propostas fracassaram.

Com a abolição da escravatura (1888), no período republicano (1889 – até os dias de hoje) os latifundiários do país que cultivavam produtos para a exportação, essencialmente a cana-de-açúcar e o café, tiveram que usar o trabalho livre, introduzindo, por exemplo, o sistema de colonato e morada apoiado na exploração da força de trabalho, foi adotado durante toda a primeira metade do século XX. Além da condição de exploração produtiva nas fazendas, esses trabalhadores associavam ao conjunto de atividades os cultivos de feijão, milho, abóbora, cana-de-açúcar, entre outros (NEVES, 2008). O colonato e a morada segundo Neves (2008, p. 137-138):

[...] constituíam formas de imobilização da força de trabalho em que o proprietário de terra, controlando os trabalhadores para disponibilidade plena nos momentos de pico produtivo, liberava-se dos custos de

reprodução da mão-de-obra naqueles períodos de diminuição das atividades agrícolas. Apresentavam-se como sistemas de remuneração por tempo de serviço, tarefa e produção, combinados com plantio de lavouras de subsistência, vigentes em determinados contextos socioeconômicos em que a estrutura de poder nas fazendas fundava-se em relações personalizadas e regras consensuais.

Os trabalhadores do sistema colonato e morada recebiam apenas a metade do rendimento mercantil, ou seja, a metade do valor do carro de cana ou pelas toneladas de grão de café. Os mesmos desenvolviam estratégias para sobreviver como produção de subsistência e criação de animais (NEVES, 2008).

Consoante com Neves (2008), o cultivo do café no estado do Rio de Janeiro desde a década de 1920 começou a diminuir devido às variações no valor pago a esse produto no mercado externo. Com as dificuldades de investimentos, com o declínio dos preços e alternativas oferecidas pelo governo, os cafeicultores passaram a usar recursos financeiros oferecidos pelo Estado, investindo na expansão da pecuária. Já na década de 1960, o Governo Federal através de uma política erradicou os cafezais e a pecuária passou a ser a atividade principal do estado do Rio de Janeiro. Essa atividade passou a ser uma solução aos obstáculos presentes na agricultura exportadora (café, cana-de-açúcar e laranja). Contudo, isso ocasionou o fim do sistema colonato e morada, sendo que: “[...] duas sucessivas gerações de trabalhadores viveram o drama do desenraizamento e da migração pelas experiências replicadas de extinção da agricultura de exportação (cafeicultura e citricultura) e implantação da pecuária” (NEVES, 2008, p. 148). Além disso, outras causas favoreceram a extinção desse sistema, como:

O processo nas fazendas dos plantadores de cana ou demais produtores ocorreu de forma mais visível e intensa por ocasião da introdução de instrumentos mecanizados, fator que permitiu compensar os riscos inerentes aos desrespeitos aos dispositivos legais (agora transformados em transferência de recursos financeiros para os colonos), que antes redundavam em maximização da renda a ser auferida por essa forma de exploração. Por tais procedimentos, acentuaram-se as formas de concentração da propriedade da terra e de acumulação objetivas pelos plantadores de cana (NEVES, 2008, p. 151).

As mudanças nas relações de trabalho acabaram gerando uma diminuição no número de trabalhadores permanentes, expandindo o número de trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício e sem direitos sociais, chamados de “clandestinos” (NEVES, 2008).

Mas cabe ressaltar que antes da adoção dos princípios da Revolução Verde no Brasil, Heredia (2008, p. 44), expõe que além do cultivo da cana-de-açúcar,

existiam nos engenhos de algumas regiões terras dirigidas para os trabalhadores moradores nos engenhos, espaços este, onde estava localizada a “residência, terras dedicadas à criação do gado (currais nos vales e nas terras altas, ou tabuleiros), terras de reserva (matas) e terras dedicadas ao cultivo dos trabalhadores (grotas e chãs)”.

Ao lado do cultivo da cana estava presente uma pequena produção desenvolvida por pequenos produtores denominados de sitiantes¹⁶. A moradia desses pequenos produtores e suas famílias era formada por uma parte construída, além disso, possuía o terreiro onde eram desenvolvidas as atividades domésticas e criação de animais de pequeno porte, como aves e porcos. Ao redor da residência estava localizado o roçado, espaço este, onde eram obtidos os alimentos para a subsistência, através do trabalho familiar. Existia uma relação entre os sitiantes e os senhores de engenho, como a venda de parte da produção dos sitiantes nas feiras, abasteciam assim, o engenho e alguns dos pequenos produtores supriam o engenho com a mão-de-obra, principalmente durante a safra (HEREDIA, 2008).

Conforme a mesma autora, desde o início dos anos de 1950, com o uso de produtos químicos descobriu-se a produtividade das áreas de tabuleiro, ocasionando a expansão da cana para essas áreas e conseqüentemente atingiu “diretamente a vida dos trabalhadores que residiam nas grandes propriedades (moradores), que foram expulsos destas, e também dos pequenos produtores ali estabelecidos” (HEREDIA, 2008, p. 59).

A autora ainda elenca que os pequenos produtores denominados de sitiantes foram subordinados a expropriação por meio da compra. O preço alto oferecido pelas terras serviu como estímulo para vendê-las e assim, comprar uma parcela maior em áreas mais distantes, já que as terras situadas em locais mais distantes do centro pioneiro de ocupação dos tabuleiros tinha um preço menor e iria possibilitar

¹⁶ Pequenos produtores que estavam localizados nas áreas de tabuleiro e possuíam um sítio (composto pela residência e roçado). Esses produtores possuíam a propriedade jurídica de suas parcelas de terra, mas também existia principalmente agricultores posseiros (HEREDIA, 2008). Ainda, “entendemos por sitiante tradicional o pequeno produtor rural, proprietário, arrendatário, posseiro ou parceiro, que trabalha a terra para viver, com ajuda da mão-de-obra familiar, sem objetivo de lucro e que vende o excedente de sua produção em troca de produtos manufaturados. Culturalmente, o sitiante tradicional é o caboclo, cuja denominação varia segundo a região onde vive, mas aqui é distinguido como categoria social específica de acordo com as formas de produção que lhes garantem, bem ou mal, autonomia de trabalho para si e sua família” (MENDES, 1956 *apud* FUKUI, 2009, p. 289).

segundo a visão desses pequenos produtores a aquisição não apenas de terra, mas de adubos químicos. Porém:

Os preços das terras dos tabuleiros foram subindo de forma constante, e a procura chegou mesmo aos tabuleiros mais distantes do centro pioneiro de expansão. Desse modo, quando os pequenos produtores tentaram adquirir novas parcelas, defrontaram-se com um montante que de fato já superava o preço de venda de suas terras. Assim, quando alguns pequenos produtores conseguiram ter acesso às parcelas, estas em geral tinham extensão menor e eram menos férteis do que as que anteriormente possuíam. Outros, por sua vez, não conseguiram voltar nem ao menos a comprar terras e foram forçados a se deslocar para os aglomerados urbanos, passando a vender a força de trabalho (HEREDIA, 2008, p. 61-62).

Esses agricultores que não conseguiram comprar terra passaram a vender sua força de trabalho para os usineiros de cana-de-açúcar, exercendo a função de cortador de cana. Já os pequenos proprietários que resistiram a expropriação através da venda, acabaram sendo cercados pelas grandes propriedades, em alguns casos ocorreu o fechamento das entradas das pequenas propriedades e a invasão das terras pela grande propriedade (HEREDIA, 2008).

Brum *et al.* (2005), desenvolveram uma pesquisa intitulada “A economia mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul 1970-2000”, onde abordam que no período pós-guerra (1945) ocorreu modificações na economia mundial da soja e das demais oleaginosas. Salientam que:

Os EUA avançam ainda mais na produção, se constituindo no maior produtor mundial de soja, e passam a “exportar” o seu modelo agroalimentar para o mundo. O mesmo dará origem a Revolução Verde que, por sua vez, irá provocar o processo de modernização da agricultura no Planalto Gaúcho, região que compreende parte do Noroeste do Rio Grande do Sul. A modernização agrícola iniciou no Noroeste gaúcho, com a introdução do cultivo da soja (BRUM *et al.* 2005, p. 4).

De acordo com Brum *et al.* (2005), o aumento da produtividade da soja intensificou-se na década de 1960 e a mesma passa a ser o cultivo de suma importância para a economia do Brasil, através desta, desenvolveu-se discussões referente a pesquisa, tecnologia, agroindústria, cadeias produtivas e infraestrutura. Em muitos casos, ela é confundida com o próprio processo de modernização agrícola do país. Quanto ao cultivo da soja os mesmos autores afirmam:

[...] que foi uma das principais responsáveis pela introdução do conceito de agronegócio no país, não só pelo volume físico e financeiro envolvido, mas também pela necessidade da visão empresarial de administração da atividade por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores da matéria-prima e negociantes (BRUM *et al.* 2005, p. 7).

Ainda de acordo com Brum *et al.* (2005), a produção da soja passa a ser implantada em outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, bem como, em outras regiões do país, como por exemplo, Mato Grosso, Paraná, Bahia, Goiás, Maranhão, Piauí, entre outras. Destaca-se o Mato Grosso o crescimento da produção e da produtividade:

[...] que assumiu, na safra de 1995/96, a posição de segundo maior produtor brasileiro de soja e, em 1996/97, foi detentor da maior produtividade nacional, com 2.730 Kg/ha, em média, frente a uma média nacional de 2.406Kg/há, passando a liderança nacional na produção no final da década. Tecnologia, terras planas e regularidade climática explicam a liderança na produtividade e o crescimento da produção. A tal ponto que em 2000, este Estado já era o maior produtor de soja do Brasil, seguido do Paraná e do Rio Grande do Sul (BRUM *et al.* 2005, p. 7-8).

Segundo a EMBRAPA (2018), considerando a safra 2017/2018, o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, perdendo apenas para os EUA. E o estado do Mato Grosso é o maior produtor de soja do país, seguido do Paraná e do Rio Grande do Sul.

A queda na produção de soja ao longo do tempo no Rio Grande do Sul está atrelada as questões climáticas que interferem no cultivo, ocasionando frustrações de safra e conseqüentemente uma diminuição na área plantada. Já na região do Cerrado a expansão da cultura se dá em áreas improdutivas e até mesmo nas regiões de bovinocultura extensiva (BRUM *et al.* 2005).

As pequenas e médias propriedades ao longo do tempo não conseguiram se manter apenas com a renda da soja, devido aos altos custos de produção e preço baixo pago pelo produto, acabou modificado o sistema de produção, adotando a diversificação produtiva como alternativa para se manterem no campo, mas a soja continuava sendo uma fonte de renda importante para esses os pequenos e médios produtores. Com isso, a soja ainda é uma fonte de renda que proporciona que o latifundiário se desenvolva com o cultivo dessa cultura (BRUM *et al.* 2005).

Com a intensa modernização da agricultura que ocasionou uma diminuição na exploração da mão de obra no campo e muitos dos pequenos produtores camponeses (posseiros, moradores de engenho, pequenos proprietários, etc) não conseguiram aderir aos chamados “pacotes tecnológicos” e foram expulsos do meio rural para as periferias das cidades. Criando assim, estratégias para a sua reprodução, como a própria migração para a cidade, mas em alguns casos

resistiram a esse processo e desenvolveram, por exemplo, uma produção de base agroecológica.

Motta e Zarth (2008) expõem que o campesinato no Brasil foi constantemente visto como um resíduo, ou seja, não reconhecem o processo histórico do campesinato. Com isso, “a sociedade brasileira seria então configurada pela polarização relação senhor-escravo e, posteriormente, capital-trabalho” (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 7).

O processo de redemocratização do Brasil no final dos anos de 1980 propiciou um debate mais amplo sobre o desenvolvimento rural, estabelecendo-se criticidade a modernização da agricultura. Com isso, incorporou-se na Nova Constituição Federal de 1988, normas de reconhecimento de outras formas sociais, não dominantes de agricultura, influenciando assim, na década seguinte, novas políticas públicas e o surgimento da expressão “agricultura familiar”, sendo que esta tornou-se um segmento consagrado, caracterizado pela associação entre trabalho, família e produção (WANDERLEY, 2017).

Para Seyferth (2011, p. 400-401), o caráter familiar da pequena produção agrícola no país passou a ser:

[...] enfatizado a partir da categoria “agricultor familiar”, e seu qualificador, a “agricultura familiar”, uma expressão que põe em evidência o Estado e a política de reconhecimento de direitos territoriais, bandeira de luta dos movimentos pela reforma agrária, pauta das mais antigas e nunca implementada na proporção desejada pelos atores sociais, e pela legitimação da posse da terra por grupos etnicamente definidos.

Segundo Schneider e Cassol (2017), existe certo consenso entre os pesquisadores que a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) fez com que a agricultura familiar passasse a ser reconhecida socialmente e politicamente pelo Estado. Este programa surgiu através do Decreto N° 1946, de 28 de junho de 1996, resultante da luta do movimento sindical ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG). Essa política pública foi criada:

[...] para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais,

pois permitiria a estes o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares (MATTEI, 2014, p. 71).

Hespanhol (2002) aborda que a criação do PRONAF contribuiu para o fortalecimento e dinamização das unidades produtivas familiares e no aumento de análises e debates no meio acadêmico sobre a produção familiar do país e dessa forma, alguns temas relacionados à agricultura familiar ganharam destaque, como:

[...] a inserção social e econômica dessas explorações; a pluriatividade das unidades produtivas; os impactos decorrentes das políticas públicas destinadas a esses produtores, com destaque para o PRONAF; a questão do desenvolvimento local; as formas de organização social, com ênfase nas associações e cooperativas; e as estratégias de reprodução social dessa categoria de produtores rurais (HESPANHOL, 2002, p. 160).

A Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 é considerada balizadora na formalidade do termo “agricultura familiar” e um marco da valorização dessa categoria. Para efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, conjuntamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Cabe salientar, que a referida lei serve apenas para fins de financiamento junto às instituições. O agricultor que não se enquadra em algum dos requisitos não deixa de ser agricultor familiar, pois esse segmento possui características complexas.

Segundo Plein e Schneider (2004, p. 231), a agricultura familiar já foi chamada de “camponeses, pequenos produtores, produtores de baixa renda, produtores de subsistência, entre outras denominações”. Esses termos eram utilizados para fazer referência às unidades de produção familiar. A partir da década de 1990, perderam seu poder explicativo, colaborando para o surgimento de novas concepções teóricas (HESPANHOL, 2002).

A agricultura familiar é constituída por uma grande diversidade de camponeses, sendo que Neves e Silva (2008, p. 9) consideram como camponeses:

[...] os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

Para Schneider e Cassol (2017, p. 91), a agricultura familiar “não é nem estritamente camponesa e tão pouco essencialmente capitalista e/ou mercantilizada”. Segundo os autores, o agricultor familiar constitui-se de uma família que trabalha sob um pedaço de terra (com poucos hectares e nem sempre possui a sua propriedade), desenvolvendo atividades agrícolas, ou seja, gerando uma produção agroalimentar para o autoconsumo e cada vez mais para o mercado.

De acordo Wanderley (2004, p. 45), “o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade”. A base da agricultura camponesa se caracteriza:

[...] pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc (WANDERLEY, 2004, p. 45-46).

Wanderley (2004) aborda que atualmente, não é possível explicar a agricultura familiar apenas como uma simples reprodução do campesinato tradicional. Devido ao processo de mudanças na forma de produzir, da lógica familiar e de vida social dessa categoria e mesmo respondendo as exigências do mercado, mantém a lógica familiar originária da agricultura camponesa tradicional.

Ao contrário das afirmações de alguns teóricos marxistas (Marx e Lênin), a produção familiar camponesa não desapareceu com o desenvolvimento do sistema capitalista no campo, sendo que a expansão desse sistema colaborou para a ampliação das atividades e cuja lógica permanece, sobretudo camponesa

(KONZGEN, 2017). Hespanhol (2002) complementa que com o processo de modernização no meio rural, ocorreram intensas mudanças:

[...] por um lado, na expropriação da terra, de parcela considerável de produtores, criando um grande contingente de excluídos do circuito produtivo; por outro, engendrou uma grande diversidade de unidades produtivas estruturadas no trabalho familiar (HESPANHOL, 2002, p. 157).

Conforme Wanderley (2004, p. 58), o agricultor familiar não é passivo e sem resistência:

Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural.

A agricultura familiar utiliza critérios para a exploração não apenas do ângulo da produção e rentabilidade econômica, mas considera as necessidades da família e ao contrário do modelo patronal, no qual ocorre à separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes estão unidamente relacionados (HECHT, 2000).

Segundo Carmo (2008), a agricultura familiar desempenha um papel importante na absorção de mão de obra, mantendo a população rural ocupada. Isso pode ser comprovado através dos dados do IBGE (2006), onde a agricultura familiar do país ocupava 12,3 milhões de pessoas, enquanto a agricultura não familiar 4,2 milhões, ou seja, 74,4% das pessoas do campo estavam ocupadas na agricultura familiar e o restante (25,6%) na agricultura latifundiária e enquanto que a agricultura familiar ocupava 15,3 pessoas por 100 hectares, a agricultura não familiar ocupava 1,7 pessoas por 100 hectares.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura patronal mesmo com 15,6% dos estabelecimentos ocupava mais de três quartos da área total, representando 75,7% do território rural, enquanto a pequena propriedade com ocupação bem inferior, sendo apenas 24,3% das terras, tinha uma quantidade bem elevada com a taxa de 84,4% das propriedades rurais. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares e a dos não familiares de 309,18 hectares, com isso, observa-se uma estrutura agrária concentrada no país.

Apesar de cultivar em uma área menor, a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos para a população brasileira, responsável por 87% da produção total de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% da produção de milho,

38% da produção de café, 34% da produção de arroz, 21% da produção de trigo e 16% da produção de soja. Também desenvolve um papel importante na criação de animais e seus derivados, como por exemplo, responsável por 58% da produção de leite, 50% da produção de aves, 59% da produção de suínos e 30% da produção de ovinos, com isso gerava um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 677,00/hectare, ou seja, 89% a mais do que a agricultura patronal que era de R\$ 358,00/hectare (IBGE, 2006).

Carmo (2008) elenca que a participação do segmento familiar na geração econômica do país é essencial e mesmo:

[...] preocupados com a sobrevivência do grupo familiar, e, portanto, com a produção para seu consumo, os agricultores, no seu conjunto e como estratégia reprodutiva, buscam por renda monetária, e para tal, mantêm uma oferta de excedentes que é bastante significativa, principalmente quando associada aos produtos de mercado interno. O que não quer dizer que também não produzam outros itens da pauta de exportação do agronegócio brasileiro (CARMO, 2008, p. 34).

Contudo, os agricultores de base familiar mesmo com pouca terra e capital, tem comprovado a “capacidade de colaborar com o fortalecimento dos mercados regionais e nacional, produzindo e fazendo circular a riqueza, e desempenhando importante papel social na ocupação do maior contingente de pessoas trabalhando na agricultura” (CARMO, 2008, p. 34).

Um dos problemas historicamente enfrentados por muitos dos camponeses no país é o não acesso a propriedade da terra, mas esses camponeses ao longo do tempo desenvolveram formas de resistência e mesmo com todas as dificuldades, muitas vezes sendo explorados pelos grandes proprietários nunca deixaram de trabalhar de forma familiar e de produzir alimentos. Parte da produção comercializada muitas vezes não era apenas do excedente, mas tinha que ser comercializada para suprir as necessidades do grupo familiar e conseqüentemente ocasionar a reprodução social e econômica das famílias.

De acordo com Schneider e Cassol (2017), é indispensável à criação e implantação de políticas públicas para o apoio na organização produtiva e na construção de mercado, sendo que os agricultores familiares necessitam “de mais e melhores mercados, para que não fiquem dependentes e vulneráveis dos canais de venda da produção agropecuária que são dominados e oligopolizados pelas grandes cadeias do setor agroalimentar” (SCHNEIDER; CASSOL, 2017, p. 105).

A agricultura familiar é um ator social da história do Brasil e desde o século XVI, figura no cenário da produção de alimentos, tanto para a subsistência quanto para o mercado interno, mas desde então sofre com a falta de políticas públicas relacionadas para o fortalecimento dessa cadeia. No entanto, a partir dos anos de 1990, começou-se a ter um pequeno estímulo governamental, através de alguns programas em nível federal, como o PRONAF, esses implantados depois de muitas lutas dos trabalhadores rurais organizados em movimentos sindicais. Sendo importante salientar que a partir do governo Lula segundo Christoffoli (2016) ocorreu a criação de programas de apoio ao acesso aos mercados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Mesmo adaptada ao sistema capitalista e mudando sua maneira de produzir a agricultura familiar mantém uma lógica camponesa e observa-se a importância dessa categoria para o desenvolvimento econômico e social do país, como na geração de emprego no meio rural e a expressiva produção agropecuária, mas esse segmento ainda precisa de maior amparo do Estado, como o acesso mais efetivo à reforma agrária, criação de novas políticas públicas e ampliação das existentes para a comercialização da produção, entre outros.

2.2 As principais estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar

A produção agrícola familiar brasileira sempre adotou uma diversidade de estratégias de reprodução social e econômica e conforme Silva e Hespanhol (2016), essas estratégias são elementos centrais para entender as transformações desse grupo social para sua sobrevivência e permanência no meio rural e sendo caracterizada como:

[...] um conjunto de ações racionais, em que cada membro da família tem a necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução, e a do grupo, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir (LAMARCHE, 1998 apud SILVA; HESPANHOL, 2016, p. 409-410).

As referidas estratégias podem ser entendidas como as diversas atividades desenvolvidas pelo grupo familiar para sua reprodução social e a permanência no

meio rural, englobando atividades ligadas à agropecuária, o modo de produção, a inserção no mercado e a venda da força de trabalho.

Através da revisão teórica feita no decorrer da pesquisa determinou-se como as principais estratégias sociais e econômicas da agricultura familiar: Autoconsumo; Agroecologia; Integração ao Complexo Agroindustrial; Pluriatividade; Migração; Acesso às Políticas Públicas; Previdência Social Rural; Associativismo e Cooperativismo Rural. A seguir apresenta-se uma breve discussão teórica sobre cada estratégia mencionada.

- **Autoconsumo**

Conforme Grisa e Schneider (2008), o autoconsumo¹⁷ é chamado pelos agricultores gaúchos de produção “pro gasto”, o mesmo compreende a produção desenvolvida pela família e destinada ao seu próprio consumo e considerada uma relevante prática para a reprodução das famílias do meio rural, colaborando na segurança alimentar, na condição social e econômica, na sociabilidade e na identidade social. Esse tipo de produção:

[...] gera a autonomia do agricultor familiar por manter interna a unidade produtiva a principal esfera responsável pela reprodução do grupo doméstico, fazendo com que o grupo doméstico dependa cada vez menos das condições externas a unidade de produção para se reproduzir socialmente. É através da produção para autoconsumo que o agricultor familiar não depende, totalmente, do ambiente social e econômico em que está inserido e, principalmente, não depende das constantes flutuações das condições de troca no mercado (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 8).

Na pesquisa realizada por Menasche, Marques e Zanetti (2008), na região do Vale do Taquari (Rio Grande do Sul), constatou-se entre as famílias estudadas que a produção para o autoconsumo era significativa, sendo as mulheres as principais responsáveis por essa prática e a mesma está enraizada na história das famílias e da comunidade, com grande diversidade, qualidade e disponibilidade de alimentos todo o ano.

¹⁷ “Diz respeito ao cultivo de alimentos para o consumo familiar (horta, pomar, criação de animais etc.) e dos animais presentes no estabelecimento, à fabricação de ferramentas e à produção de insumos para o processo produtivo” (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2009, p. 66). Este trabalho analisa a produção para o autoconsumo alimentar das famílias e segundo Gazolla e Schneider (2007, p. 2): “o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades”.

Segundo Grisa, Gazolla e Schneider (2010), a produção para o autoconsumo embora seja tradicional, muitas vezes é invisível no campo dos estudos agrários e nas políticas públicas, mas pesquisas contemporâneas estão mostrando que os agricultores realizam um papel dinâmico na construção de estratégias de resistência, retomando a autonomia e criando os chamados espaços de manobra em meio ao modelo de agricultura predominante. Essa prática compreende uma estratégia usada pelas unidades familiares com o objetivo de garantir a autonomia alimentar, além disso:

[...] pode-se citar a importância do autoconsumo em pelo menos mais dois sentidos: a) esta produção constitui-se como uma fonte de renda não-monetária, a qual possibilita que as famílias economizem recursos na aquisição de alimentos nos mercados, fazendo frente a outras necessidades relevantes a sua reprodução social e; b) é uma estratégia de diversificação dos meios de vida, contribuindo, por conseguinte, para maior estabilidade econômica das famílias rurais (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010, p. 67).

Ainda segundo os autores, ao contrário do que ocorreu com muitas práticas e cultivos tradicionais, as mudanças técnicas influenciadas pela modernização da agricultura, não extinguiram com a produção para o próprio consumo familiar.

Mas Bandeira (2017) constata em sua pesquisa desenvolvida no município de Canguçu que o processo de modernização no espaço rural gerou mudanças no modo de vida e maior acesso ao consumo. O meio rural não é mais considerado um local atrasado, pois apresenta atualmente acesso a tecnologia e uma maior relação campo-cidade. Bandeira (2017, p. 207), expõe:

Segundo os entrevistados, o município vem passando por um processo de crescimento socioeconômico, principalmente nos últimos 15 anos. A produção elevada de tabaco, a partir do ano 2000, e o crescimento recente da produção de soja, geraram progresso para o município. Esse processo, em nível municipal, emergiu do campo com a contribuição de diversos programas do governo, destacando-se o PRONAF e a aposentadoria rural. Houve aumento da demanda e do acesso à tecnologia no campo, tanto para uso pessoal como para o desempenho das atividades agrícolas. Essas transformações no meio rural se refletiram na forma de crescimento socioeconômico da cidade, uma vez que é ela que fornece os produtos e serviços à população rural que, atualmente, dispõe de maior poder aquisitivo.

Com o aumento do poder aquisitivo, que estão inseridos na atividade do tabaco (principalmente), na soja, na pecuária leiteira, um dado que chama a atenção é a mudança dos hábitos de consumo alimentares, ou seja, atualmente muitas famílias compram nos supermercados da cidade carne de frango, de porco e até

mesmo a banha, modificando assim, o consumo das unidades familiares e reduzindo diretamente a produção para o autoconsumo.

- **Agroecologia**

A modernização da agricultura acabou favorecendo o crescimento da produção agrícola, desconsiderando o agricultor familiar e o ambiente. Segundo Burg (2006, p. 140), esse tipo de modernização conservadora¹⁸:

[...] se baseou em novas variedades de plantas, no uso de agrotóxicos, adubos sintéticos altamente solúveis e máquinas. Como consequência dele, os agricultores se tornaram dependentes de tecnologias externas a seus agroecossistemas. Houve, além da própria perda da diversidade de sistemas produtivos e culturais, impactos ambientais, tecnológicos, sociais, culturais, educativos e econômicos. Destaque-se a perda da maioria das variedades e raças crioulas e a erosão do conhecimento tradicional.

A modernização da agricultura se deu de forma desigual e excludente, pois a agricultura patronal (empresarial) foi a mais favorecida e muitos dos agricultores familiares do país não conseguiram acompanhar o processo de modernização ocasionou o endividamento agrícola, um aumento da pobreza, levando ao intenso êxodo rural e conseqüentemente, aumentou o número de periferias e a densidade urbana.

Em contrapartida, ao modelo de desenvolvimento agrícola, surgiram movimentos de agricultura baseado em princípios agroecológicos. Considerada uma atividade geradora de renda para as unidades familiares. Segundo Gliessman (2001, p. 56):

Por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

Guzmán (2001) afirma que mesmo com o intenso processo de modernização, as comunidades locais criaram diversos mecanismos de resistência para sobreviver no meio rural. Através da agroecologia, com o desenho de modelo agrícola ou agrário alternativo, de natureza ecológica, compõe-se como elemento fundamental para gerar estratégias de desenvolvimento sustentável e considera o conhecimento local como núcleo central. O autor conclui que:

¹⁸ Esse tipo de modernização recomendava a expansão do moderno, eliminando o tradicional (GONÇALVES, 1993).

A agroecologia, como enfoque científico que promove o desenvolvimento rural sustentável, está assentada na busca e identificação do local e sua identidade para, a partir daí, recriar a heterogeneidade do meio rural, através de diferentes formas de ação social coletiva de caráter participativo (GUZMÁN, 2001, p. 43).

Para Carmo (2008) a agroecologia é uma ciência em construção e sua base epistemológica:

[...] vem da contribuição das várias disciplinas do conhecimento, com uma visão integradora e sistêmica do estudo da realidade. É nesse somatório que ela procura sua estrutura de conhecimento, com enfoque teórico e metodológico próprios, dentro, ainda do aporte das experiências de distintos atores sociais que interagem ativamente com os recursos naturais (CARMO, 2008, p. 35).

Sagaz (2006) elenca que a agroecologia não possui uma definição única, porém uma base conceitual que vai sendo atualizada ao longo do tempo. Com isso, na base conceitual:

[...] são incluídos o uso racional dos recursos naturais locais; a busca de auto-suficiência energética e de produção de insumos; a valorização do conhecimento empírico local; a diversidade e a integração de atividades na unidade de produção; a promoção do associativismo; o resgate das variedades tradicionais de sementes; a implantação local de pequenas unidades de beneficiamento artesanal de alimentos; o estímulo à comercialização direta (SAGAZ, 2006, p. 73).

Portanto, a agroecologia é uma ciência aberta a novas ideias, valorizando a prática conhecida pelo agricultor, compreende ainda, um modo de produção e uma estratégia não apenas de reprodução social e econômica das famílias, mas de resistência ao modelo dominante de agricultura.

- **Integração ao Complexo Agroindustrial**

Müller (1989) define o Complexo Agroindustrial (CAI) como um conjunto de atividades ligadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais, como:

[...] a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia; e a assistência técnica (MÜLLER, 1989, p. 45).

O Complexo Agroindustrial é a integração entre indústria e produtor, onde o primeiro (indústria) disponibiliza assistência técnica, compra garantida e respaldos

para financiamentos bancários, em contra partida, o segundo (agricultor) fica subordinado a indústria e deve se adequar as exigências da mesma. Atualmente, na região sul do Rio Grande do Sul, destaca-se a integração de um grande número de agricultores familiares aos CAIs principalmente do fumo, leite e pêssego.

- **Pluriatividade**

Wanderley (2004) considera que o trabalho externo do chefe da propriedade familiar é a base da autêntica pluriatividade, já a mulher que trabalha fora pode contribuir na renda familiar, investindo na produção ou até no pagamento de dívidas. Porém pode ocorrer um distanciamento da célula familiar, como no caso dos filhos jovens que trabalham externo a propriedade, direciona para o processo de individualização e autonomia financeira.

Schneider (2001) caracteriza o fenômeno da pluriatividade como a combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas por uma mesma unidade. O autor concebe que a família pluriativa é aquela em que pelo menos um de seus membros esteja ocupado em alguma atividade que não seja a agricultura. Com a renda das atividades pluriativas a família tanto poderá usá-la para assegurar a reprodução do grupo ou do coletivo, assim como, representar uma estratégia individual dos integrantes da unidade familiar.

Schneider e Cassol (2017) expõem que pelo fato da propriedade ser pequena, o excedente da força de trabalho desenvolve atividades não agrícolas fora do estabelecimento e conseqüentemente aumentando a renda familiar. No entanto, para Sacco dos Anjos (2003) o fenômeno da pluriatividade tanto pode se desenvolver no exterior da unidade familiar através da venda da força de trabalho e da prestação de serviços a outros agricultores, quanto no interior da unidade através do turismo rural, agroturismo, diversificação produtiva, agroindústria familiar e artesanato doméstico.

Portanto, seguindo a visão de Schneider (2001) e Sacco dos Anjos (2003), entende-se a pluriatividade como uma estratégia relevante para a reprodução da agricultura familiar, fenômeno esse, ocorre quando pelo menos um membro da família combina atividades agrícolas e não agrícolas, que tanto pode ser desenvolvida dentro ou fora da unidade familiar, mantendo a moradia no meio rural e ligação com a agricultura.

- **Migração**

Plein e Schneider (2004) abordam a diferença entre as estratégias de reprodução da agricultura familiar e as estratégias de reprodução das famílias dos agricultores familiares:

No primeiro caso, as estratégias supõem a permanência das famílias no campo, através de atividades agrícolas ou não. Já a segunda, pode ocorrer tanto pela permanência no campo ou pela migração para a cidade. Essa distinção é importante para entender a migração enquanto uma estratégia de reprodução. No caso das migrações rurais/rurais, trata-se de uma estratégia de reprodução da agricultura familiar. Já no caso das migrações rurais/urbanas, são estratégias de reprodução das famílias dos agricultores familiares (PLEIN; SCHNEIDER, 2004, p. 235).

Marin (2017), baseado em Garcia Jr. (1989) ao analisar as migrações dos camponeses da Paraíba, expõe que as migrações apresentam dimensões práticas, dotadas de significados sociais, que variam entre as famílias, conforme as condições sociais e econômicas.

Na perspectiva de Garcia Jr. (1989), as migrações nem sempre implicam no êxodo rural definitivo, mas podem ter caráter transitório, na medida em que integram processos de construção da autonomia pessoal e estratégias de reprodução social das famílias camponesas. Em diversas situações, segundo o autor, os migrantes tornam-se operários ou empregados urbanos, mas retornam às áreas rurais de origem e, com recursos acumulados com a migração, compram um sítio, constroem casas e fazem negócios, viabilizando novas estratégias de reprodução social (GARCIA JR., 1989 *apud* MARIN, 2017, p. 22).

Segundo Brumer (2004, p. 210), a migração urbano-rural fundamentada na visão de John Durston, “pode ser boa ou danosa para o sistema sócio-econômico rural, de acordo com a situação específica de cada comunidade e de cada família”.

Ainda conforme a autora, a migração rural-urbana ocorre principalmente entre jovens e mulheres, devido à falta de oportunidades no meio rural para a inclusão de forma independente, pela forma como se dá a divisão do trabalho e sua invisibilidade no interior da unidade familiar e pela tradição cultural que privilegia o homem para a execução do trabalho mais especializado, tecnificado e mecanizado, na chefia da propriedade e na comercialização da produção, pela oportunidade de emprego no meio urbano e pela exclusão das mulheres na herança da terra.

Neves (2017) afirma na obra “Agricultores familiares em migrações internacionais” organizada por Joel Orlando Bevilaqua Marin, que nas realidades

estudadas, a imigração com suas diversas possibilidades, direciona para a melhoria de condições de vida.

O processo migratório é considerado nesse trabalho como uma estratégia de reprodução da agricultura familiar, mas será observado na pesquisa empírica se esse processo apresenta pontos positivos como a ajuda mútua entre quem ficou na propriedade e quem migrou e os pontos negativos que a migração pode gerar, como o envelhecimento e masculinização do meio rural e o próprio êxodo rural, elencando é claro, as causas específicas da migração.

- **Acesso às Políticas Públicas**

O acesso às políticas públicas segundo Silva e Hespanhol (2016) auxiliam no desenvolvimento das atividades desenvolvidas no núcleo familiar, estimulando a produção e comercialização de alimentos, gerando renda, diversificação produtiva e oferta de alimentos de qualidade. A agricultura familiar:

[...] tem se tornado cada vez mais evidente no espaço rural, graças, em parte, ao apoio recebido em termos de políticas públicas. A continuidade desse apoio tenderá a viabilizar esse segmento como um dos mais aptos e capazes de abastecer mercados, de sustentar a biodiversidade e de prover necessidades elementares, como alimento e trabalho, para um número considerável de pessoas pelo interior do País (PANZUTTI; MONTEIRO, 2015, p. 142).

Entre as políticas públicas mais acessadas pela agricultura familiar no Brasil atualmente, destaca-se, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), onde os agricultores tem acesso ao crédito, para investir na propriedade rural, através da compra de insumos, maquinários e tecnologias, com isso obtendo um aumento da produtividade e posteriormente a ampliação da renda. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representa a oportunidade de comercialização de parte da produção familiar junto ao Governo Federal, por intermédio das cooperativas rurais, produção esta destinada a população com maior vulnerabilidade social. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política que funciona por meio de transferência de recursos aos estados e municípios para a compra de alimentos destinados a merenda escolar, sendo que a Lei Nº 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal para a compra da merenda escolar devem ser utilizados na aquisição de produtos diretos da agricultura familiar, garantindo a comercialização da produção,

com preço fixo pago aos produtores, estimulando assim, a produção de alimentos, direcionados as instituições educacionais.

- **Previdência Social Rural**

De acordo com Delgado e Cardoso Júnior (1999), a aposentadoria aos idosos e inválidos do meio rural foi implementada em 1972, com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) ligado ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), direito este, restrito apenas ao chefe da família, com idade mínima de 65 anos e o benefício era de meio salário mínimo. Só na Constituição Federal de 1988, foi previsto o regime de universalização do direito a previdência social rural para ambos os sexos e a partir de 1992 ocorreu à efetiva aplicação. Ainda para Delgado e Cardoso Júnior (1999, p. 1) as principais mudanças foram as seguintes:

- a) equiparação de condições de acesso para homens e mulheres (o antigo regime era específico para o cabeça do casal); b) redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres); e c) estabelecimento de um piso de aposentadorias e pensões em um salário mínimo (o regime anterior estabelecia teto em meio salário mínimo para o público do Funrural e pensões limitadas a 30% do benefício principal).

A idade diferenciada e com menor tempo de contribuição para o direito a aposentadoria referente a questão de gênero, ocorre pelo fato da previdência considerar a dupla jornada de trabalho da mulher, como o seu envolvimento na produção, nas atividades domésticas e no cuidado da família. (CONTAG, 2016).

A Previdência Social Rural compreende a política pública de maior abrangência no meio rural brasileiro e com o direito igualitário de gênero, essa política ampliou a renda per capita e conseqüentemente diminuiu a desigualdade na distribuição dessa renda (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

O acesso a Previdência Social Rural além de contribuir para a subsistência do beneficiado e de sua família, é usado em muitos casos, para o financiamento das atividades produtivas da unidade familiar, ocorrendo assim, a continuidade da família no desenvolvimento da agricultura (CONTAG, 2016) E segundo Caldas e Sacco dos Anjos (2007), a previdência rural é um mecanismo para garantir a permanência da população no campo e nos pequenos municípios do Brasil.

- **Associativismo e Cooperativismo Rural**

O associativismo rural segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2016) é uma alternativa que viabiliza atividades econômicas, proporcionando aos pequenos produtores uma maior capacidade produtiva e comercial e a união entre os agricultores em associações torna possível a aquisição de insumos agrícolas e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento.

Para Oliveira (2010, p. 23), a organização através de associações é uma relevante estratégia “para o desenvolvimento das atividades produtivas em pequenas propriedades de produção familiar, sobretudo, pela superação das barreiras impostas pelo capital comercial e industrial”.

As atividades econômicas que as associações rurais desenvolvem segundo Christoffoli (2016, p. 183-184) são: “associações de máquinas (tratores, caminhões etc.), associações para venda da produção, para realização de feiras livres, para comercialização e industrialização de produtos”.

Conforme Ricciardi e Lemos (2000, p. 60), o cooperativismo rural é formado:

[...] por membros de um determinado grupo econômico ou social, que conjugando esforços e recursos, visa promover a elevação dos padrões de qualidade de vida dos que se associam sob suas regras, prestando efetivo serviço às suas comunidades e a própria sociedade.

O cooperativismo rural propicia essencialmente a comercialização da produção dos agricultores, agregando valor aos produtos dos cooperados, prestando serviços, como armazenamento e transporte da produção e disponibilizando insumos e máquinas agrícolas (MAPA, 2016).

Associação e cooperativa parece possuir o mesmo significado, mas são organizações diferentes, pois:

[...] as associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia. Já as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica e seu principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo dos associados junto ao mercado (SEBRAE, 2017).

Segundo Christoffoli (2016), com o desenvolvimento da produção agroecológica ocorre o ressurgimento de associações e cooperativas, por que:

A agroecologia por ser mais intensa em trabalho (e por não dispormos no Brasil de maquinário agrícola voltado aos camponeses), mas também por

pressupor a construção social de conhecimento, o diálogo de saberes, estimula a participação conjunta dos agricultores em coletivos de base, em que se percebe a emergência de formas de cooperação que por décadas haviam sido descartadas, apontado aí um potencial bastante promissor: a promoção da agroecologia e da cooperação como elementos de uma nova sociabilidade camponesa no meio rural brasileiro (CHRISTOFFOLI, 2016, p. 180).

O associativismo e o cooperativismo rural são organizações coletivas, tendo como principal objetivo o interesse comum do grupo. Sendo estas organizações importantes para os pequenos agricultores e estão inseridos no conjunto das estratégias de reprodução social e econômico da agricultura familiar.

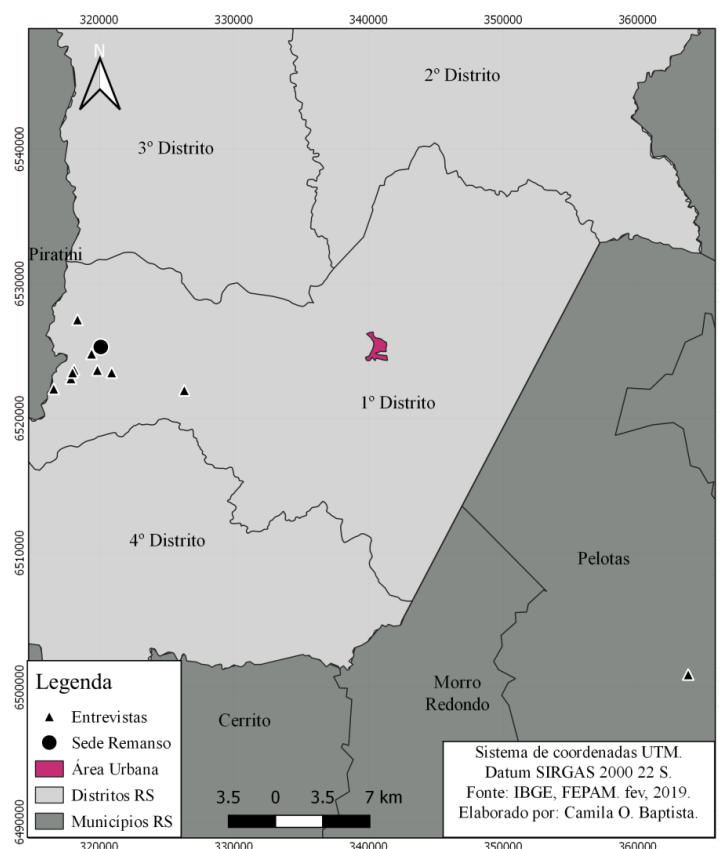
No próximo capítulo serão apresentadas quais dessas estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar, que foram discutidas levando em conta a discussão teórica, são desenvolvidas na prática pelo Grupo Agroecológico do Remanso.

3 GRUPO AGROECOLÓGICO DO REMANSO E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA: UM ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de campo desenvolvida com os agricultores (as) ligados (as) ao Grupo Agroecológico do Remanso (Apêndice B), bem como, apresentar os resultados da pesquisa realizada com os representantes dos principais parceiros do grupo, ou seja, a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), sendo estes os chamados mediadores (Apêndice C).

No transcorrer das entrevistas junto aos agricultores do Grupo Agroecológico do Remanso verificou-se as coordenadas geográficas de cada propriedade familiar pesquisada (marcadas com ponto de GPS) e assim, elaborou-se um mapa de localização das unidades familiares estudadas, conforme a Figura 4.

Figura 4 - Mapa de localização das famílias entrevistadas



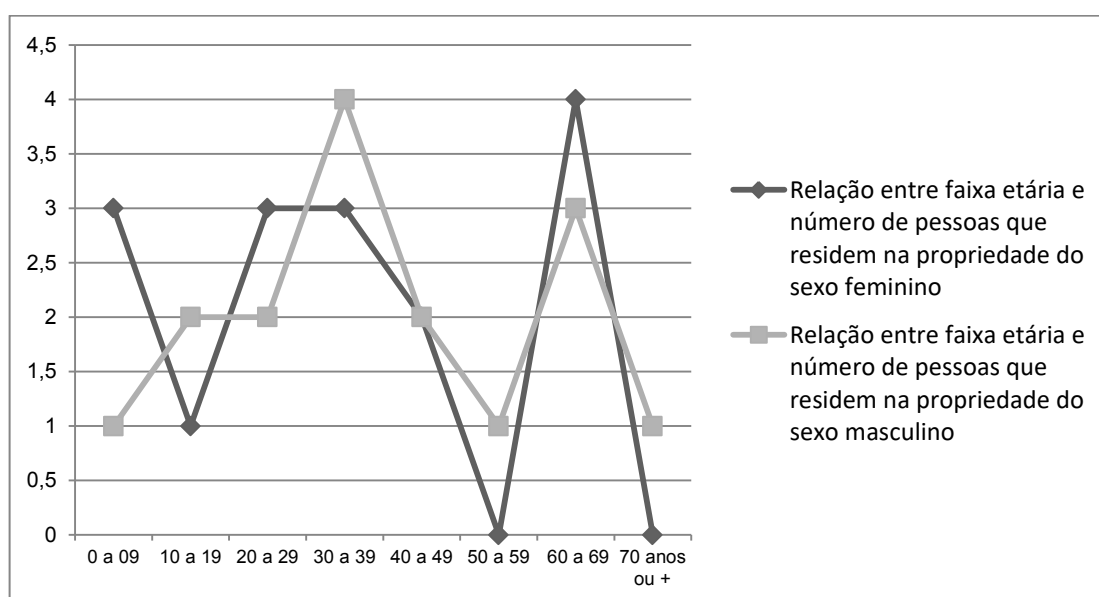
Fonte: Elaborado por Camila O. Baptista.

Nem todas as propriedades estão situadas na localidade do Remanso, sendo que do total de propriedades pesquisadas, sete (07) estão localizadas na referida localidade, duas (02) em localidades próximas, sendo uma (01) na Santa Clara e a outra na Coxilha dos Cunha¹⁹ e uma (01) está situada na localidade de Monte Bonito – 9º distrito do município de Pelotas.

3.1 Caracterização geral dos agricultores pertencentes ao Grupo Agroecológico do Remanso

O grupo é formado por 10 famílias de agricultores agroecológicos e durante a pesquisa considerou-se sempre o grupo familiar como unidade de análise. Conforme a Figura 5, o grupo estudado é constituído por um total de 32 pessoas, sendo 16 (50%) do sexo feminino e os outros 16 (50%) do sexo masculino. Quanto à faixa etária é perceptível também na Figura 5 o predomínio da força de trabalho ativa, ou seja, 53% da população está na faixa etária de 20 a 59 anos. Pode-se dizer que existe um equilíbrio entre a faixa etária e o sexo dos membros das famílias entrevistadas.

Figura 5 - Relação entre faixa etária e sexo dos membros das famílias que residem na propriedade dos entrevistados

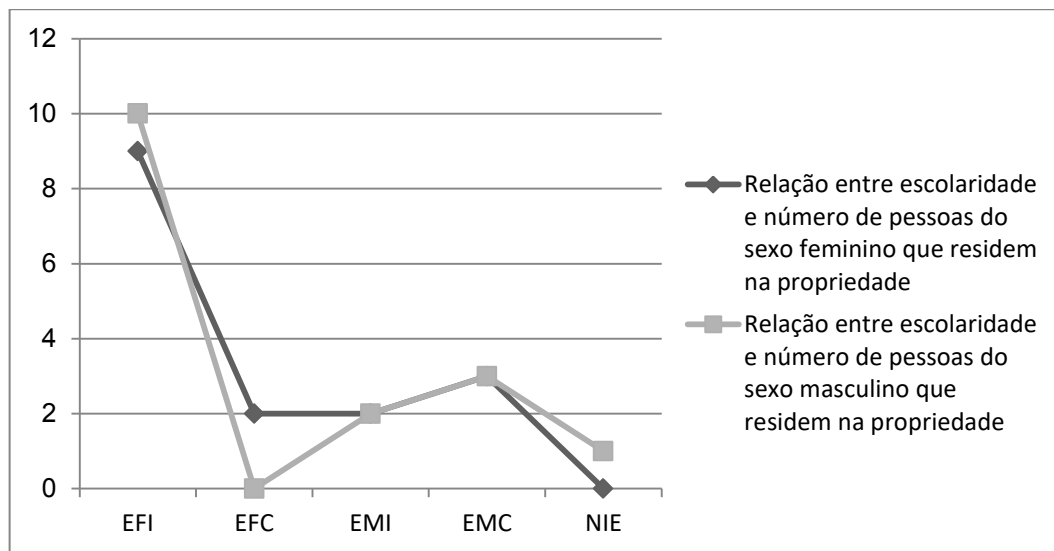


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

¹⁹ Nome da localidade pronunciada dessa forma pela população, ou seja, não conjugam no plural.

Sobre a escolaridade, do total de membros das famílias pesquisadas, 19 (59%) possuem o ensino fundamental incompleto, sendo 09 (28%) do sexo feminino e 10 (31%) do sexo masculino. Com isso, constata-se uma baixa escolaridade de pouco mais da metade da população de ambos os sexos que compõe as famílias entrevistadas, conforme Figura 6.

Figura 6 - Relação entre escolaridade e sexo dos membros das famílias que residem na propriedade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Vale ressaltar que das dezenove (19) pessoas que possuem o ensino fundamental incompleto, quatro (04) ainda estão cursando este nível, sendo três (03) da faixa etária entre 0 a 9 anos e um (01) da faixa etária entre 10 a 19.

Através da relação entre escolaridade e faixa etária (Tabela 12), nota-se que os membros da família com menor grau de instrução formal é da população a partir dos 30 anos de idade. Essa baixa escolaridade é consequência da inexistência até o início do século XXI de escolas com ensino fundamental completo no meio rural, devido às condições financeiras dos pais, estes não conseguiam manter seus filhos nas escolas no meio urbano e principalmente porque os filhos tinham que ajuda-los nas tarefas da unidade familiar, relacionadas as atividades agrícolas.

Tabela 12 - Relação entre faixa etária e escolaridade dos membros das famílias que residem na propriedade dos entrevistados

Faixa Etária	NIE	EFI	EFC	EMI	EMC
0 a 9	01	03	0	0	0
10 a 19	0	01	0	02	0
20 a 29	0	0	0	01	04
30 a 39	0	04	01	0	02
40 a 49	0	02	01	01	0
50 a 59	0	01	0	0	0
60 a 69	0	07	0	0	0
+ 70 anos	0	01	0	0	0
Total	01	19	02	04	06

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

O Quadro 1, elaborado a partir das entrevistas aplicadas as famílias do grupo contribui para a compreensão da migração dos filhos dos entrevistados, com relação ao destino desses jovens e a função que desempenham (estudo, trabalho, relações familiares). O mesmo quadro apresenta informações dos filhos que não migraram.

Quadro 1 - Informações sobre os filhos dos entrevistados que migraram para a cidade e os filhos que permanecem no meio rural

Agricultores entrevistados	Migração dos filhos	Situação atual dos filhos que migraram	Situação atual dos filhos que não migraram
Agricultora A	Três dos quatro filhos migraram para a cidade de Pelotas em busca de estudo e trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - A filha tem 40 anos de idade é professora de geografia e reside no meio rural de Pelotas, mas não desenvolve atividade ligada a agricultura. - O filho tem 41 anos de idade, possui ensino fundamental incompleto, reside no meio rural de Pelotas e trabalha como caminhoneiro, não exercendo atividade ligada a agricultura. - O outro filho tem 33 anos de idade, é formado em Ciência da Computação e trabalha na área de formação em Belo Horizonte. 	- O filho que reside na propriedade tem 35 anos, possui o curso de Técnico Agrícola e desenvolve atividades ligada a agricultura junto com os pais.
Agricultora B	Os dois filhos residem na propriedade.	-	<ul style="list-style-type: none"> - A filha tem 17 anos e está cursando o ensino médio. - O filho tem 19 anos e está cursando o Curso Técnico de Nível Médio Integrado e Subsequente em Agroecologia, na EFASUL.

Agricultor C	Das duas filhas, uma migrou para a cidade de Canguçu em busca de estudo.	A filha tem 19 anos, reside na cidade de Canguçu e cursa Letras na cidade de Pelotas.	- A filha tem 08 anos e está curando o ensino fundamental.
Agricultor D	Os dois filhos residem na propriedade.	-	- O filho tem 10 anos e está cursando o ensino fundamental e a filha 06 anos e está na pré-escola.
Agricultor E	Dos seis filhos, dois migraram para a cidade de Pelotas.	- A filha tem 32 anos, reside na cidade de Pelotas, possui mestrado em educação e trabalha no CAPA. - O filho tem 35 anos, reside na cidade de Canguçu, é Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, está cursando Geografia na UFPEL e trabalha em uma escola municipal de Canguçu e na EFASUL.	- Uma das filhas tem 38 anos, possui ensino médio completo, reside na sua propriedade, próximo da residência dos seus pais, produz de forma agroecológica e está ligada ao Grupo Agroecológico do Remanso. - Um dos filhos tem 26 anos, possui ensino médio completo, reside na propriedade dos pais, mas em casa separada, trabalha de parceria com os pais, com a produção agroecológica, sendo integrante do grupo em estudo. - Os outros dois filhos residem e trabalham na propriedade, sendo que a filha tem 21 anos e o filho 23, ambos com ensino médio completo.
Agricultor F	Dos três filhos, dois migraram para a cidade de Piratini, sendo que um casou, migrando para Piratini em busca de trabalho e o outro desde os 05 anos residia com a avó nessa cidade.	- Os dois filhos possuem ensino fundamental incompleto, residem na cidade de Piratini, sendo que um tem 37 anos de idade e o outro 39 anos de idade. Um deles trabalha na Tanagro S/A ²⁰ .	- O filho tem 34 anos, possui o ensino fundamental incompleto e trabalha na propriedade junto com os pais.
Agricultora G	O filho migrou para a cidade de Canguçu em busca de trabalho e estudo e a filha migrou para Pelotas em busca de trabalho e estudo.	- O filho tem 25 anos, possui o ensino médio completo e trabalha em uma cooperativa de crédito rural na cidade de canguçu. - A filha tem 26 anos, é Tecnóloga em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, reside em Vera Cruz e possui um negócio de Mini jardins e flores.	- Nenhum filho reside mais na propriedade.
Agricultora H	A filha reside na	-	- A filha tem 05 anos e

²⁰ Empresa atuante na exploração de floresta exótica.

	propriedade.		está na pré-escola.
Agricultor I	A filha casou e foi morar na cidade de Canguçu.	- A filha tem 31 anos, reside na cidade de Canguçu, é formada em administração e trabalha na área de formação.	- O filho tem 26 anos de idade, reside na propriedade, mas em casa separada, trabalha como caminhoneiro e não está envolvido com a agricultura.
Agricultor J	O filho reside na propriedade.	-	- O filho tem um ano de idade.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Constatou-se com base no Quadro 1 a migração permanente de alguns dos filhos dos agricultores entrevistados. A faixa etária atual dos filhos que migraram varia de 19 a 41 anos de idade. Esse processo ocorreu devido à busca de estudo, trabalho e relações familiares, migrando principalmente para a cidade de Pelotas, mas também para as cidades de Canguçu e Piratini.

Das 10 famílias entrevistadas, percebe-se que os casais tiveram um total de 25 filhos E desses, 11 migraram. Do total de migrantes, 06 atualmente possuem o ensino superior completo, uma em Licenciatura em Geografia, um em Ciência da Computação, uma é Mestre em Educação, um é Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, uma é Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural e uma é formada em Administração. E a filha de um dos entrevistados está cursando ensino superior em Letras.

Nenhum dos migrantes retornou a para a propriedade familiar. Mas dois, por exemplo, retornaram ao meio rural de Pelotas, porém não desenvolvem atividades ligadas à agricultura. Cabe ressaltar, que alguns estão trabalhando em instituições ligadas a agricultura, como: CAPA e EFASUL. Uma possui um negócio próprio de Mini Jardins e Flores no interior de Vera Cruz/RS.

“A migração do campo para a cidade, e desta para as cidades maiores, se dá sempre, na direção dos centros urbanos maiores onde a criação de atividades e empregos é mais efetiva” (FONTOURA, 2016, p. 1660).

[...] as migrações entre as cidades em diferentes períodos identificados pelo desenvolvimento das forças produtivas produzem deslocamentos importantes da menor cidade para a maior, pelo aumento da oferta de empregos. As cidades que absorvem o trabalho de mais pessoas tendem a ser mais procuradas diante da possibilidade de ascensão social, o que é difícil nas cidades menores (FONTOURA, 2016, p. 1661).

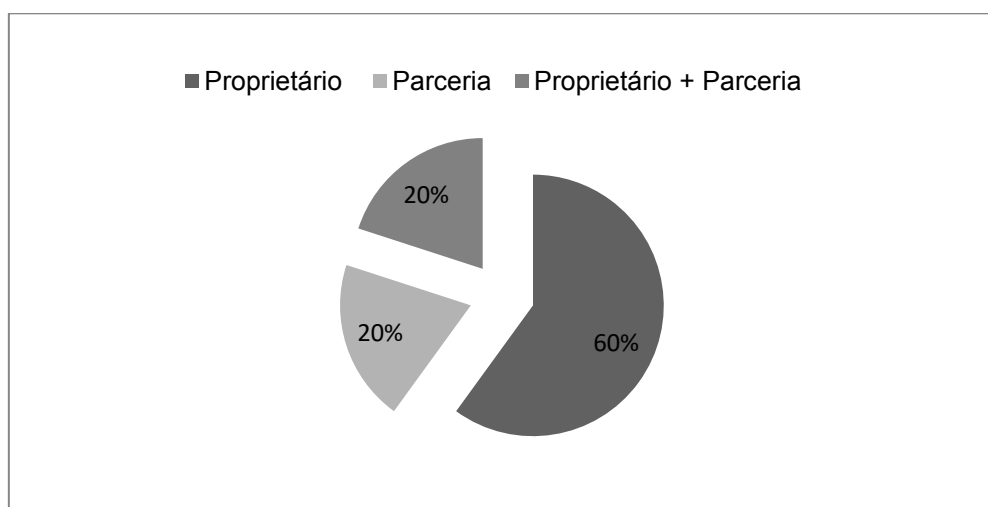
Ainda sobre o Quadro 1, observa-se que nem todos os filhos que não migraram estão envolvidos na atividade ligada a agricultura. Um, por exemplo, é

caminhoneiro e apenas reside na propriedade dos pais. Outra informação que chama a atenção é a existência de crianças e jovens que estão estudando e com isso, não podendo ser considerado como força de trabalho ativa.

Quanto à ajuda mútua entre os pais e os filhos que migraram, se limita aos finais de semana, quando os filhos visitam a propriedade dos pais e desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas dentro da propriedade. Ainda, os pais ajudam na sobrevivência dos seus filhos, pois esses levam da propriedade alimentos in natura, produtos caseiros e até mesmo mudas, para serem consumidos e utilizados na cidade.

Quanto à condição do agricultor (Figura 7), dos dez agricultores pesquisados, seis (60%) são proprietários, dois (20%) proprietário + parceria e dois (20%) parceria. Além da condição de proprietário, se faz presente a condição de parceria, esta forma não capitalista do uso da terra é uma estratégia que os agricultores aderem para desenvolverem sua produção e em alguns casos para ampliar a área de cultivo. A parceria na realidade estudada ocorre entre os membros da família, como por exemplo, o filho planta em uma determinada parcela de terras dos pais, de forma formal (contrato de parceria) ou informal. E proporciona a continuidade de famílias no espaço rural, desenvolvendo a produção agroecológica e conseqüentemente, gerando renda para a população envolvida.

Figura 7 - Condição do agricultor

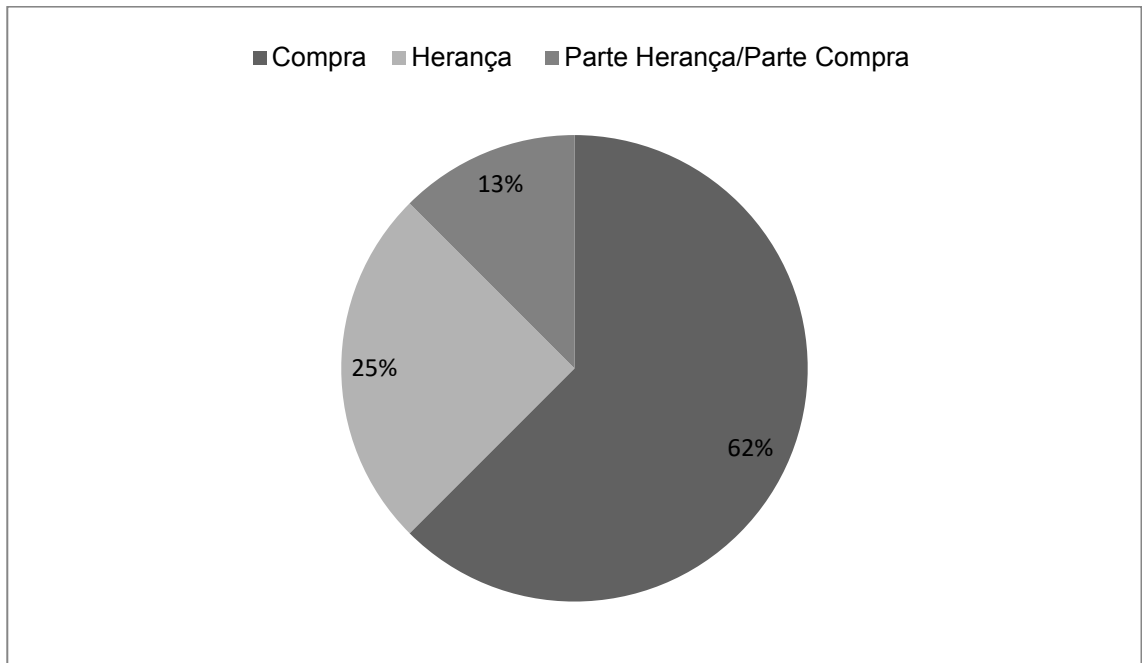


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

No que se refere à forma de aquisição da propriedade da terra (Figura 8) dos dez entrevistados, oito são proprietários de terra, desses, cinco (62%) adquiriram

sua terra através da compra, dois (25%) por meio de herança e um (13%) por parte herança/parte compra. Dois agricultores ainda não possuem a propriedade legal da terra, fato que os deixam fragilizados em relação a produção e ao trabalho. A propriedade da terra é essencial para assegurar a continuidade do trabalho com a agroecologia desenvolvido pelos agricultores familiares e garante uma maior autonomia para esses agricultores.

Figura 8 - Forma de aquisição da propriedade da terra



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em relação ao tamanho das propriedades, as mesmas variam de 0,5 a 21 hectares. Apesar dessa diferença entre as dimensões, notou-se na realidade empírica que todas as propriedades se reproduzem e os agricultores permanecem no meio rural desenvolvendo a agricultura agroecológica.

Sobre a administração da propriedade, do total, sete (70%) responderam que todos os membros da família participam da administração, uma (10%) das propriedades é administrada pela mulher e duas (20%) pelo homem.

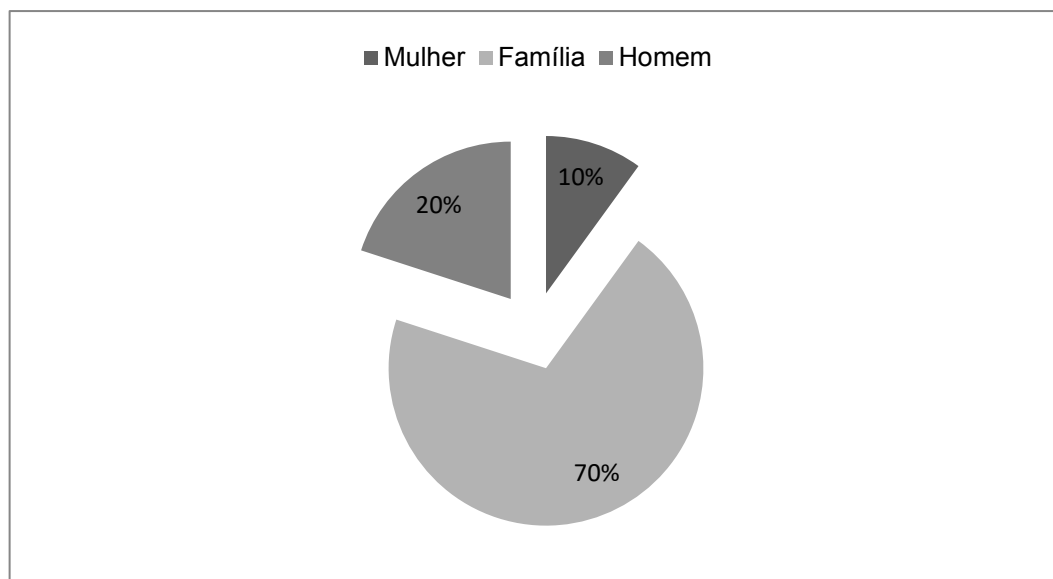
Brumer (2004) realizou um estudo no estado do Rio Grande do Sul onde concluiu a subordinação das mulheres nas unidades familiares o que causou sua migração para o espaço urbano, a autora ainda constatou que quem administra a propriedade é o homem e que na divisão do trabalho por sexo na agricultura familiar, as mulheres, crianças e jovens “ocupam uma posição subordinada e seu trabalho

geralmente aparece como „ajuda“, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles” (BRUMER, 2004, p. 210). A autora sintetiza a subordinação das mulheres na unidade produtiva, destacando:

- as tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como „ajuda“;
- seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores);
- elas não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário;
- elas não administram os recursos originados com a venda da produção (BRUMER, 2004, p. 211).

Na realidade pesquisada, identificou-se (Figura 9) que na maioria dos casos não é apenas o homem que realiza a administração da propriedade, mas essencialmente a família e em um dos casos apenas a mulher. Com isso, muitas mulheres estão a frente da propriedade e estão envolvidas em todo o tipo de produção (agrícola, pecuária, produtos da agroindústria familiar, entre outros), na venda na feira, usando maquinário agrícola, realizando a gestão da propriedade juntamente com o marido e demais membros da família, ocupando cargo de coordenação do grupo, entre outros. Os jovens em muitos casos possuem seus espaços de produção e participam da venda dos produtos na feira.

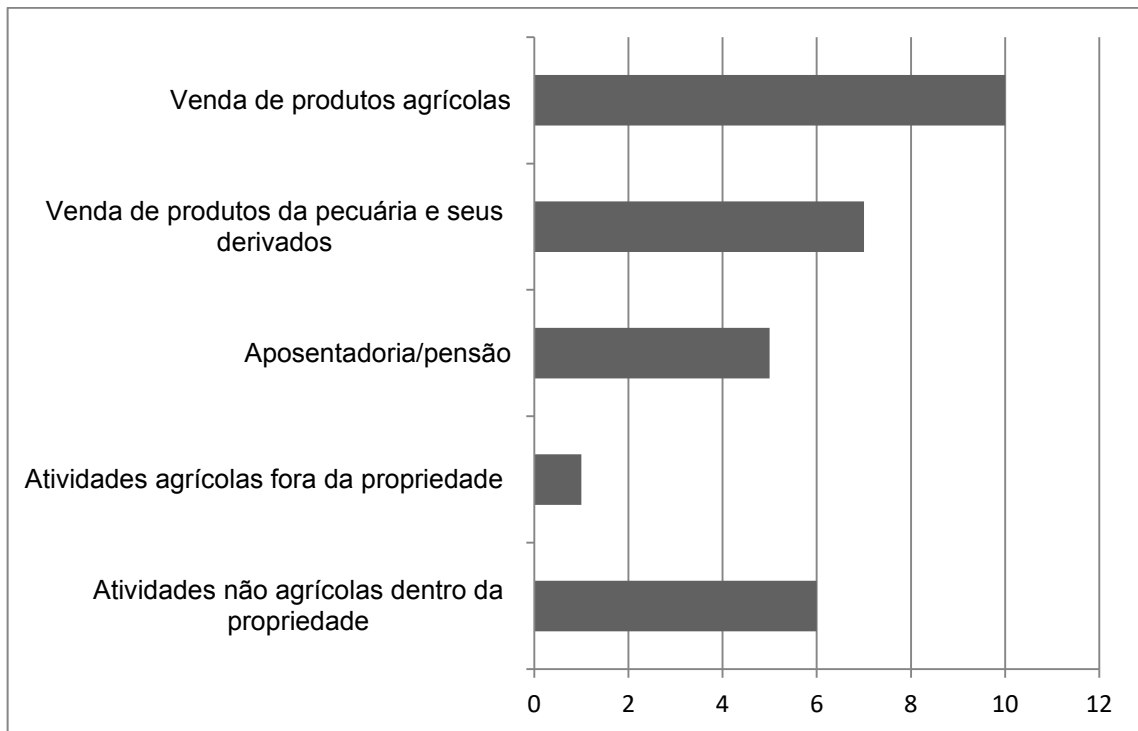
Figura 9 - Quem administra a propriedade?



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Referente à formação da renda nas propriedades (Figura 10), todos vendem produtos agrícolas, sete (70%) vendem produtos da pecuária e seus derivados, cinco (50%) responderam que pelo menos um membro da família é aposentado ou pensionista do INSS, um (10%) desempenha atividades agrícolas fora da propriedade e seis (60%) do total de agricultores estudados disseram que parte da renda é formada por atividades não agrícolas dentro da propriedade.

Figura 10 - Formação da renda nas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os agricultores associados ao Grupo Agroecológico do Remanso produzem uma grande diversidade de produtos agrícolas (Figura 11), dentre eles: abóbora, abobrinha, cenoura, beterraba, alface, temperos verdes (salsa e cebolinha), rúcula, repolho, brócolis, tomate, espinafre, fava, feijão, ervilha, couve, couve-flor, pepino, mostarda, rabanete, pimentão, cebola, alho, vagem, mandioca, batata inglesa, batata-doce, amendoim, fumo ecológico, milho verde, milho, maracujá, laranja, morango, uva, caqui, limão, melão e figo.

Quando questionados sobre quais produtos são produzidos? Percebeu-se a dificuldade em responder essa pergunta, pois existe uma grande diversidade de cultivos nas propriedades e os agricultores não tem ideia muitas vezes de quais e

quantos produtos são produzidos. Isso pode ser notado na fala de um dos agricultores:

Esses dias o meu neto perguntou quantos produtos tem? Não hora não sei quantos tem, aí ele pegou e anotou e vimos que tem 29 produtos. Agora não tenho como te dizer todos, não lembro, mas é um eito, é muita coisa. Para a feira de Canguçu, esses dias foram 10 produtos diferentes. É na base de 10 a 12 produtos que vai para cada feira. Quando termina um, começa outro.

Alguns agricultores agregam valor aos seus produtos e vendem, por exemplo, amendoim debulhado e abóbora descascada e picada. Um entrevistado relatou que a abóbora inteira é vendida na feira por R\$ 3,00 reais o kg e já a abóbora descascada e picada é vendida a R\$ 10,00 reais o kg.

Figura 11 - Mosaico do cultivo de produtos agrícolas



A) Lavoura de brócolis e cenoura; B) Laranja; C) Estufa com plantio de alface; D) Lavoura de couve e cenoura; E) Laranja; F) Lavoura com plantio de cebola e parte com adubação verde; G) Tomate; H) Alface.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Percebe-se ainda nas paisagens da Figura 11, além da produção diversificada de modo tradicional, o uso de técnicas da modernização da agricultura, como estufa e sistema de irrigação.

Os produtos agrícolas, com exceção do fumo ecológico e milho são comercializados, junto às feiras da ARPASUL, sendo que o grupo participa de três feiras durante a semana, duas na cidade de Pelotas e uma em Canguçu, conforme o Quadro 2. Alguns agricultores comercializam uma pequena parcela da produção para programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), via Cooperativa Sul Ecológica e um agricultor vende alguns produtos como a laranja, alho e ervilha para um restaurante ecológico da cidade de Pelotas.

Ressalta-se, que além da venda, esses produtos são consumidos pelas próprias famílias produtoras, mas a questão do autoconsumo será abordada de forma detalhada mais a frente desse capítulo.

Segundo Sagaz (2006), a agroecologia prioriza a comercialização através dos chamados circuitos curtos²¹, ou seja, a venda direta. A feira é um, exemplo, de circuito curto. Na realidade estudada, percebe-se que esse tipo de venda compreende uma estratégia viável que proporciona a comercialização da produção, valorização monetária do produto, relação com o consumidor, renda e a entrada de dinheiro semanal para as famílias.

²¹ Segundo Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), no Brasil, ainda não existe uma definição oficial para esse conceito, mas o mesmo indica para uma proximidade entre produtores e consumidores. Ainda de acordo com Darolt, Lamine e Brandenburg (2013, p. 9), dois casos de circuitos curtos podem ser distinguidos: “a venda direta (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor) e a venda indireta via um único intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local)”.

Quadro 2 - Informações sobre as feiras que os agricultores do grupo pesquisado comercializam sua produção

Cidade	Endereço	Dia da semana	Horário
Pelotas	Avenida Bento Gonçalves, em frente ao 4º BPM – Quartel da Brigada Militar.	Terças-feiras	07:00 às 13:00
Canguçu	Rua Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, em frente à Prefeitura Municipal.	Quintas-feiras	07:00 às 13:00
Pelotas	Avenida Dom Joaquim, esquina República do Líbano.	Sábados	07:00 às 13:00

Pesquisa de campo, 2018.

O papel das feiras, Buchweitz (2003, p. 140), expõe que:

Cada vez mais, as feiras se tornam espaços de cidadania, onde produtores e agricultores são agentes na comercialização dos seus produtos. Além disso, os produtores saem do anonimato e criam uma relação direta com os consumidores. Este constante direto é importante, na medida em que serve como meio de avaliar o que se está fazendo e como se está cuidando do negócio.

Todos os membros das famílias pesquisadas estão envolvidos no trabalho na propriedade e na comercialização depende muito de cada família, geralmente de cada família vai uma e sempre a mesma pessoa e os feiristas são homens, mulheres e jovens. A participação das mulheres na comercialização pode ser observada no relato de uma das entrevistadas: *Aqui na propriedade eu e o meu marido trabalhamos de igual para igual, mas a feirista sou eu.* Uma das famílias estudadas possui um número maior de membros e no momento da entrevista cada filho fazia uma feira por semana, sendo que dos três filhos jovens que residem na propriedade e vão na feira comercializar os produtos, dois são do sexo masculino e uma do sexo feminino, conforme a fala do entrevistado: *na feira vai os dois meninos e a filha mais nova.*

O fumo ecológico é cultivado por um (10%) dos entrevistados, sendo esta produção integrada com a indústria JTI²². O agricultor informou que devido a produção ser orgânica, ele recebe no final da safra, considerando a média final, um incentivo de 60% em dinheiro a mais. O entrevistado relatou: *Plantamos fumo porque o meu irmão gosta de plantar fumo e trabalhamos de parceria e o dinheiro vem de vez, assim conseguimos pagar o trator, já o dinheiro da feira é recebido toda*

²² Japan Tobacco International (JTI) é uma empresa que está localizada em Genebra, na Suíça e possui uma planta de processamento de tabaco em Santa Cruz do Sul/RS.

a semana e gastamos tudo. Esse tipo (fumo ecológico) de produção gera renda, mas é um produto não alimentício, exportado, considerado uma *commodity* agrícola e sua finalidade é essencialmente para a fabricação do cigarro.

O milho é produzido principalmente para a alimentação dos animais e o seu excedente é comercializado. Esse tipo de cultivo apresenta vários propósitos, pois é usado tanto na alimentação humana quanto dos animais e a cana do milho que não é utilizada serve até mesmo como adubação e recompondo, assim, a matéria orgânica do solo.

Os agricultores criam os seguintes animais: porco, galinha, pato, ovelha, carneiro, gado de corte, gado leiteiro e peixe, sendo que alguns dos tipos de criação podem ser observados na Figura 12. A criação de animais e seus derivados são essencialmente para o consumo alimentar das famílias, podendo o excedente ser comercializado nas feiras, dependendo da produção de cada propriedade. Uma das entrevistadas relatou que a venda na feira dos produtos derivados de animais e do gado para o abatedouro é a renda mais importante no momento, já que está com problemas de saúde acaba não conseguindo se envolver tanto na produção agrícola. Outro entrevistado ainda cria animais mais para a produção do esterco e menos para o consumo da carne e seus derivados. E outra agricultora relatou: *“Esse ano, a gente vendeu alguns carneiros e como estamos pagando a nossa terra ainda, então a gente tem uma prestação por ano que tem que pagar, então a gente cria uns dois ou três carneiros e a gente vende para pagar a prestação”*. E um dos agricultores do grupo estudado não cria nenhum tipo de animal.

Segundo Tosetto; Cardoso; Furtado (2013) a criação de animais é essencial no sistema de produção agroecológica, porquanto, gera a produção de esterco que contribui para garantir a sustentabilidade, reduz ou elimina a compra de insumos externos, que pode conter vestígios de agrotóxicos. A criação de animais proporciona diversidade produtiva, contribuindo na segurança alimentar as famílias e gerando renda com a venda do excedente da carne e seus derivados.

Na produção agroecológica a diversificação produtiva, como a produção de hortaliças, verduras, frutas e criação de animais é de suma importância. Uma propriedade diversificada apresenta menor ataque de doenças, solos mais equilibrados, maior uso dos insumos, como o esterco, maior diversidade de alimentos para o autoconsumo familiar e maior chance de ter uma renda mensal (ALTIERI; SILVA; NICHOLLS, 2003).

Figura 12 - Mosaico da criação de animais



A) Bovinos; B) Suínos; C) Galinhas; D) Ovelhas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Ainda com relação à formação da renda nas propriedades, os agricultores informaram que o dinheiro da aposentadoria e pensão é investido na propriedade.

Isso pode ser constatado na fala de um dos entrevistados: *investimos o dinheiro da aposentadoria na propriedade quando precisa sim, para pagar o trator mesmo foi utilizado o dinheiro da aposentadoria. A gente tem a poupança, né e deixa um salário lá.*

O acesso à previdência social rural, além de contribuir para a subsistência do beneficiado e de sua família, é usado, em muitos casos, para o financiamento das atividades produtivas da unidade familiar, ocorrendo assim, a continuidade da família no desenvolvimento da agricultura (CONTAG, 2016).

O marido de uma das entrevistadas exerce atividades agrícolas fora da propriedade, ou seja, ele está envolvido no cultivo da soja no município de Canguçu nas localidades de Santa Clara e Arvorito e no município do Rio Grande, o mesmo é empregado e recebe porcentagem com a venda desse produto e pouco se envolve com a produção agroecológica na propriedade familiar.

Quanto às atividades não agrícolas dentro da propriedade, o marido de uma das entrevistadas possui uma mecânica de trator dentro da propriedade, uma entrevistada vende artesanato doméstico e existe a produção de produtos caseiros, como: suco de uva, mel, rapadura, extrato de tomate, entre outros. Cabe salientar que não existe a presença de agroindústrias familiares e quando algum tipo de produto, como o tomate, por exemplo, excede a demanda de venda in natura, o mesmo é processado e produzido o extrato, de forma artesanal.

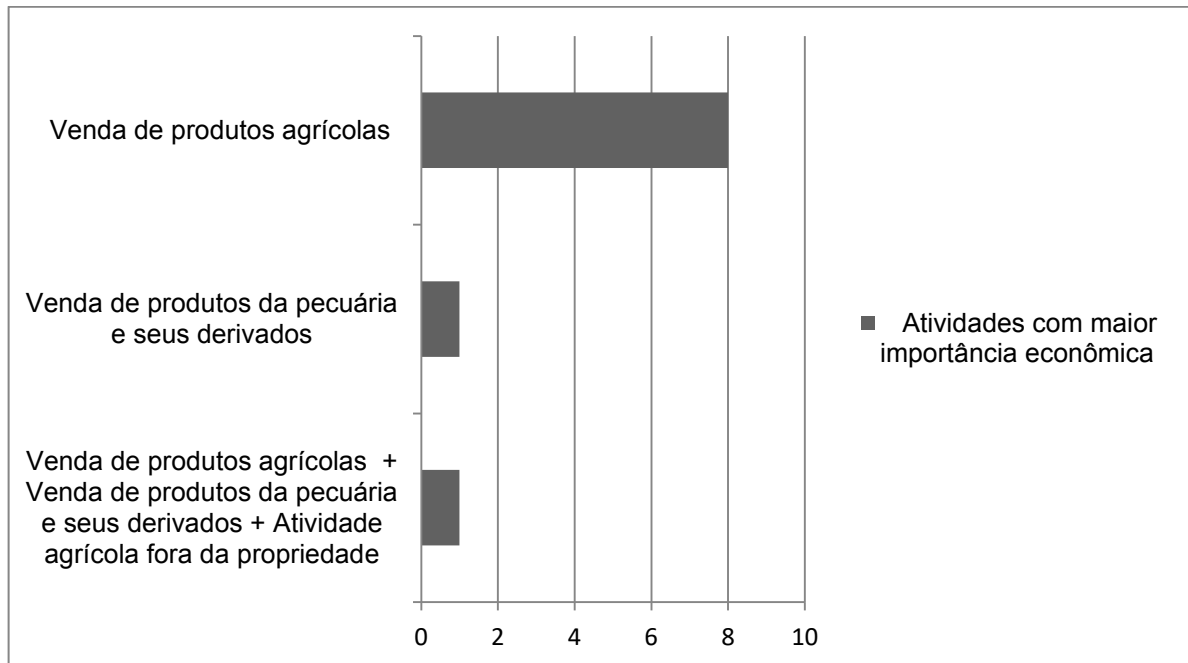
Conforme abordado no capítulo anterior, segundo a visão de Schneider (2001) e Sacco dos Anjos (2003), a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas por pelo menos um membro da unidade familiar tanto dentro quanto fora da propriedade e mantendo a moradia e ligação com a agricultura compreende o fenômeno da pluriatividade. Segundo Sacco dos Anjos (2003, p. 246) a pluriatividade propicia:

[...] que os componentes de unidade familiar executem diversas atividades no interior ou fora da sua exploração agrária, com a finalidade de obter um ingresso econômico correspondente, de forma a que a convencional identidade entre família e unidade de produção deixa de existir.

De acordo com Buchweitz (2003, p. 191): “A diversidade é um elemento central para a ecologização dos sistemas agrícolas e para atingir a sustentabilidade. Sem diversidade fica difícil construir a autonomia”.

Referente à atividade com maior importância econômica para as famílias pesquisadas (Figura 13), observa-se o predomínio da venda de produtos agrícolas, sendo que para oito (08) dos entrevistados é a venda de produtos agrícolas, mas uma (01) respondeu que é a venda de produtos da pecuária e seus derivados e uma (01) além da venda de produtos agrícolas, é a venda de produtos da pecuária e seus derivados e a atividade agrícola fora da propriedade.

Figura 13 - Atividades com maior importância econômica para as famílias pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

3.2 Conhecendo os principais parceiros do Grupo Agroecológico do Remanso

Identificou-se durante a pesquisa empírica que a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) são os principais parceiros do grupo pesquisado.

Segundo a entrevista realizada com o presidente da ARPASUL, essa instituição foi fundada em 17 de setembro de 1995 e tem como objetivo proporcionar aos agricultores um espaço de venda dos seus produtos, evitando assim, a figura do intermediário. Segundo Buchweitz (2003, p. 142):

As feiras eliminam a figura do intermediário e, especialmente no caso dos produtores ecológicos, possibilitam que os mesmos sejam vendidos à população a preços mais justos. Como espaço coletivo que congrega

associações e grupos, contribuem nas questões de organização e planejamento da produção.

O grupo do Remanso está ligado a esta instituição desde o principio, nasceu com a ARPASUL, relatou o entrevistado. A ARPASUL fornece toda a infraestrutura que o agricultor precisa para trabalhar, no caso do grupo em estudo, a instituição disponibilizou um caminhão que é da Arpasul e está em benefício do grupo. A Arpasul também possui um banco interno, onde é disponibilizado o recurso para os agricultores num fundo rotativo, dinheiro este do fundo do caixa da associação e esse dinheiro reveste em rotação para os agricultores. Ou seja, a Arpasul disponibiliza um empréstimo no valor máximo de 5 mil reais, no prazo máximo de 1 ano, sendo 6 meses sem juros e a partir do sexto mês, 1% de juro ao ano. O valor máximo é para abranger mais número de agricultores. O banco cobra altas taxas de juro e exige uma burocracia, com isso a instituição disponibiliza esse serviço. Também realiza todo o serviço de divulgação do trabalho da agroecologia, do nome das famílias produtoras e do contexto da entidade. E os rótulos e ficha de controle, são fornecidos pela entidade, para tudo isso, é arrecado 2,5% em cada feira do total das vendas de cada agricultor para o fundo da Arpasul e esse fundo abrange toda essa gama de serviços, como instalação, licenças, taxas, manutenção da lona da feira, por exemplo.

Conforme a Tabela 13, a ARPASUL é constituída por 23 famílias, distribuídas em 05 municípios da região sul do Rio Grande do Sul e observa-se na citada tabela que o Grupo do Remanso é o maior no quesito de número de famílias.

Tabela 13 - Municípios, grupos e número de famílias associadas na ARPASUL

Municípios	Grupos	Número de Famílias
Pelotas	Grupo Vila Nova	04
Morro Redondo	Grupo Caneleira	04
Arroio do Padre	Grupo Arroio do Padre	03
Canguçu	Grupo Remanso	10
Canguçu	Grupo Amegril	01
Turuçu	Grupo Turuçu	01
Total	-	23

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A outra instituição parceira, ou seja, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) segundo o técnico agrícola entrevistado dessa instituição, foi fundado em 1978, completando no ano passado 40 anos de atividades na região sul.

O principal objetivo dessa instituição é de levar comida boa na mesa de cada um dos cidadãos e essa comida boa não é só aquela para as classes sociais com maior poder aquisitivo. O CAPA foi um dos pioneiros na região sul que promoveu a alimentação escolar orgânica, atendendo assim, as classes menos favorecidas, com o acesso ao alimento saudável. Promovendo assim, uma agricultura sustentável para toda a região.

O CAPA foi criado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com o intuito de justiça social, no momento em que os pequenos agricultores familiares estavam sendo expulsos do meio rural, devido a Revolução Verde. Os impactos desse novo modelo econômico implantado estava gerando um empobrecimento dos pequenos agricultores e conseqüentemente o esvaziamento dos espaços rurais. Desde sua origem a instituição se preocupa com a pequena propriedade familiar descapitalizada, organizando os mesmos em grupos de pequenos agricultores e divulgando a agricultura agroecológica (IDE, 2008). Buchweitz (2003, p. 192), salienta que:

O Capa foi criado pela IECLB, mas trabalha com agricultores familiares de todos os credos e raças, sem distinção político-ideológica. As opções partidárias de membros da equipe são opções individuais e não dizem respeito à instituição.

Conforme parte do depoimento do Dr. Walter Altmann (Pastor e na época Presidente da IECLB), que consta no livro: “O tempo compartilhado: 25 anos do Capa”, o pastor frisa:

[...] a criação do capa se constituiu num ato de coragem cívica da própria igreja ao apoiar, contra interesses políticos e econômicos adversos, os pequenos agricultores em sua legítima aspiração de viverem condignamente sobre sua propriedade e de produzirem o alimento indispensável a suas famílias e ao povo brasileiro. Ao longo desses 25 anos, o Capa se solidificou em várias regiões do país e contribuiu decisivamente para a manutenção dos pequenos agricultores no campo, para a produção de alimentos básicos para a população, para o desenvolvimento de práticas de agricultura alternativa e ecológica. Contribuiu, assim, também para a diminuir a êxodo rural e a migração interna do país (BUCHWEITZ, 2003, p. 180).

Ao completar no ano passado, 40 anos de atuação, o CAPA celebrou uma nova realidade, consequência do trabalho dessa instituição, observando o resultado do trabalho desenvolvido, como: cooperativas, associações, agroindústrias familiares, feiras ecológicas e farmácias comunitárias. Sempre considerando a agroecologia como a base do trabalho com os agricultores familiares (O Recado da Terra, 2018).

A instituição realiza no início de cada ano realizada uma reunião com os agricultores integrantes do grupo pesquisado, onde é programado todo o ano. Durante o ano ocorrem reuniões trimestrais com o grupo e nesse intervalo entre as reuniões o técnico agrícola visita as propriedades ou também quando é solicitado algum tipo de atendimento pelo agricultor.

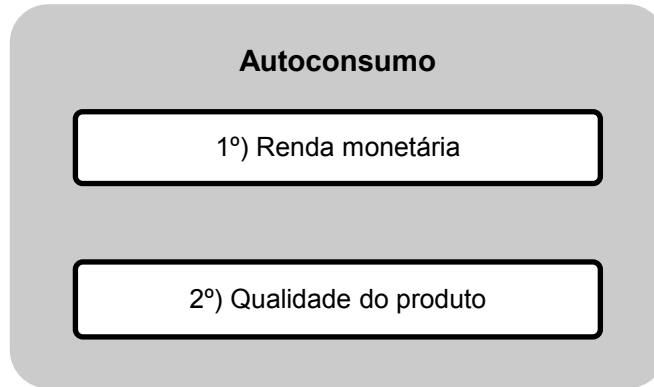
Contudo, a ARPASUL e o CAPA são os principais parceiros do grupo e estão ligados ao mesmo muito antes da fundação do grupo, como o caso do CAPA. Com menor presença, outras instituições são parceiras do grupo, como: EMBRAPA, Cooperativa Sul Ecológica, UNAIC, Emater, Universidade Federal de Pelotas e as prefeituras municipais de Canguçu e Pelotas.

3.3 Estratégias predominantes desenvolvidas pelo Grupo Agroecológico do Remanso

Com relação à produção para o autoconsumo, todos os produtos que são produzidos na propriedade e comercializados na feira, também são consumidos pelas famílias do grupo. Porém, nem tudo o que é consumido é produzido na unidade familiar, às famílias ainda compram essencialmente os seguintes produtos: arroz, açúcar, sal, café, farinha, massa e erva. Existem algumas famílias que comprar o feijão, porque o mesmo não se adapta as condições climáticas e uma propriedade por ser pequena, acaba não conseguindo criar animais que supra o consumo da família, com isso, compram a carne quando necessário.

Sobre a importância da produção para o autoconsumo para as famílias estudadas, percebe-se na Figura 14, baseado no uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade) que a importância mais citada desse tipo de produção está ligada a questão da economia monetária, seguida da qualidade do produto.

Figura 14 - Importância da produção para o autoconsumo para as famílias estudadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A produção para o autoconsumo possui importância no que diz respeito a questão da economia monetária, pois ao produzirem os produtos do consumo familiar, as famílias não precisam gastar com a compra dos mesmos, como relata um dos entrevistados: *A importância é que é uma ajuda muito grande, é um gasto a menos que a gente tem.* Como foi abordado no capítulo anterior segundo Grisa; Gazolla e Schneider (2010), o autoconsumo constitui-se como uma renda não monetária, propiciando a economia de recursos na compra de alimentos nos mercados e conseqüentemente as famílias rurais fazem uso desse recurso economizado em outras necessidades para a sua reprodução social.

A produção do próprio alimento gera a autonomia produtiva e reprodutiva da unidade familiar e uma certa autonomia frente ao mercado, devido a baixa dependência da aquisição de produtos alimentícios fora da propriedade (GAZOLLA, 2004).

Em segundo grau de prioridade, os agricultores consideram que a importância do autoconsumo está ligada a qualidade do produto, pelo fato de estarem consumindo seus próprios produtos, alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, colhidos e preparados fresquinhos, com gosto diferente dos que são vendidos no supermercado, produtos que os agricultores conhecem sua origem e que diretamente influenciam na qualidade de vida dessas famílias e na própria saúde. Para Gazolla e Schneider (2007) é através da produção para o autoconsumo que

os agricultores garantem sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)²³. Ainda no que se refere à produção do próprio consumo:

[...] na agricultura familiar torna-se essencial visto estar intimamente ligada à continuidade da reprodução social e alimentar dos membros do grupo doméstico. A produção para autoconsumo é importante para as unidades familiares à medida que propicia as principais dimensões da segurança alimentar. Nesse caso, a sua relevância reside justamente no fato de ser uma produção obtida pelo próprio agricultor e sua família são partes integrantes da dinâmica maior de reprodução social e alimentar das mesmas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 17).

Cabe ressaltar, a consciência dos agricultores pesquisados não apenas do risco à saúde que o alimento com o uso de agrotóxicos ocasiona, mas também dos produtos industrializados, como refrigerante e margarina. Pois, os agricultores consomem produtos com menos aditivo químico, dando preferência aos produtos mais naturais, produzidos na própria propriedade, como a manteiga e sucos naturais.

Sobre a categoria agroecologia, os agricultores entrevistados antes de aderirem essa forma de produção, cultivavam no sistema convencional de forma geral, principalmente milho, soja, feijão, cebola, trigo, batata-inglesa e fumo. Alguns dos agricultores mais antigos relataram que trabalhavam de forma agroecológica com seus pais, mas com a revolução verde algumas propriedades aderiram os pacotes tecnológicos. Isso é notório do relato do entrevistado:

Antigamente nós plantávamos ecológico, isso foi uma coisa inventada para atirar o veneno para cima das pessoas, antigamente se plantava sem veneno. Nós aqui na propriedade, usamos uma vez herbicida para matar a sujeira, no fumo, mas se não nós sempre limpamos com a enxada.

Machado e Filho (2014) destacam que a agroecologia como forma de agricultura, resgata as concepções agrônômicas de produção pré-revolução verde, mas agregam determinadas tecnologias geradas pela ciência dos últimos 50 anos. Ainda de acordo com os autores, a agroecologia é compreendida:

[...] como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos

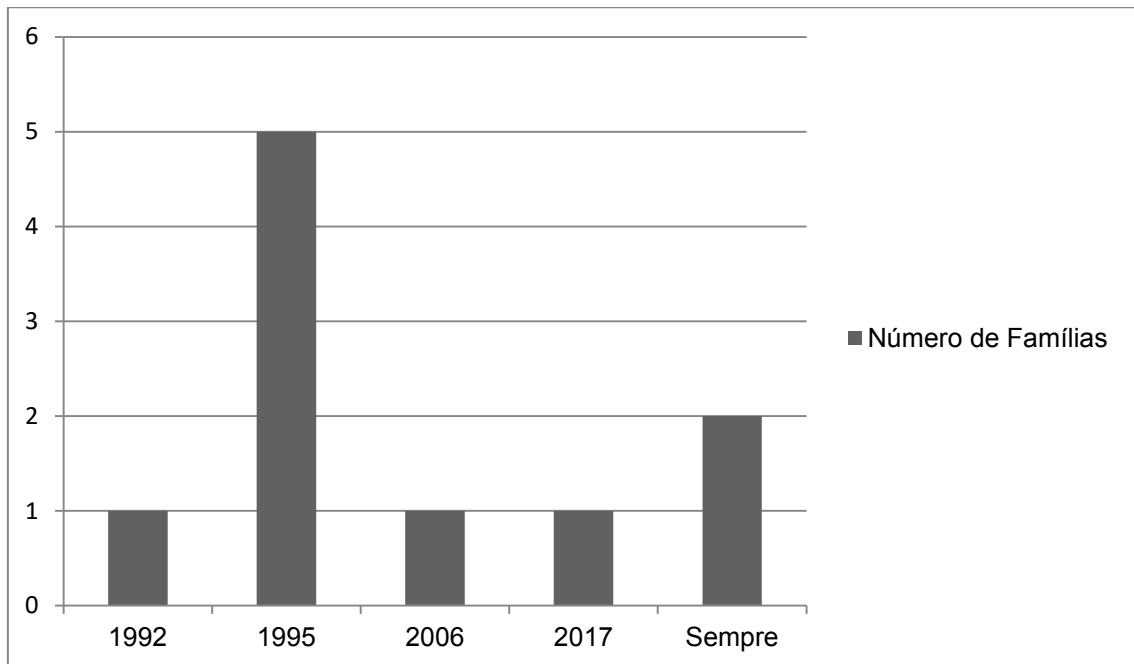
²³ Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende o “direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem veneno, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (MACHADO; FILHO, 2014, p. 36).

Referente ao ano que os agricultores começaram a trabalhar de forma agroecológica (Figura 15), uma (01) agricultora desenvolve a produção agroecológica desde 1992, a mesma começou esse tipo de produção na sua antiga propriedade localizada no município de Pelotas, onde a venda era feita no começo para a Cooperativa Sul Ecológica. Cinco (05) agricultores desde 1995, ano este, da fundação do Grupo Agroecológico do Remanso, da ARPASUL e da primeira Feira Agroecológica da ARPASUL localizada na Avenida Dom Joaquim – Pelotas. Vale ressaltar, que o CAPA já havia realizando a alguns anos antes um trabalho junto com esses agricultores, onde os mesmos participaram de reuniões, conhecerem outras realidades, passaram pela transição agroecológica. No ano de 1995 fundou-se o Grupo Agroecológico do Remanso, a partir do trabalho do CAPA os agricultores que buscavam uma outra perspectiva de trabalho resolveram se organizar dessa forma. Um dos agricultores desde 2006 produz de forma agroecológica e outra agricultora desde 2017. Ainda é perceptível na Figura 15, a existência de dois (02) agricultores que sempre trabalharam de forma agroecológica, esses são filhos de um dos membros fundadores do Grupo Agroecológico do Remanso, sendo que a filha está ligada como família associada desde 1995 e o filho desde 2016. Quanto a decisão de trabalhar de forma agroecológica e a fundação do Grupo Agroecológico do Remanso, uma das agricultoras entrevistadas frisa:

Naquela época era uma nova opção, pois as famílias estavam todas no cultivo de grãos e fumo, então se buscou outras alternativas, porque o pessoal estava descapitalizado, precisando inventar alguma coisa e a agroecologia naquela época era um nicho de mercado que aqui na região não tinha. Mas assim, muita gente entrou e não conseguiu seguir, a maioria. Foi difícil no começo, foi bem penoso, porque a gente não está perto do cinturão verde da cidade, estamos longe. Então, assim pra produzir e levar nessa distância foi muito difícil e de aprender como gerar lucro.

Figura 15 - Ano que os agricultores começaram a trabalhar de forma agroecológica

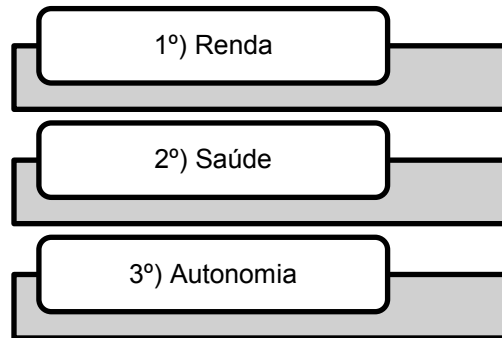


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Quanto aos produtos cultivados de maneira agroecológica, uma das propriedades familiares pesquisadas ainda possui o cultivo do milho no convencional, mas sem o uso de sementes transgênicas e nem agrotóxicos, apenas é usado ureia. Esse cultivo está em área separada da produção agroecológica da propriedade, porém é usado na alimentação dos animais da unidade familiar e o excedente é comercializado. As demais propriedades cultivam todos os produtos no sistema agroecológico.

Os entrevistados ao serem questionados do porque optaram em produzir de forma agroecológica, elencaram conforme Figura 16, elaborado através do índice de codificação ordem (critério de prioridade), em primeiro lugar por causa da renda, em segundo devido à saúde e em terceiro a autonomia.

Figura 16 - Causas que levaram os agricultores a produzirem de forma agroecológica



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A renda é a causa mais citada pelos agricultores quanto a opção de produzirem de forma agroecológica. Pois, alguns dos produtores não estavam conseguindo sobreviver com a produção convencional, como alternativa de renda surgiu o trabalho com a agroecologia, propiciando renda, condições dignas de sobrevivência e conseqüentemente, a permanência desses agricultores no meio rural.

A segunda causa mais citada está relacionada a questões de saúde, tanto dos agricultores quanto dos consumidores. Algumas famílias antes de adotarem o sistema agroecológico estavam com problemas de saúde, isso, ligado ao uso de agrotóxicos no cultivo principalmente do tabaco, como revela a fala de uma das entrevistadas:

Na verdade nunca gostei de plantar fumo, porque passava mal apanhando fumo, a gente plantava porque era uma opção que a gente tinha de vida. Mas sempre digo, quando a gente planta, a gente acha que só aquilo que dá dinheiro, se não plantar fumo não vai sobreviver, mas às vezes tem outras fontes de gerar, que nem produzir verdura, parece tão pouco, mas aquilo te satisfaz e te deixa feliz.

A terceira causa mais citada compreende a autonomia, isso é justificado na fala, por exemplo, de um dos entrevistados:

Na época não se tinha muita alternativa, era uma encruzilhada, não sabia o que se fazia, ou começava com a produção de fumo ou com esse tipo de produção. Optei para não ficar na mão de ninguém e hoje a gente é dono do que planta, a gente coloca o preço na produção da gente.

A agroecologia promove relativa autonomia dos agricultores frente à modernização agrícola, como o caso citado pelo entrevistado referente a integração aos Complexos Agroindustriais (CAIs) de fumo. Segundo Müller (1989) o CAI é produto da modernização considerando a agricultura e a terra como mercadoria, na

qual a atividade agrícola fica subordinada a indústria de máquinas/insumos e a agroindústria processadora e beneficiadora da produção agrícola.

Para Saquet (2008) a agroecologia corresponde uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, capaz de promover a inclusão social, promovendo melhores condições econômicas aos agricultores, associada à segurança alimentar dos próprios agricultores e da sociedade.

Na visão dos agricultores o termo agroecologia está relacionado a fatores econômicos, ambientais, culturais e sociais, conforme o Quadro 3. A visão dos mesmos vem ao encontro da definição de Saquet (2008). Além desses fatores, os produtores expõem ainda o fator cultural, ou seja, os agricultores consideram que a agroecologia é um modo de vida. Guzmán (2001) afirma que a agroecologia ao contrário da ciência convencional, respeita a diversidade ecológica e social, bem como a cultural.

Já na fala dos mediadores é possível identificar que o termo agroecologia tem ligação apenas com o fator ambiental, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - O que é a agroecologia para os agricultores e mediadores entrevistados

Fatores	O que é a agroecologia para os agricultores?
Econômico	- <i>Para nós é o nosso sustento, vivemos disso e para isso também.</i>
Ambiental	- <i>É um conjunto de compromissos com a natureza, de responsabilidades, de ações, é o natural;</i> - <i>É o cuidado com a natureza, não estar desmatando, cuidando das nascentes, do meio ambiente;</i> - <i>É produzir o alimento limpo. É a conformidade com a natureza, tendo a interação entre passarinho, pessoa e verdura. Os passarinhos estão junto com nós quando estamos trabalhando;</i> - <i>É uma coisa muito boa, uma coisa saudável, sem o veneno;</i> - <i>É viver bem, é cuidar não só de um cantinho sem colocar veneno, é muito mais que isso, não tem que cuidar só disso daqui, tem que cuidar ali, tem que cuidar das pessoas, das matas, da água;</i> - <i>A agroecologia a gente tenta trabalhar o todo, não é só um produto, é aquela área, água, animais, um conjunto de coisas;</i> - <i>Agroecologia é a preservação da natureza. Trabalhar em conjunto com a natureza.</i>
Cultural	- <i>É um modo de vida para nós, é a nossa vida, o nosso dia a dia, não tem nada de novo.</i>
Social	- <i>Agroecologia acho que é tu viver uma vida saudável, tu viver sem agrotóxico, porque tu estás cuidando da tua saúde ao mesmo tempo;</i> - <i>É a questão da qualidade de vida, que tu sabe o que tu consome, tu vende um produto de qualidade e às vezes não tanto a aparência.</i>
Fatores	O que é a agroecologia para os mediadores?
Ambiental	- <i>A agroecologia é muito ampla porque abrange todo o convívio entre pessoas, todo o melhoramento da propriedade em si, a</i>

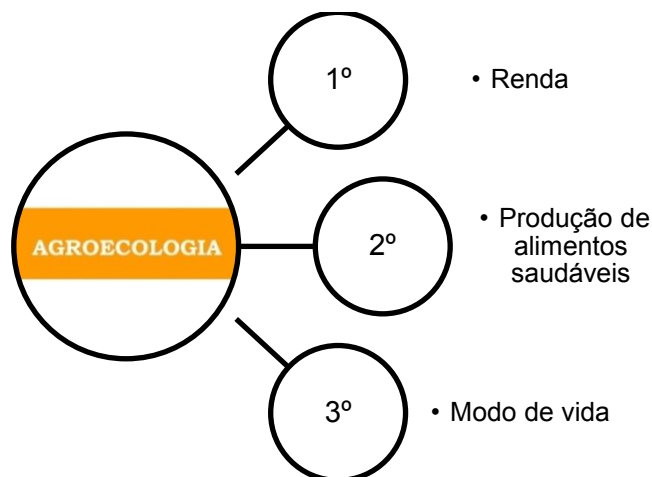
	<p><i>questão do equilíbrio do solo, água, natureza. Tu não exiges da natureza, tu és parceiro dela. Então é uma troca muito interessante, está tudo interligado.</i></p> <p><i>- A agroecologia é ter uma propriedade autossustentável, que não se venha nada de fora, nem insumos, nada. É uma propriedade que vai ter condições de manter tudo o que produz com os recursos da propriedade mesmo. É um espaço e um símbolo de resistência.</i></p>
--	---

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Há uma diversidade quanto a definição do termo agroecologia, tanto por parte dos agricultores quanto dos mediadores. Os agricultores, guardando suas especificidades consideram como fatores relevantes, os econômicos, ambientais, culturais e sociais e para os mediadores, a agroecologia está mais relacionada a questão ambiental.

A Figura 17 representa, com base no primeiro momento da aplicação do índice de codificação ordem (critério prioridade), os fatores mais citados quanto à importância da agroecologia foram: 1º) Renda; 2º) Produção de alimentos saudáveis; 3º) Modo de vida. Tanto a importância quanto o grau de prioridade foram identificados entre os agricultores e mediadores, com isso, posteriormente foi usado o índice de coocorrência (critério equivalência).

Figura 17 - Importância da agroecologia para os agricultores e mediadores



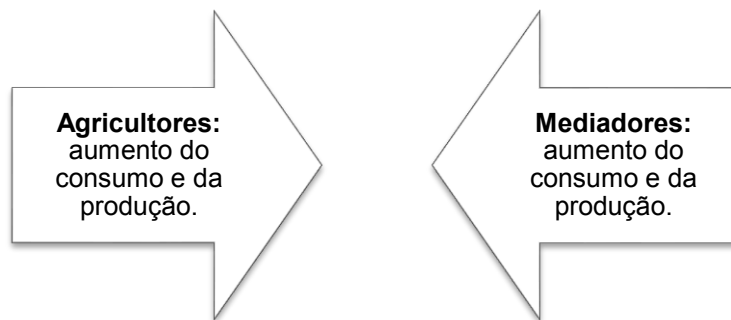
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A figura acima expressa que tanto para os agricultores quanto para os mediadores a importância da agroecologia está ligada em primeiro lugar a questão da renda, pois esse tipo de produção proporciona renda monetária e

consequentemente a sobrevivência das famílias, não apenas com o consumo dos próprios alimentos produzidos, mas com a venda dos mesmos. Em segundo lugar, a questão da produção de alimentos saudáveis, isso relacionado a produção limpa, sem o uso de insumos químicos e um produto consumido não apenas pelas famílias produtoras, mas disponibilizado através da comercialização para a população consumidora. E em terceiro lugar, a agroecologia é importante por se tratar de um modo de vida, ou seja, a agroecologia faz parte da vida das famílias.

A Figura 18, elaborada através do uso do índice de coocorrência (critério equivalência), demonstra que as perspectivas da produção agroecológica tanto para os agricultores quanto para os mediadores é de aumento do consumo e da produção.

Figura 18 - Perspectivas da produção agroecológica na visão dos agricultores e mediadores

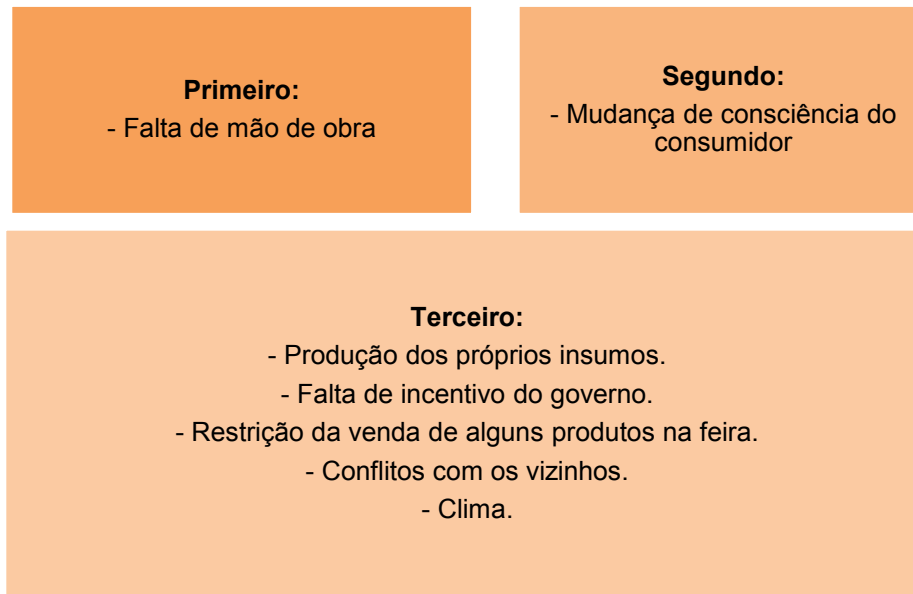


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Cada vez mais a população está preocupada com a saúde, procurando alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos e isso acaba gerando uma crescente demanda por esses alimentos e consequentemente, o aumento da produção agroecológica.

A Figura 19, elaborado através do uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), identifica que o limitante da produção agroecológica mais citado pelos agricultores compreende a falta de mão de obra, seguida da mudança de consciência do consumidor e por fim, produção dos próprios insumos, falta de incentivo governamental, restrição da venda de alguns produtos na feira, conflitos com os vizinhos e o clima.

Figura 19 - Limites da produção agroecológica na visão dos agricultores



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A agricultura agroecológica demanda mais mão de obra se comparado a agricultura patronal e segundo Pasqualotto; Godoy; Verona (2013), a unidade familiar agroecológica, por possuir uma diversificação produtiva, ocasiona as famílias constante atividade, aumentando assim, a demanda por mão de obra.

O grupo em estudo é constituído por 32 pessoas e considerando que são 10 famílias, a média de número de pessoas por família é de pouco mais de 03 pessoas. Em algumas famílias existe força de trabalho inativa, ou seja, as crianças e a existência de adolescentes que ajudam esporadicamente nas atividades da propriedade familiar, pois estão estudando no meio urbano. Com isso, grande parte das unidades apresenta mão de obra escassa. Pasqualotto; Godoy; Verona (2013, p. 72) expõe que:

Dentre os indicadores que avaliam a sustentabilidade de um agroecossistema, verifica-se que as questões ligadas à mão de obra e a respectiva sucessão nas unidades de produção, encontram-se entre os principais impasses enfrentados pela agricultura familiar na atualidade. Essas questões justificam-se pelo crescente número de jovens que migram do campo para os centros urbanos.

Essa escassez de mão de obra acaba influenciando diretamente na diminuição da produção, como relata uma das entrevistadas: *Não conseguimos produzir o tanto que poderíamos vender, pois as famílias tem pouca mão de obra.*

Poderíamos produzir mais porque tem oferta de mercado e não temos condições de assumir.

Quanto à mudança de consciência do consumidor, alguns agricultores frisaram que não é apenas o alimento barato que a população deveria consumir, mas um alimento saudável, sem o uso de agrotóxicos e a diferença de valores dos alimentos produzidos de forma convencional e agroecológica não é tão grande, justifica um dos entrevistados. Saquet (2008) aborda que a população brasileira adquire:

[...] gêneros alimentícios dos mais variados tipos, não levando em conta a segurança alimentar. Com relação a este aspecto, é importante considerar o baixo poder de compra do brasileiro, levando-o a adquirir os produtos de menor preço. É sabido que os produtos orgânicos possuem custos mais elevados em função do volume de produção e produtividade mais baixos se comparados aos convencionais, porém, deveríamos levar em conta, primeiramente a qualidade do produto expresso pelo valor nutricional e segurança alimentar aos adquirirem os gêneros alimentícios (SAQUET, 2008, p. 148-149).

A produção dos próprios insumos compreende um limitante da produção agroecológica, o mesmo não foi muito citado, mas ao serem questionados sobre quais insumos agrícolas usados são produzidos na propriedade e quais não são, notou-se que todas as propriedades usam alguns tipos de insumo produzido fora (externo) da propriedade. Os insumos produzidos dentro (interno) da propriedade não são suficientes. Portanto, as unidades familiares não são autossuficientes na produção de insumos agrícolas. Os insumos internos e externos podem ser observados no Quadro 4.

Quadro 4 - Insumos internos e externos

Insumos Internos	Insumos Externos
- Esterco bovino	- Calcário
- Esterco de vaca	- Pó de rocha
- Esterco de aves	- Esterco de aves
- Esterco suíno	- Calda bordalesa
- Inseticidas naturais	- Adubo orgânico
-	- Casca de arroz

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Outro limitante se refere à falta de incentivo governamental, como políticas específicas para a agroecologia. Esse limitante será abordado na seção acesso as políticas públicas.

Sobre a restrição da venda de alguns produtos na feira, os agricultores estão se referindo principalmente a venda dos derivados da pecuária, como: ovos, leite, queijo, manteiga e banha. A venda desses produtos é restrita, pois segundo o entrevistado é necessário que os agricultores detenham um determinado selo para a venda dos mesmos e para consegui-lo a burocracia é enorme. A produção dos derivados de animais existe nas propriedades, mas em muitos casos é usada apenas para o próprio consumo das famílias, já que esses produtos estão restritos a comercialização nas feiras.

Na localidade do Remanso predomina-se o cultivo do fumo e da soja, por se tratarem de pequenas propriedades e muito próximas, uma das agricultoras entrevistadas enfrenta conflitos com os vizinhos, pois os mesmos plantam fumo e fazem uso de agrotóxicos nesse cultivo, conforme relato da agricultora:

[...] a gente tem um problema sério, quase que na divisa os vizinhos colocam veneno e não dá para a gente impedir isso infelizmente, é nós que temos que cuidar, é nós que temos que plantar mato, a gente que faz o certo, mas os outros que usam veneno, podem colocar. A gente, ainda graças a Deus, aqui na propriedade, por morar aqui na terra do pai, como o pai também não usa, a gente ainda está bem protegido. Mas a terra que a gente comprou pelo crédito que temos o problema. Nós ainda estamos num lugar bem privilegiado aqui, onde está as minhas hortas e minhas estufas, mas essa terra que a gente comprou pelo crédito, tem esse problema bem sério. A gente está querendo comprar esse pedaço (que usam veneno) e parece que não querem vender para nós.

O clima é considerado outro limite dentro da produção agroecológica, como o excesso de chuva e a estiagem que acaba influenciando diretamente na produção e o agricultor ao plantar nunca tem a certeza se irá colher devido às influências climáticas.

Cabe ressaltar que alguns dos entrevistados responderam que não existe nenhum limite quanto a produção agroecológica, bem como, para um dos mediadores é inexistente limites. Já o outro mediador pesquisado citou no mesmo grau de relevância os seguintes limites: produção do próprio insumo, produção de sementes e acesso as políticas públicas.

A produção do próprio insumo agrícola é um limitante da produção agroecológica não apenas na visão de um dos mediadores, mas também para alguns agricultores como abordado acima.

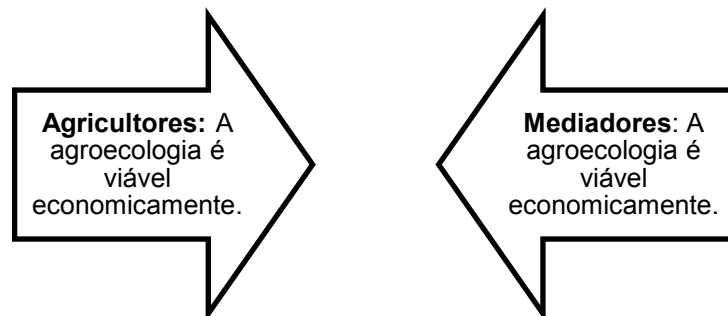
Outro limitante da produção agroecológica para um dos mediadores é a produção de sementes crioulas e de modo geral, foi identificado que as propriedades

possuem variedades de sementes crioulas de milho, feijão, abóbora, espinafre, fava, tomate, cebola, alho, amendoim e temperos. A finalidade da produção de sementes é apenas para o uso na própria propriedade, sendo inexistente a comercialização das mesmas. É notório que todas as unidades familiares não conseguem produzir todas as sementes que são usadas na propriedade, isso, porque a produção de sementes exige técnicas específicas, tempo e mão de obra. Com isso, os agricultores compram parte das sementes da BioNatur²⁴, da Cooperativa União e nas agropecuárias.

O acesso às políticas públicas, como por exemplo, o PRONAF Agroecologia, na prática não está sendo aplicado, pois a questão referente à efetivação dessa política será abordada durante o desenvolvimento do tema sobre as políticas públicas mais adiante da pesquisa.

A Figura 20 - elaborado através do uso do índice de coocorrência (critério equivalência), revela que tanto para os agricultores quanto os mediadores que a agroecologia é viável economicamente.

Figura 20 - A agroecologia é viável economicamente na visão dos agricultores e mediadores



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A agroecologia por mais que seja um modo de vida, para que as famílias sobrevivam é necessário que ela proporcione renda e conseqüentemente condições dignas de sobrevivência, isso é comprovado na fala de umas das entrevistadas:

É, mas assim, quando a gente esta num sistema convencional, tu leva bastante tempo para apreender a trabalhar com isso (agroecologia). Mas ela é sim. Até porque se ela não for viável, não tem condições de sobreviver, tu não vai viver só da beleza, que é bonito, que é porque é

²⁴ A Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur é uma cooperativa de agricultores e agricultoras assentados pela Reforma Agrária, produtores de sementes de diversas espécies de hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, em sistemas de produção de base agroecológica (Fonte: www.bionaturesementes.bio.br).

moda, para nós é um modo de vida, mas tem que dar um retorno, porque a gente tem as necessidades diárias, a gente vive disso, a gente precisa se alimentar. Muitas pessoas vê isso aqui como uma modinha, se olhar no Facebook, coisa assim, ah modinha do sem veneno, que é uma modinha, mas realmente não, a gente vive disso, a gente tem retorno.

No período de transição agroecológica²⁵ esse tipo de produção não dá muito retorno financeiro, mas a partir do término da transição ela passa a ser viável economicamente. Às vezes esse tipo de cultivo parece não ser viável economicamente porque na agroecologia diferentemente da produção de soja, fumo, milho, entre outros, a produção e o valor obtido com a venda dos produtos não é quantificada. A produção e comercialização dos produtos agroecológicos é mais dinâmico e de forma contínua, ou seja, toda a semana ocorre à colheita e venda na feira e os agricultores ainda não conseguiram quantificar sua produção para demonstrar quantitativamente a importância desse tipo de cultivo.

No que se refere ao uso de instrumentos manuais, a enxada é o instrumento manual de trabalho mais usado nas propriedades e onde não conseguem usar esse instrumento, usam a própria mão para arrancarem a grama dos canteiros, por exemplo. Quanto as principais máquinas e implementos agrícolas usados nas propriedades, destacam-se os seguintes: trator, reboque, roçadeira, rotativa, arado, grade, disco, subsolador, entre outros. Vale ressaltar, que duas (02) propriedades não possuem nenhum tipo de maquinário ou implemento citado acima, executando o trabalho de forma braçal, em um dos casos é usado quando necessário algum serviço, como relata a entrevistada: *Nós não temos, o meu irmão quem vem com o trator e faz algum serviço, mas o trator é dele, mas isso uma vez no ano. Ele veio esse ano, mas fazia uns 10 anos que a terra não era mexida, porque a gente não mexe quase na terra.* A agroecologia de acordo com Machado e Filho (2014, p. 41): “[...] utiliza todos os benefícios da ciência, da mecanização e do progresso tecnológico, mas sempre para ampliar a eficiência do trabalho e reduzir o esforço do trabalho humano e não para aumentar o lucro dos fabricantes”.

²⁵ “[...] processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.12).

O uso da força de trabalho animal existe em sete (07) propriedades entrevistadas, sendo que destas, cinco (05) possuem cavalo, uma (01) junta de bois e uma (01) cavalo e junta de bois, usados para passar capinadeira, arar a terra e carregar o esterco. Segundo Tosetto; Cardoso; Furtado (2013), a importância dos animais é fundamental no sistema agroecológico, pois uma das funções dos animais refere-se a realização do trabalho rotineiro da propriedade, complementando assim, a força de trabalho.

Referente à contratação de trabalhador, do total de entrevistados, apenas três (03) contratam raramente trabalhador temporário para os seguintes serviços: fazer cerca, capinar cebola e feijão e colher ervilha. A forma de pagamento é feita em dinheiro e os demais entrevistados (07), usam apenas a mão de obra familiar da propriedade.

A ajuda mútua, como troca de serviço e de sementes se faz presente entre a metade do total de entrevistados. A troca de serviço, como a ajuda na produção, construção de estufa ocorre entre parentes e membros do grupo e a troca de sementes entre conhecidos, amigos, na Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares e a compra de sementes em conjunto com integrantes da feira da ARPASUL. Mas os entrevistados frisaram que a ajuda mútua não é muito comum, raramente acontece. Sabourin (2011, p. 115) refere-se que a ajuda mútua:

[...] coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos. Assim, ela se difere da troca (troca simples ou troca mercantil mediante trabalho assalariado) na medida em que não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida, que liberaria o beneficiário da sua dívida. Certamente, existe uma expectativa de retorno da ajuda, ainda mais que a pressão social, os valores de honra e de prestígio concorrem para isto; porém sem que haja nada de contratual, nem obrigatório. Além do mais, o retorno da ajuda pode ser deferido, assumido por outro membro da família ou ainda corresponde a uma prestação de natureza diferente, como uma dádiva de sementes, um gesto de amizade.

Todos os integrantes do grupo recebem assistência técnica do CAPA, ela é considerada suficiente para os agricultores que estão a mais tempo produzindo de forma agroecológica, já para os integrantes mais novos percebe-se que a presença da assistência técnica deveria ser maior na propriedade. A autonomia quanto à assistência técnica dos agricultores mais antigos do Grupo Agroecológico do Remanso é percebido na fala de uma das agricultoras entrevistadas:

Essa questão da agroecologia não tem uma receita pronta, então cada um é um pouco técnico, o que eu faço aqui pode dar certo, fulano pode fazer de outra forma e também dar certo. O técnico vem aqui quando a gente tem

uma doença, se conversa sobre isso, mas assim, que ele interfere muito, isso não ocorre. Tem coisas que debatemos em reuniões, eu participo pouco, mas na reunião trimestral a gente tem algumas coisas que se conversa e na hora que vem o caminhão entregar os produtos, se esta tendo esse problema ou o que tu faz, isso também. Mas dizer que o técnico interfere muito, no começo até que interferiram muito. Sempre foi o trabalho do CAPA, do agricultor andar com as próprias pernas.

Um dos agricultores recebe assistência técnica da indústria fumageira JTI e esporadicamente alguns dos agricultores do grupo recebem algum tipo de assistência técnica da EMBRAPA, mas um dos agricultores mais antigos relatou que é necessária a presença, por exemplo, de biólogos da EMBRAPA ou da universidade para o estudo de algumas pragas e doenças que aparecem.

A agroecologia é um sistema produtivo que apresenta certa flexibilidade na sua condução, com isso, a lógica convencional da assistência técnica não é tão aplicada nesse tipo de produção, devido a inexistência de um receituário padrão, o que existe é uma determinada orientação de forma geral e relativamente adaptada de forma diferente em cada unidade familiar. Essa questão é complementada segundo Primavesi (2016, p. 21-22): “Na agricultura convencional tudo é feito com receitas. [...] em base ecológica, somente pode funcionar por conceitos, simplesmente porque cada lugar geográfico tem seu ecossistema todo particular”.

Referente às práticas de conservação de solo (Figura 21), os agricultores fazem uso da adubação verde, plantio em curva de nível, rotação de cultura, consórcio de culturas, repouso, uso do calcário, do pó de rocha, do esterco e da casca de arroz.

Primavesi (2016, p. 19) aborda que toda a vida no planeta terra depende do solo. A agricultura orgânica deve produzir alimentos de valor biológico alto e “isso somente ocorre em solos sadios e com plantas sadias. Planta saudável nunca é atacada por pragas e doenças numa intensidade que traga dano econômico”.

Figura 21 - Algumas das práticas de conservação de solo usadas pelos agricultores estudados



A) Adubação verde; B) Plantio em curva de nível.
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Do total de propriedades estudadas, uma (01) ainda não possui o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e as demais são certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia²⁶. As propriedades possuem a chamada Certificação Participativa, ela:

[...] é composta por uma série de instrumentos capazes de propiciar, simultaneamente, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento do processo produtivo. Como foi visto, ela está estruturada a partir de organizações de base; aproxima, pela venda direta e por visitas a unidades produtivas, agricultores membros de um grupo ou associação com os consumidores; e realiza o acompanhamento técnico e o controle externo.

²⁶ Essa instituição é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa. Esse tipo de certificação está regulamentada na Lei 10831/03 e a rede participou ativamente para que isso acontecesse. Este reconhecimento na lei vem propiciando a certificação dos produtos orgânicos para milhares de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais. A certificação participativa ocorre com a integração entre agricultores, técnicos e consumidores com o intuito de assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. A rede possui núcleos nos estados do RS, SC e PR. O processo de certificação ocorre a partir da demanda de um grupo de agricultores interessados a usar o selo Ecovida (Fonte: www.ecovida.org.br).

Este último é realizado periodicamente pelos outros membros do grupo e por um conselho de ética formado por pessoas não ligadas ao empreendimento, nem à organização a ser certificada (SANTOS, 2006, p. 126).

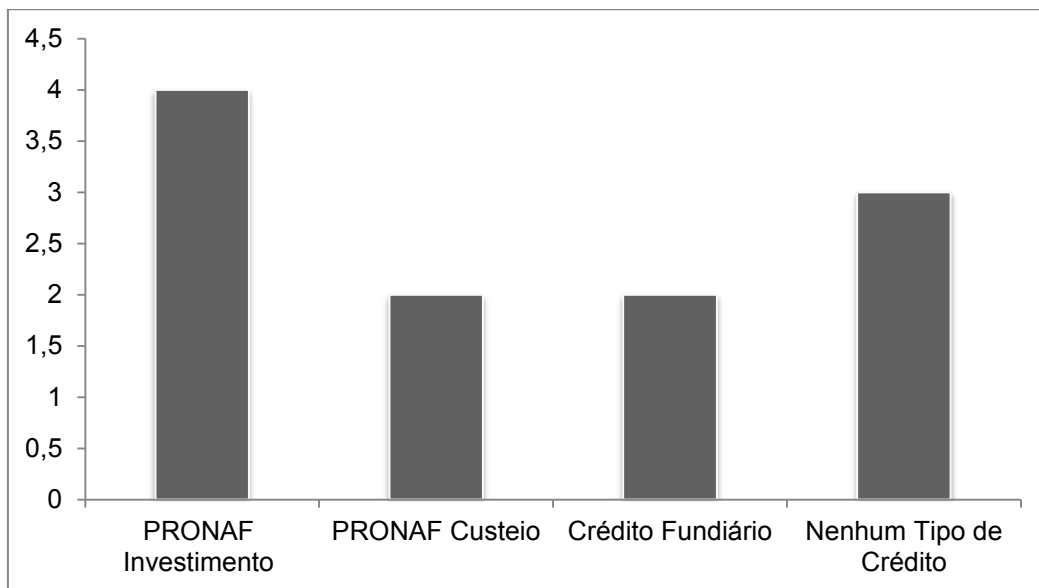
Uma agricultora relatou que pelo fato de fazerem a comercialização da produção de forma direta com o consumidor, o certificado nacional de produtor orgânico já é suficiente, ficando a critério de cada agricultor de usar o selo Ecovida.

Sobre o acesso às políticas públicas, conforme Figura 22, quatro (04) acessam o PRONAF investimento, para a compra de máquinas e implementos agrícolas, dois (02) acessam a linha do PRONAF custeio para investir na lavoura. Dois (02) acessam o crédito fundiário para a aquisição da propriedade da terra e três (03) não acessam nenhum tipo de crédito rural.

Nenhum acessa o PRONAF Agroecologia e isso ocorre conforme abordou um dos mediadores do grupo, porquanto essa linha do PRONAF não é aplicada, pois os bancos tem um modelo para a realização do PRONAF através de uma tabela padrão, então o agricultor ao tentar acessar a linha da agroecologia e querer, por exemplo, financiar uma carga de esterco, mas para isso é necessário a cotação de preço dessa carga e o banco não possui essas informações. A agroecologia compreende uma alternativa para muitos agricultores familiares, mas o governo nunca considerou a mesma através da criação de uma política específica. Caporal; Petersen (2012, p. 63), abordam que as políticas públicas no Brasil:

[...] não revelam uma intencionalidade no sentido da busca de mais sustentabilidade, senão que as inovações de caráter socioambiental somente aparecem de forma pontual em algumas das iniciativas dos governos. Essas, não obstante, são importantes na medida em que sinalizam para a possibilidade de estabelecimento de um projeto nacional capaz de contribuir decisivamente para a transição agroecológica, entendida como condição fundamental para reorientar o modelo de desenvolvimento rural e agrícola na busca de mais sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Figura 22 - Tipo de crédito acessado pelos agricultores do grupo do Remanso



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Quanto ao acesso ao PAA e PNAE apenas dois (02) agricultores no momento da entrevista acessavam esses tipos de programa via Cooperativa Sul Ecológica, onde uma (01) agricultora fornece a cebola e o outro agricultor entrega cenoura e beterraba, mas nos dois casos a quantidade comercializada para esses programas é em pequena quantidade e participam das chamadas públicas de forma irregular. Uma (01) das entrevistadas informou que já acessou esses programas, mas no momento não estava acessando porque não possui produção suficiente, conforme relato:

Atualmente não, mas a gente já vendeu, agora não vendemos porque não temos o suficiente para vender para a Cooperativa Sul Ecológica. Antes comercializávamos os produtos de época, como cebola. Eles (Cooperativa Sul Ecológica) fazem um planejamento/estimativa do que tu tem ao longo do ano e eles buscam mercado e agente se prepara para produzir e vender, porém, assim, nós como somos longe para levar verde, que no geral é o que mais estão usando, por exemplo, para as merendas, eles tem outros mercados, mas assim, o pessoal mais de perto, nós como somos mais longe é a cebola, batata doce. O problema é que assim, tudo o que a gente produz são comercializados nas feiras.

Os outros sete (07) entrevistados não acessam essas políticas públicas devido ao mesmo fator apresentado pelo trecho da entrevista acima, ou seja, a produção é praticamente toda comercializada de forma direta e o aumento da produção não é possível devido a falta de mão de obra disponível nas unidades familiares.

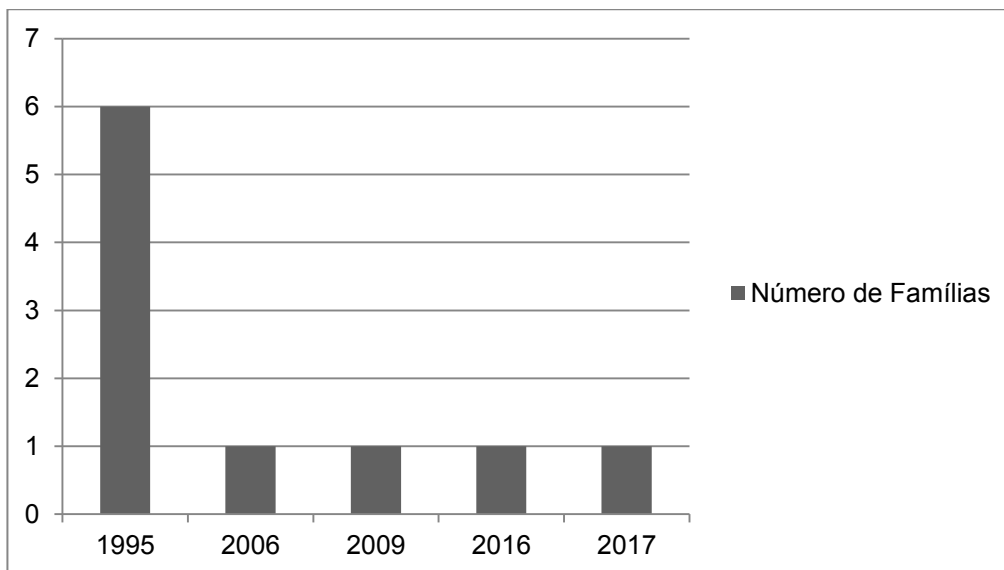
Também se observou que dos trinta e dois (32) membros do grupo, oito (08) são beneficiários da previdência social, sendo sete (07) aposentados por idade e um (01) pensionista.

Para Plein e Schneider (2004), a previdência social rural é uma importante estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar e não é possível, atualmente, compreender essa categoria exclusivamente do ponto de vista da produção agropecuária, porque é imprescindível entender a relação entre a previdência rural e agricultura familiar.

A previdência social rural é a principal política pública existente no meio rural brasileiro e considerada em muitos casos como a principal renda, mas na realidade pesquisada não é considerada como principal forma de renda, mas como uma renda complementar, usada para as necessidades pessoais da família, bem como, no financiamento na produção da unidade familiar.

O associativismo rural é o tipo de organização adotado pelo Grupo Agroecológico do Remanso e através dessa organização os agricultores defendem seus interesses em comum, ou seja, o trabalho com a agroecologia. Percebe-se na Figura 23, o histórico da formação do grupo de acordo com a inserção das famílias ao longo do tempo.

Figura 23 - Ano da associação das famílias no Grupo Agroecológico do Remanso

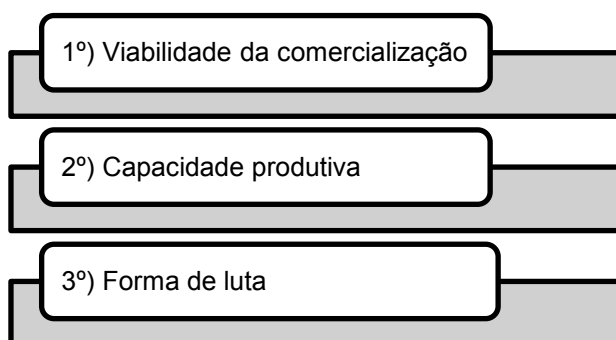


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A figura acima representa as famílias que participam efetivamente da associação, onde é perceptível que seis (06) famílias fundadoras continuam associadas ao grupo e outras famílias foram se incorporando ao longo do tempo, chegando atualmente a um total de 10 famílias que compõe o grupo do Remanso.

A Figura 24, elaborada através do uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), apresenta a importância do associativismo e cooperativismo para as famílias pesquisadas, onde foi mais citado pelos agricultores em primeiro lugar a viabilidade da comercialização, em segundo a capacidade produtiva e em terceiro forma de luta.

Figura 24 - Importância do associativismo e cooperativismo para as famílias pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

No que se refere à viabilidade da comercialização, os agricultores estão ligados ao Grupo Agroecológico do Remanso porque através da organização em associação facilita-se o trabalho com a agroecologia e a comercialização dos produtos é viabilizado, pois divide-se inclusive os custos da comercialização, caso contrário, não poderiam comercializar os produtos na feira da ARPASUL, por exemplo, localizada no município de Pelotas. Através da associação os gastos que envolvem transporte e manutenção do caminhão são divididos, permitindo aos produtores fazerem três feiras semanais. Cabe ressaltar, que é descontado de cada associado no final de cada feira, 2,5% em dinheiro do total da venda dos produtos, isso para a manutenção do transporte e para o caixa do grupo. Com isso, quanto mais o agricultor vende, maior é o valor descontado, caso não comercialize nenhum produto, nada é descontado.

O grupo apresenta uma capacidade produtiva muito grande, pois através da união conseguem ter uma gama de produtos, o que não aconteceria caso trabalhassem de forma individual. E o associativismo é uma forma de luta, onde o agricultor luta na busca de seus objetivos juntamente com seus companheiros, gerando mais força e fortalecendo o grupo como um todo.

Para os mediadores foi identificada sobre a importância do associativismo e do cooperativismo rural com o mesmo grau de relevância a viabilidade da comercialização e como forma de luta.

O associativismo rural é a forma de organização mais aderida entre os agricultores pertencentes ao grupo e compreende uma das estratégias adotada pelo grupo estudado. Segundo Tubaldini, Fonseca e Gianasi (2012, p. 8) com base em Ricciardi e Lemos (2000) expõem o associativismo rural:

[...] como instrumento de luta dos pequenos produtores que promove a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Em vista disso, o associativismo possui um caráter social e é balizado em princípios de confiança e a participação dos seus membros, sendo assim, a adesão é livre e as metas envolvem a aglutinação de pessoas que detenham objetivos comuns e/ ou coletivos.

Com a relação existente entre o Grupo Agroecológico do Remanso e a ARPASUL, os sócios do grupo estão automaticamente vinculados a essa instituição. Além disso, alguns dos agricultores conforme Tabela 14, são associados a outras instituições, como: Associação da Santa Clara; Cooperativa Sul Ecológica; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu; Federação dos Trabalhadores na Agricultura

Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS); Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL).

Tabela 14 - Participação dos agricultores em instituições

Instituição	Número de famílias
ARPASUL	10
Associação da Santa Clara	01
Cooperativa Sul Ecológica	07
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu	01
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS)	01
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL)	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Além da participação em instituições que estão ligadas a questão do trabalho, os agricultores e suas respectivas famílias participam de comunidades religiosas, clube de futebol e conselho administrativo de escola, conforme Tabela 15. Essas formas associativas promovem o convívio com a comunidade e são atrativos de lazer.

Tabela 15 - Participação dos agricultores em instituições religiosas, clube de futebol e representante de escola

Instituições	Número de famílias
Comunidade Advento do Remanso	08
Comunidade Martin Lutero	01
Comunidade Vitória (Ponte Cordeiro de Farias)	01
Esporte Clube Remanso	06
Conselho administrativo da EFASUL	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os jovens ligados ao Grupo Agroecológico do Remanso estão envolvidos na produção na unidade familiar, na comercialização dos produtos na feira, participam das reuniões e alguns já possuem espaços de produção na propriedade familiar. Também tem a existência de jovens que são sócios do grupo, porém ainda é inexistente a presença desses frente a algum cargo dentro do grupo, como coordenação, tesouraria ou secretário.

Na fala de um dos mediadores é perceptível a participação dos jovens no grupo e sua continuidade no meio rural. Esse envolvimento com o trabalho na unidade familiar só é possível quando os mesmos possuem espaços de

comercialização, pois esses espaços proporcionam geração de renda e consequentemente a permanência desses jovens no meio rural, como relato a seguir:

O importante da feira e do grupo é a questão dos jovens terem seus espaços de comercialização, porque o jovem só vai ficar na propriedade a partir do momento que ele tiver renda e o grupo consegue fazer isso. Os jovens já pegam uma feira para eles irem fazendo durante a semana, então isso traz renda e faz com que esse jovem fique na propriedade. Mas esse jovem também tem um tempo que ele sai da propriedade e vai buscar conhecimento, tem vários jovens que fizeram faculdade e retornaram para as propriedades.

Conforme relato acima e o outro mediador também elencou que alguns dos jovens que saíram da propriedade em busca de formação educacional de nível superior ou em busca de emprego no meio urbano estão retornando para as unidades familiares, mas existe um equívoco, porque na prática não está acontecendo com o Grupo Agroecológico do Remanso, pois foi constatado que nenhum membro das famílias que estão no meio rural possui ensino superior completo.

As perspectivas de continuidade das famílias no espaço rural são positivas e todas as famílias pretendem permanecer no grupo e manter a produção agroecológica na propriedade, isso é observado no relato de um dos entrevistados: *Pretendo manter a produção agroecológica porque já está tudo começado, bem adiantado. Já tem o grupo, já tem os clientes, pretendo ficar na produção agroecológica e voltar para o químico não tenho ideia nenhuma.*

Quanto à questão da sucessão familiar, todos os entrevistados desejam que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores agroecológicos, mas isso é uma escolha dos filhos e os pais apoiam suas escolhas. A sucessão em poucos casos está definida, mas na grande maioria dos casos ainda está indefinida, visto que, esse assunto é muito complexo e cada família apresenta suas particularidades, como, por exemplo, existem casos de famílias onde os filhos ainda são crianças e a questão da sucessão está muito distante. Também há casos onde os filhos estão estudando e não sabem se irão permanecer na propriedade familiar após a conclusão da formação. E casos com pouca perspectiva de sucessão, já que os filhos formaram família e estão trabalhando principalmente no meio urbano.

Silva (2015) ao desenvolver um estudo sobre o comportamento sucessório na agricultura familiar de Canguçu considerou as características produtivas e

econômicas das propriedades estudadas, o interesse dos jovens pela sucessão na agricultura e a participação de entidades municipais na discussão desse tema. Concluiu-se que as propriedades com maior rentabilidade acumulada, acesso a tecnologias apropriadas e com cultivo do fumo, soja, milho e feijão, criam melhores condições de permanência dos jovens e apresentam alta viabilidade sucessória. As propriedades com produção diversificada apresentam média possibilidade quanto a sucessão e a produção agroecológica e a organização através do associativismo promove a comercialização e a geração de renda, contribuindo para o processo sucessório. A menor possibilidade sucessória foi identificada em propriedades com baixa produção diversificada e baixo rendimento anual da venda da produção agrícola.

Considerações finais

O Grupo Agroecológico do Remanso representa uma forma de resistência frente ao modelo de desenvolvimento dominante do país. Para continuar no meio rural as famílias associadas ao grupo desenvolvem diversas estratégias de reprodução social, como: a produção para o autoconsumo, produção agroecológica, integração ao complexo agroindustrial, pluriatividade, acesso às políticas públicas, previdência social rural e associativismo e cooperativismo rural. Entretanto, de maneira geral a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural são as principais estratégias adotadas pelos agricultores para sua permanência no meio rural e ligação com a agricultura.

A agroecologia é identificada como principal estratégia de reprodução social e econômica do grupo analisado. Através desse sistema de produção gera-se a renda monetária, a produção para o próprio consumo e a organização em associação. Mas a agroecologia, o autoconsumo e o associativismo rural estão inter-relacionados, ou seja, um depende do outro.

A produção para o autoconsumo tem como principal importância a geração de renda não monetária, o que proporciona para as famílias a economia e a aquisição de outros produtos. A produção para o consumo próprio ocasiona o consumo de produtos de qualidade, saudáveis e sem o uso de agrotóxicos, proporcionando a segurança alimentar e nutricional, influenciando diretamente na melhoria da saúde das famílias.

O associativismo rural é uma forma de resistência e luta frente o desenvolvimento do modelo implantado pela Revolução Verde. Através dessa forma de organização os agricultores conseguem comercializar seus produtos através das feiras localizadas na área urbana de Pelotas e Canguçu. A produção vendida é essencialmente de origem primária vegetal, destacando-se as hortaliças e frutas, onde os produtores dão prioridade para os chamados produtos de época.

Essas principais estratégias possibilitam a equidade de gênero, valorização do trabalho familiar, inclusão da juventude rural, geração de renda, dignidade para todas as faixas etárias, entre outros. A Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) são os principais parceiros do grupo e tem um papel fundamental na organização, produção e comercialização agroecológica, pois estão

vinculados ao grupo desde o princípio e desenvolvem um papel indispensável para a existência e fortalecimento do grupo analisado.

Na questão do transporte dos produtos para as feiras, os produtores do Remanso possuem uma forma de organização particular, onde nem sempre todos os produtores se deslocam até os centros urbanos onde se localizam as feiras para a comercialização dos produtos. Os que participam diretamente nas feiras se deslocam com o meio de transporte da associação e além dos seus produtos, levam e comercializam a produção dos que permanecem na propriedade.

Uma grande dificuldade enfrentada entre a população que reside no meio rural da localidade do Remanso é a falta de acessibilidade das estradas, dificultando diretamente a saída dos agricultores do grupo, por exemplo, da propriedade para escoar sua produção e a manutenção do caminhão (meio de transporte usado pela associação) é muito maior, gerando gastos. Essa população se sente desamparada pelo governo municipal e estadual quanto à manutenção das estradas. Além desta carência na infraestrutura os agricultores ainda sofrem com a falta de incentivo governamental, como a criação de políticas específicas direcionadas para a agroecologia, bem como, a dificuldade de acesso as políticas públicas já existentes.

O grupo está organizado e estruturado, mas um grande problema enfrentado é a falta de mão de obra nas unidades familiares, o que dificulta a expansão da produção agroecológica e conseqüentemente uma diminuição de produtos na feira e o não acesso a comercialização junto aos programas institucionais. E para a grande parte dos entrevistados a questão da sucessão familiar ainda está imprecisa, o que modifica e dificulta a longo prazo a continuidade do grupo em estudo.

Também apresenta-se como uma dificuldade para os agricultores a indisponibilidade ou insuficiência de insumos necessários para o desenvolvimento da produção agroecológica. Assim os agricultores necessitam comprar parte dos insumos utilizados, como esterco, sementes e mudas. Muitas vezes torna-se difícil encontrar lojas especializadas no fornecimento desses insumos que atendam os princípios da agroecologia.

REFERÊNCIAS:

ALTIERI, Miguel Angel; SILVA, Evandro Nascimento; NICHOLLS, Clara Ines. **O Papel da Biodiversidade no Manejo de Pragas**. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2003.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: ADUFPEL, 2003.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil - Canguçu, RS**. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 Mar. 2018.

BANDEIRA, Silvana de Matos. **A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS-Brasil)**. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

_____. **A relação campo-cidade em Canguçu/RS: repercussões do aumento do poder de consumo da juventude rural**. 2017. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p.

BENATTI, José Heder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil. Séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. II: Formas dirigidas de constituição do campesinato. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 211-238.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. 2ª Ed. Barra Mansa: Irmãos Drumond Ltda, 2007.

BIONATUR. **Página Inicial**. Disponível em: <www.bionatursementes.bio.br>. Acesso em: 29 Mar. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 Abr. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

BRASIL. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 Mar. 2018.

BRUM, Argemiro Luís *et al.* A Economia Mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul 1970-2000. In: XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Ribeirão Preto: FEARP/USP, PENSA/USP, 2005, p. 1-21.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205-227, 2004.

BUCHWEITZ, Suzanne. **O tempo compartilhado: 25 anos do Capa.** Porto Alegre/RS, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003, 200 p.

BURG, Inês. A construção do conhecimento em agroecologia: uma abordagem a partir da experiência do Sudoeste paranaense. In: LOVATO, Paulo Emílio; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural.** Chapecó: Argos, 2006, p. 133-146.

CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 23, n. 1/3, p. 131-158, 2007.

CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia: Novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 1, p. 28-40, 2008.

CARNEIRO, Maria José. De “produtor” a “consumidor”: mudanças sociais e hábitos alimentares. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** V. II: Formas dirigidas de constituição do campesinato. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 151-171.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** 1º ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004, 24 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; PERTERSON, Paulo. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, v. 6, p. 63-73, 2011.

CENTRO ECOLÓGICO. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>> Acesso em: 21 Dez. 2018.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **Geotextos**, v. 6, n. 2, p. 139-162, 2010.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diego; SANTOS, Lais (Orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: 2º Ed. Outras Expressões, 2016, p. 169-187.

CICCONETO, Joana; VERDUM, Roberto. Agricultura Familiar Ecológica em Canguçu (RS): Trajetórias e Perspectivas. **REDES** - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 99-121, 2012.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **História do Município de Canguçu no Rio Grande do Sul**, 2014. Disponível em: < <http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: 25 Jan. 2018.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Previdência social rural: potencialidades e desafios**. Brasília, 2016.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, p. 8-13, 2013.

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, Guilherme C; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. O idoso e a previdência rural: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Brasília: IPEA, 1999, p. 1-23.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean, *et. al.* **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012, p. 127-153.

DUTRA, Éder Jardel da Silva. **A fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu - RS: consequências na reorganização do setor agrário**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

_____. **A produção de fumo em perspectiva: a tipologia dos produtores de fumo no município de Canguçu, Rio Grande do Sul, Brasil**. 2015. 167 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária. **Soja em números (Safrá 2017/2018)**. Disponível em: < <https://www.embrapa.br>>. Acesso em: 20 Dez. 2018.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. **FEE Dados**, 2015. Disponível em: <<<http://feedados.fee.tche.br/feedados>>>. Acesso em: 20 Fev. 2018.

FINATTO, Roberto Antônio; CORRÊA, Walquiria. A organização da agricultura familiar de base agroecológica em Pelotas/RS. **Revista Campo-território**, Uberlândia, v.6, n. 11, p. 280-311, 2011.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. As pequenas cidades enquanto um singular espaço de vida. In: **Anais do IV Simpósio Nacional sobre cidades pequenas**. Ituiutaba, 2016, p. 1659-1673.

FUKUI, Lia de Freitas Garcia. A “riqueza do pobre”: relações entre pais e filhos entre sítiantes tradicionais brasileiros. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. II: Formas dirigidas de constituição do campesinato. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 289-299.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. V. II: Estratégias de reprodução social. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 213-243.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 287 f. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” da produção para autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 65-88.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GONÇALVES, José Sidnei. A questão agrária nos clássicos revisitada: as ideias, seu tempo e seu lugar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, n. 8, p. 1-12, ago. 1993.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Fatores Determinantes da Produção para Autoconsumo na Agricultura Familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. **Teoria & Pesquisa**, Brasília, v. 17, p. 23-46, 2008.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Caracas, v. 16, p. 65-79, 2010.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 4. Ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000, p. 25-41.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia. O campesinato e a *plantation*: a história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. I: Formas tuteladas de condição camponesa. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 39-67.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves (Orgs.). **Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas**. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética - AGETEO, 2002, p. 157-172.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2017.

IDE, Hans-Ullrich. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2008, 116 p.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura Fundiária (2012)**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferreira de. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil. **Ciências Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 29, p. 159-176, 2008.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva. **A multifuncionalidade nos espaços da agricultura familiar: um estudo de caso na localidade da Glória – 1º distrito do município de Canguçu/RS**. 2017. 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia: Contribuição para um mundo com alimentos sem venenos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MACIEL, Rossandra Oliveira *et al.* A relação entre a previdência social rural e a permanência dos idosos no campo em municípios do Extremo Sul Catarinense. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre/RS, v. 19, n. 3, p. 621-638, 2014.

MAESTRI, Mário; FIABANI, Adelmir. O mato, a roça e a enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX). MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. V. I: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. 1. Ed. São

Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 63-83.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo no Brasil**. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br> >. Acesso em: 23 Abr. 2018.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo rural**. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br> >. Acesso em: 23 Abr. 2018.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Agricultores familiares em migrações internacionais: uma introdução. In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Agricultores familiares em migrações internacionais**. 1. Ed. Santa Maria/RS: Ed. UFSM, 2017, p. 15-46.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 71-79, 2014.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 145-158, 2008.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. V. I: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, 350 p.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21^o ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 51-66.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. I: Formas tuteladas de condição camponesa. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, 269 p.

NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. I: Formas tuteladas de condição camponesa. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 137-161.

_____. **Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais**. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. II: Formas dirigidas de constituição do

campesinato. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 303-323.

_____. Apresentação: In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Agricultores familiares em migrações internacionais**. 1. Ed. Santa Maria/RS: Ed. UFSM, 2017, p. 5-14.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. V. I: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 43-62.

O RECADO DA TERRA (Jornal). **CAPA faz 40 anos de Agroecologia**. Nº 46, 2018. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br>>. Acesso em: 13 Out. 2018.

PASQUALOTTO, Nayara; GODOY, Wilson Itamar; VERONA, Luiz Augusto Ferreira. Agricultura familiar e Agroecologia: um olhar sobre o caminhar da juventude rural no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 08, p. 72-79, 2013.

PETER, Demaicon Schmidt. **Agroecologia como prática de organização social na agricultura familiar: o caso do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu (RS)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 6, p. 231-254, 2004.

POZZEBOM, Luciana; RAMBO, Anelise Graciele; GAZOLLA, Marcio. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 16, p. 405-441, 2018.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. 2 Ed.. São Paulo: Expressão Popular, 2016, 205 p.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **Certificação**. Disponível em: <<http://ecovida.org.br>>. Acesso em: 21 Jan. 2019.

REVISTA POLI: Saúde, Educação e Trabalho. Integração. **Dicionário Agroecologia**. Rio de Janeiro, n. 15, jan./fev. p. 25-26, 2011.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkis de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTR, 2000.

RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élide Azevedo. Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 1-10, 2016.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: AGUFPEL, 2003.

SAGAZ, Danilo. A comercialização de alimentos ecológicos e a sensibilização do público urbano para a agroecologia: a experiência de uma ONG de agricultores no Vale do Itajaí (SC). In: LOVATO, Paulo Emílio; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural**. Chapecó: Argos, 2006, p. 71-84.

SANTOS, Luiz C. A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil. In: LOVATO, Paulo Emílio; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural**. Chapecó: Argos, p. 114-131, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 84-109.

SAQUET, Adriano Arriel. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 137-153.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Entenda as diferenças entre associação e cooperativa**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 24 Abr. 2018.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. II: Formas dirigidas de constituição do campesinato. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 39-63.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 395-417, 2011.

SIDRA. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 13 Nov. 2018.

SILVA, Juniele Martins; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 402-430, 2016.

SILVA, Noemí Muller Iven da. **O comportamento sucessório na agricultura familiar de Canguçu/RS**. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

SODRÉ, Maiara Tavares. **Políticas públicas para o sistema agrário familiar e as interfaces com o desenvolvimento territorial rural: um estudo sobre as repercussões do PAA e PNAE no município de Pelotas/RS**. 216f. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

TOSETTO, Estevão Marcondes; CARDOSO, Irene Maria; FURTADO, Silvia Dantas Costa. A importância dos animais nas propriedades familiares rurais agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 8, p. 12-25, 2013.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; FONSECA, Juliana Martins; GIANASI, Lussandra. O associativismo como estratégia de reprodução dos agricultores familiares agroecológicos de Cacoal – Rondônia. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia, 2012, p. 1-16.

VIERA, Valmir. **Município de Canguçu/RS: O Relevo e sua Morfodinâmica como Condicionantes do Dinamismo Agrícola**. 2012. 160f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **ANAI DO XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, 1996. p. 1-18.

_____. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

_____. “França periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 66-83.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4º ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. II: Formas dirigidas de constituição do campesinato. 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 89-108.

Zarth, Paulo Afonso. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo**

da história. V. II: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). 1. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 223-242.

Apêndices

**APÊNDICE A - Roteiro de entrevista aplicado com a representante do
Grupo Agroecológico do Remanso - Canguçu/RS**

- 1) Qual sua função no grupo? (presidente, secretário, tesoureiro, entre outros).
- 2) Quando o Grupo Agroecológico do Remanso foi fundado?
- 3) Quais os principais parceiros da fundação?
- 4) O grupo é composto atualmente por quantas famílias?
- 5) O grupo é uma associação, cooperativa, outros (quais)?
- 6) Como o grupo está estruturado?
- 7) O grupo realiza reuniões com que frequência?
- 8) O grupo é constituído por apenas agricultores agroecológicos? Se não, quais?
- 9) Quais os principais produtos cultivados pelo grupo?
- 10) Quais as principais formas de comercialização da produção?
- 11) Quais as principais instituições parceiras atualmente?
- 12) Os agricultores do grupo recebem assistência técnica, qual (s)?
- 13) Quais as perspectivas e limites do grupo?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aplicado junto aos agricultores do Grupo Agroecológico do Remanso - Canguçu/RS

Data:

Questionário N°:

Agricultor (a):

Localidade:

Contato:

Ponto do GPS:

1) Sexo, idade e escolaridade dos membros da família (H= Homem M= Mulher)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Sexo										
Idade										
Escolaridade										

Legenda: EFI = Ensino Fundamental Incompleto; EFC = Ensino Fundamental Completo; EMI = Ensino Médio Incompleto; EMC = Ensino Médio Completo; ESI = Ensino Superior Incompleto; ESC = Ensino Superior Completo; A = Analfabeto; NIE= Não está em idade escolar.

- 2) Os filhos residem na propriedade? Caso não, onde residem? Desde quando residem fora da propriedade? Por quê?**
- 3) Existe ajuda mútua entre os filhos que migraram e os membros que permanecem na propriedade? Como?**
- 4) Condição do agricultor?**
 Proprietário Arrendatário Parceria Outro: Qual?
- 5) Como adquiriu suas terras? (Quando proprietário)**
 Herança Compra Parte Herança/Parte Compra Posse
- 6) Qual o tamanho da propriedade?**
- 7) Quem administra a propriedade?**
- 8) Como é formada a renda na propriedade?**

- () Venda de produtos agrícolas.
 - () Venda de produtos da pecuária e seus derivados.
 - () Atividades agrícolas fora da propriedade. Quais atividades e quais pessoas desenvolvem esse tipo de atividade? Auxilia nas atividades da propriedade? De que forma e frequência?
 - () Aposentadoria/pensão/auxílio doença. Se existente é usado para investimento na propriedade?
 - () Atividades não agrícolas fora da propriedade. Quais atividades e quais pessoas desenvolvem esse tipo de atividade? Auxilia nas atividades da propriedade? De que forma e frequência?
 - () Atividades não agrícolas dentro da propriedade. Como:
 - () Venda de produtos da Agroindústria Familiar (Quais?)
 - () Turismo Rural (Quais serviços?)
 - () Venda de Artesanato Doméstico (Quais?)
 - () Outras atividades não agrícolas dentro da propriedade (Quais?)
 - () Outras Atividades (Quais?)
- 9)** Qual atividade acima tem maior importância econômica para que a família permaneça no meio rural?
- 10)** Quais produtos são produzidos e onde são comercializados? Quais membros da família estão envolvidos?
- 11)** Existe algum produto produzido apenas para a comercialização?
- 12)** Quais os produtos do consumo familiar são produzidos na propriedade e quais não são?
- 13)** Qual a importância da produção para o autoconsumo para a família?
- 14)** Quais variedades de sementes crioulas são produzidas na propriedade e para qual finalidade?
- 15)** Existe a criação de animais? Quais? Com qual finalidade?
- 16)** Algum cultivo é produzido de forma integrada com a indústria? Qual?

- 17) Existe algum cultivo no sistema convencional? Qual?
- 18) Qual era o principal produto cultivado no sistema convencional? (Antes da agroecologia).
- 19) Há quantos anos trabalha de forma agroecológica e quais produtos são cultivados nesse sistema?
- 20) Por que optaram em produzir de forma agroecológica?
- 21) O que é a agroecologia e qual a importância da mesma para a família?
- 22) A agroecologia é viável economicamente?
- 23) Quais as perspectivas e limites da produção agroecológica?
- 24) A propriedade possui o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos? Ou outro tipo de certificação?
- 25) Desde quando e porque está ligado ao Grupo Agroecológico do Remanso?
- 26) Quais as perspectivas e limites de seguir no grupo?
- 27) Como ocorre a participação dos jovens no Grupo do Remanso?
- 28) Além da participação na associação comunitária do Remanso, você ou a família participam de outras instituições comunitárias? Quais? (Clube de futebol, comunidades religiosas, representante na escola, entre outros).
- 29) É sócio de outra instituição (cooperativa, associação, sindicato)? Qual?
- 30) Qual a importância do associativismo e do cooperativismo para a família?
- 31) Quais os insumos agrícolas utilizados, são produzidos na propriedade? E quais são comprados e onde?
- 32) Quais as principais máquinas e implementos agrícolas usados na propriedade?
- 33) Quais os principais instrumentos manuais de trabalho usados na propriedade?
- 34) Utiliza força de trabalho animal? Qual?
- 35) Contrata trabalhador temporário ou permanente? (Caso positivo) - Qual trabalho? Como é remunerado?

- 36) Existe algum tipo de ajuda mútua (troca de serviço, de alimentos, de carnes e de sementes crioulas, etc.)? Com quem?
- 37) Acessa o PRONAF? Qual finalidade? Qual linha? Acessa outro tipo de crédito rural?
- 38) Acessa o PAA e PNAE? Por meio de qual instituição mediadora? Quais produtos são comercializados por meio dos programas?
- 39) Recebe assistência técnica? De qual instituição? É suficiente para atender?
- 40) Atualmente, quais são as principais instituições parceiras do grupo?
- 41) Quais práticas de conservação de solo são utilizadas?
- 42) Em relação ao futuro (Sucessão Familiar), a família deseja que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores agroecológicos? Por quê?
- 43) Quais são as perspectivas de continuidade da família no espaço rural? Pretende manter a sua propriedade com a produção agroecológica?

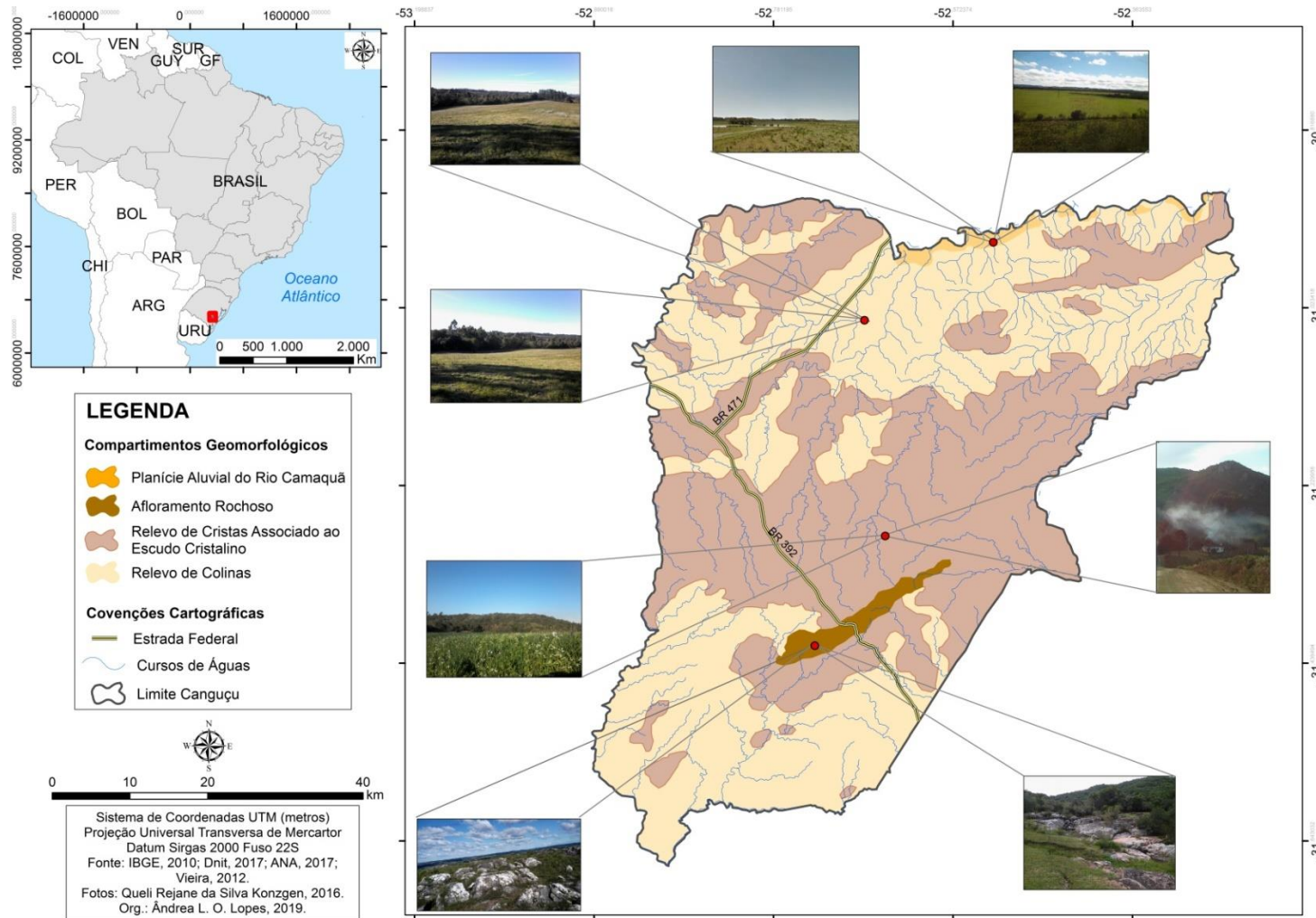
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista aplicado junto aos mediadores do Grupo Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS

Nome da instituição:

- 1) Quando a instituição foi fundada?
- 2) Qual o objetivo da instituição?
- 3) Desde quando o Grupo Agroecológico do Remanso está ligado à instituição?
- 4) Quais os serviços prestados ao grupo?
- 5) O que é a agroecologia e qual a importância da mesma para as famílias pertencentes ao Grupo do Remanso?
- 6) Quais as perspectivas e limites da produção agroecológica?
- 7) A agroecologia é viável economicamente?
- 8) Qual a importância do associativismo e do cooperativismo para as famílias do grupo?
- 9) Como ocorre a participação dos jovens no Grupo do Remanso? Quais atividades a instituição desenvolve com os jovens do grupo e qual a preocupação de continuidade dos jovens no meio rural?

Anexo

ANEXO 1 - Mapa dos compartimentos geomorfológicos do município de Canguçu e suas respectivas paisagens



Fonte: Elaborado por Ândrea L. O. Lopes, 2019.